

e|ling^U_P

Revista Eletrónica de Linguística dos
Estudantes da Universidade do Porto
*A Students e-journal of Linguistics
from University of Porto*

Diretores:

António Leal
Purificação Silvano

Editores:

Mariana Ribeiro
Ari Soares
Daniel Monteiro
Fábio Granja
Glória Oliveira
Marina Salimon
Sofia Pinho-Silva
Tatiana Moura

Secretariado Editorial:

Ana Fidelis
Ana Luísa Fernandes
Beatriz Mendes
Bruna Costa
Catarina Varela
Cecília Ortiz
Cláudia Couto
Cristiana Dias
David Gomes
Dinis Carqueijó
Fernando Santos
Gabriel Santos
Inês Lourenço
Joana Gomes
João Albergaria
Jorge Carvalho
Leonor Oliveira
Luísa Alves
Maria João Sá
Nana Yu
Pedro Rainho
Tiago Azevedo
Tomás Moreira
Renata Rodrigues
Sabine Bieltz
Vera Ramos

Comissão Científica:

Alexandra Guedes Pinto
Ana Maria Brito
Ângela Carvalho
Celda Morgado
Clara Amorim
Clara Barros
Elena Zagar Galvão
Fátima Oliveira
Fátima Silva
Idalina Ferreira
Inês Oliveira
Isabel Margarida Duarte
Joana Guimarães
João Veloso
Luís Filipe Cunha
Maria da Graça Pinto
Rogélio Ponce de León Romeo
Rui Sousa Silva
Sónia Valente Rodrigues
Thomas Hüsgen

FICHA TÉCNICA

eling^{UP}

Revista Eletrónica de Linguística dos Estudantes da Universidade do Porto
A students' e-journal of Linguistics from University of Porto

<https://ojs.letras.up.pt/index.php/elingUP/>

Vol. 13 | N.º 1 | 2024

Periodicidade: Bidual

Logótipo e Capa por: Teresa Ribeiro

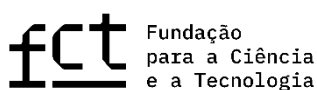
Os artigos publicados estão sujeitos a avaliação.

A Revista está registada na OJS, Bielefeld, Latindex e Worldcat OCLC e está indexada na base de dados Communication Source.

ISSN 1647-4058

DOI: https://doi.org/10.21747/1647-4058/eling13_1

Esta publicação é financiada por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00022/2020. DOI: [10.54499/UIDB/00022/2020](https://doi.org/10.54499/UIDB/00022/2020)



ÍNDICE

Nota Editorial	5
Entrevista à Professora Doutora Pilar Barbosa	7
Artigos	
Leituras de Sucessividade com o Pretérito Imperfeito no discurso Ronaldo Mendes	22
Concordância Negativa - Uma visão diacrónica Ricardo Monteiro	48
Persuasão, Modalidade e Poder: Uma análise da modalidade no manifesto eleitoral do Bloco de Esquerda. “A força que faz a diferença” (2019) Ana Sofia Souto	62
O infinitivo composto nas orações completivas de adjetivo em português do Brasil Ryan Martinez	74
Recensão	
Gyarmathy, Z., & Altshuler, D. (2020). (Non) culmination by abduction. <i>Linguistics</i>, 58(5), 1373-1411. Zichen Zhang	85

Nota Editorial

Os últimos meses têm sido de grande trabalho e concretizações na revista *eling^{UP}*. Após inaugurar o evento que se destina à apresentação pública dos trabalhos que são posteriormente publicados na revista *eling^{UP}* - a *eling^{UP} Preview*, em outubro de 2023; depois de se apresentar no encontro *Pub In*, em junho de 2024; e, ainda, após estrear-se com uma nova proposta de atividade na *Universidade Júnior*, em julho de 2024, a equipa editorial da *eling^{UP}* anuncia com muita satisfação a publicação do primeiro número do décimo terceiro volume da revista.

Este número inclui uma entrevista realizada à Professora Doutora Pilar Barbosa, quatro artigos científicos e uma recensão crítica que versam sobretudo sobre as áreas da Sintaxe, Semântica e Análise do Discurso.

A Professora Doutora Pilar Barbosa concedeu-nos uma entrevista que é mais um importante e fascinante testemunho de todo o trabalho desenvolvido por uma conceituada linguísta no panorama nacional e internacional. Tal como aconteceu com os estudantes que tiveram oportunidade de conduzir esta aliciante conversa, esperamos que os leitores possam tirar proveito das maravilhosas partilhas da Senhora Professora.

Quanto aos artigos, em primeiro lugar, encontramos “Leituras de Sucessividade com o Pretérito Imperfeito no discurso”, de Ronaldo Mendes, no qual é feita uma análise semântica de um conto de Torga tendo por base propostas clássicas dentro da área para a análise do Pretérito Imperfeito em português.

De seguida, o trabalho intitulado “Concordância Negativa: uma visão diacrónica”, de Ricardo Monteiro, dá-nos conta das questões relativas à gramaticalidade deste tipo de construções e dos elementos que as constituem, sendo apresentado um paralelismo entre este fenómeno em português e noutras línguas.

Ana Sofia Souto apresenta-nos o artigo “Persuasão, Modalidade e Poder: Uma análise da modalidade no manifesto eleitoral do Bloco de Esquerda. ‘A força que faz a diferença’ (2019)”, no qual explora os diferentes tipos de modalidade propostos por Campos (2001) e que podem ser encontrados nesse manifesto.

“O infinitivo composto nas orações completivas de adjetivo em português do Brasil”, da autoria de Ryan Martinez, é uma proposta de análise da semântica de três tipos específicos de adjetivos que podem ser combinados com orações completivas com infinitivo composto.

A revisão presente neste volume, de Zichen Zhang, é sobre o artigo “(Non) culmination by abduction”, de Gyarmathy & Altshuler, publicado na *Linguistics* em 2020.

Agradecemos todo o apoio prestado e a valiosa contribuição de todos os intervenientes no processo de edição deste número da *eling^{UP}*: o grupo de professores avaliadores, que zelou pela qualidade dos textos; a equipa editorial (particularmente antigos membros que colaboraram neste número), que se envolveu de forma entusiástica em todas as fases da edição; os autores, cujo interesse e papel ativo na manutenção e valorização de uma revista científica organizada por estudantes e a estes inteiramente dedicada é fundamental.

Por último, cabe-nos dirigir algumas palavras de profundo reconhecimento e eterna gratidão por todo o trabalho desenvolvido ao longo dos últimos quatro anos a três estudantes que se despedem da revista, mais concretamente, do papel de editoras responsáveis pelas equipas em que se subdivide a comissão editorial da *eling^{UP}*, desempenhado de forma exímia. À Inês Cantante, à Rute Rebouças e à Sofia Pinto, por todo o empenho, todas as orientações, todo o companheirismo e por tudo que, de resto, fizeram para que muitas das iniciativas criadas e organizadas no contexto da *eling^{UP}* se tornassem reais: obrigada!

Esperamos que, com a publicação deste número, à semelhança dos anteriores, seja possível continuar a colecionar um grande número de interessados pelos estudos linguísticos e que isso também sirva de incentivo para que mais autores continuem a procurar publicar na *eling^{UP}*.

Entrevista à Professora Doutora Pilar Barbosa



A Professora Doutora Pilar Barbosa é Professora Associada com Agregação do Departamento de Estudos Portugueses e Lusófonos da Universidade do Minho. Possui Mestrado em Linguística Teórica pela Universidade de Massachusetts, em Amherst, e obteve o Doutoramento sob orientação dos Professores Doutores Noam Chomsky e Alec Marantz, em 1995, no Departamento de Linguística e Filosofia do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) com a dissertação *Null Subjects*. É diretora do curso de Mestrado em Ciências da Linguagem da Universidade do Minho e coordenadora do Grupo de Investigação em Linguística Teórica e Experimental do Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho (CEHUM). É ainda membro da Comissão Diretiva do programa de Doutoramento em Ciências da Linguagem da mesma Universidade. Tem participado em vários projetos de investigação, tendo sido Investigadora Principal do projeto *Perfil Sociolinguístico da Fala Bracarense*. Foi coordenadora da *Linha de Ação das Ciências da Linguagem do CEHUM* de 2007 a 2013 e de 2016 a 2017. De 2004 a 2013, foi coordenadora da área disciplinar de Linguística Geral e Portuguesa do Departamento de Estudos Portugueses e Lusófonos do

Instituto de Letras e Ciências Humanas. Foi ainda diretora do Departamento de Estudos Portugueses e Lusófonos de 2014 a 2016.

A entrevista à Professora Doutora Pilar Barbosa realizou-se no dia 6 de novembro de 2023, no gabinete da Senhora Professora, na Escola de Letras, Artes e Ciências Humanas da Universidade do Minho, sendo conduzida pelas estudantes Catarina Varela, Tatiana Moura e Rute Rebouças. A entrevista foi preparada pelos estudantes Ana Fidelis, Catarina Varela, Cláudia Couto, Fábio Granja, Marina Salimon, Pedro Raínho, Tatiana Moura e Violeta Magalhães e, posteriormente, transcrita pelos estudantes Ana Fidelis, Catarina Varela, Marina Salimon, Pedro Raínho e Sabine Bieltz. A Equipa Editorial agradece imensamente à Senhora Professora por nos ter proporcionado uma tarde muito especial, repleta de partilha de conhecimentos, bonitas memórias e conselhos.

Sabemos que a Senhora Professora iniciou o seu percurso académico e profissional no curso de Línguas e Literaturas Modernas. O que a levou a preferir o caminho da Linguística ao invés do da Literatura? E, entre os inúmeros ramos da Linguística, o que a levou a tomar até hoje a Sintaxe como sua principal área de interesse?

Eu estudei Literatura e Linguística e sempre gostei mais de Linguística, sempre tive mais queda para a Linguística, foi por isso que segui esse caminho. Contudo, não o fiz imediatamente a seguir à conclusão da Licenciatura. Eu fui dar aulas para o ensino secundário. Comecei por ser leitora aqui na Universidade do Minho e depois dei aulas de Português no ensino secundário. Foi só quando fui para os Estados Unidos que iniciei o caminho da Linguística. Mas, mesmo quando estava aqui como leitora, eu preferia a Linguística à Literatura, sem dúvida. Quando fui para os Estados Unidos, fui como leitora para a Universidade de Massachusetts, em Amherst, e comecei até por frequentar disciplinas da área da Literatura, porque tinha muito tempo livre. Depois, passei a frequentar disciplinas no Departamento de Linguística, que tinha a reputação de ser excelente. Assim, comecei a frequentar várias disciplinas em regime extracurricular, já que não pagava propinas por dar lá aulas. Aí, tive aulas de pós-graduação com o Professor David Pesetsky. Eram seis horas por semana de Sintaxe. Acho que foi a partir do momento em que li os *Universais da Linguagem*, de Greenberg, que eu comecei a interessar-me imenso pela Sintaxe. A questão da colocação dos pronomes átonos (clíticos) em português era um assunto que me intrigava e isso levou-me diretamente para o estudo da Sintaxe.

Uma pergunta que inevitavelmente teremos de fazer prende-se com o doutoramento da Senhora Professora. A passagem pelo MIT, o contacto com uma nova cultura e realidade e a orientação do Professor Noam Chomsky são aspetos que suscitam a nossa curiosidade. O que nos poderá dizer sobre essa experiência e de que forma isso marcou o seu percurso quando voltou a Portugal?

Marcou definitivamente o meu percurso. Eu era professora do ensino secundário e passei a ser professora da universidade. A primeira fase que marcou o meu percurso foi, de facto, Amherst. Aí, eu tive aulas não só com o professor David Pesetsky, como também com o professor Edwin Williams, e depois tive aulas de Semântica também. O Departamento de Linguística da Universidade de Massachusetts, em Amherst, é muito forte na área da Semântica. Frequentei disciplinas com a Professora Angelika Kratzer e com um convidado, Ede Zimmermann. Tive muito bons professores. A Universidade de Massachusetts, em Amherst, não tinha mestrado em Linguística, e isso também era uma característica do MIT; a nível da pós-graduação, só havia doutoramento. Mas como eu fiz essas disciplinas todas, atribuíram-me o grau de mestrado sem tese, e foi quando eu me candidatei a doutoramento em várias universidades americanas. Acabou-se o contrato que eu tinha como leitora, que era um contrato de quatro anos, e eu concorri a várias universidades. E, talvez por ter tido aqueles professores de renome, em Amherst, , entrei no MIT, nem sei como. (*risos*) Aliás, eu nem sequer ia concorrer para o MIT, porque achava que era impossível entrar, e só concorri porque encontrei um colega que me disse: “Mas porque é que tu não concorres para o MIT?”. E então, à última hora, candidatei-me e entrei. Antes eu era leitora e estava a frequentar disciplinas em regime extracurricular, mas, quando entrei para o MIT, passei a ser aluna e foi uma experiência inacreditável. Gostei imenso. Foi uma experiência que me habituou mal, porque os alunos do MIT têm um estatuto muito privilegiado, estão ali a trabalhar com muito bons professores e, ao mesmo tempo, ali confluem muitos professores visitantes, professores de prestígio. Eu apanhei o professor Luigi Rizzi, o professor Richard Kayne, uma plêiade de professores que vão lá passar um ano, por exemplo, ou estudantes de outras universidades que estão a preparar a tese de doutoramento. Era um centro muito vivo, ativo e dinâmico. É verdade que eu tive o professor Noam Chomsky como orientador, o que é um privilégio, mas todos os professores contribuíram para a minha formação, não foi só ele. Como só tinham pós-graduação (no meu ano, entrámos seis), todos os professores se dedicavam aos alunos de corpo e alma. Estavam permanentemente, das nove às dezassete horas, nos gabinetes, a

receber alunos. Todos. O professor Noam Chomsky, menos, porque só lá ia em certos dias da semana. Nesses dias, dava aulas e recebia alunos. Eu tinha encontros com ele de quinze em quinze dias. Havia vários tipos de encontro com o Chomsky, de meia hora, de uma hora. Eu tinha encontros regularmente. Esses encontros eram marcados no início do ano. Falava-se com a secretária e marcava-se logo. Portanto, eu já sabia que tinha encontros com ele naquelas datas. De facto, foi um privilégio. Havia conferências com convidados a cada quinze dias, à sexta-feira. Depois, a seguir à conferência, havia sempre um jantar em casa de alunos. Eu acho que os convidados nem sequer cobravam nada pela conferência (eram os alunos que organizavam isso) e, como vinham de muito longe muitas vezes, ficavam em casa de professores. Não ficavam em hotéis, como acontece aqui. Portanto, havia, de facto, uma vida muito intensa de investigação e um ambiente muito informal. Depois, o quadro teórico era o mesmo, o que também dá outra dinâmica ao trabalho que se faz. Eu assisti ao nascimento do Programa Minimalista, porque estava lá na altura. E como é que foi trabalhar com o professor Noam Chomsky? Muito desafiante! Ele tem um enorme respeito pelos alunos. Eu sentava-me com ele no seu gabinete e ele ouvia-me. Ele considerava o que eu dizia, e era assim com todos os alunos, não era só comigo. De uma forma geral, ele considera sempre a opinião das pessoas e isso foi muito bom para mim. Mas também houve momentos duros, porque ele consegue ser muito teimoso, mas foi bom, de uma maneira geral. Ele recebia muitas cartas de timorenses, foi no início dos anos 90, na altura da causa de Timor, e recebia também muitas cartas da Nicarágua, de padres e mulheres que lhe pediam coisas muito simples, e como as cartas vinham em espanhol ou em português, ele pedia-me para traduzir. Mostrou-me uma carta escrita pelo Xanana Gusmão, na cadeia, que também pediu para traduzir. Recebia livros e revistas de Portugal, lembro-me do jornal 'A Batalha', do movimento anarquista. Mandavam-lho daqui. E, pronto, foi, de facto, um período bom e muito dinâmico, mas que me habituou mal. O professor Chomsky dava aulas de Filosofia da Linguagem no segundo semestre, e, no primeiro, dava aulas de Sintaxe de nível avançado. Os alunos que entravam no MIT, independentemente de se tinham ou não feito mestrado, eram obrigados a fazer toda a componente curricular de novo. Eu tinha feito o mestrado em Amherst, a parte curricular, e lá tive que fazer tudo de novo. Voltei a ter aulas com o professor David Pesetsky, porque ele entretanto foi para o MIT, e, no segundo semestre, foi a primeira vez que tive aulas com o Chomsky, em Filosofia da Linguagem. Eu não tinha bases de Filosofia, mas lá fiz a disciplina com ele. Tive que escrever um trabalho. Lembro-me de que foi muito difícil, mas depois acabou por correr bem. Foi só no primeiro semestre do segundo ano que tive aulas de Sintaxe

com o Chomsky e aí vinham professores de todo lado. Havia pessoas que iam de avião assistir àquelas aulas, nomeadamente o Juan Uriagereka, um professor galego, que viajava de Washington para Boston, e muitos outros. Vinham da Universidade de Harvard, que ficava logo ali, e de todas as universidades à volta. E então o Chomsky fazia uma coisa muito curiosa: as aulas eram de três horas, ele falava uma hora e meia, e, no fim dessa hora e meia, expulsava todas as pessoas da sala e ficavam só os alunos inscritos. Ficávamos nós e ele dizia “Estou ao vosso dispor” e não dizia mais nada. Nós é que tínhamos de fazer perguntas. Portanto, nós passámos por esses desafios.

A Senhora Professora analisou a existência e os usos do sujeito nulo no português europeu (PE) e no português do Brasil (PB). Poderia explicar-nos o que a motivou a iniciar esta pesquisa especificamente nestas variedades, quais foram as principais descobertas provenientes desta análise e como vê esses mesmos resultados à luz da variação atual em PE e PB?

O que é que me levou a estudar a questão dos sujeitos nulos? Nas universidades americanas, entra-se para o doutoramento e, depois de feita a parte curricular, há os chamados exames de qualificação. É preciso fazer um exame e passar para a fase da tese. Nós não tínhamos de fazer um exame propriamente dito, mas tínhamos que elaborar, no segundo ano, dois trabalhos de fôlego, eram os chamados *Generals*, um na área da Sintaxe/Semântica e outro na área da Fonologia. Para tal, era-nos atribuído um comité de acompanhamento, formado por três professores. Nessa altura, tive já o professor Chomsky, o professor James Higginbotham e o professor Alec Marantz, cada qual o mais assustador. (*risos*) Depois correu tudo bem. E então estudei a questão da colocação dos pronomes clíticos em português. Lutei, lutei, lutei com esse problema. Nessa altura, passou por lá o professor Luigi Rizzi, eu tive um encontro com ele e, depois de muito falarmos sobre a questão, ele disse-me assim: “Olhe, eu acho que isso é fonológico, tem que ver com a prosódia”. Eu comecei a pensar naquilo e quem, de facto, me ajudou mais foi o Alec Marantz. Então, eu cheguei a uma teoria da colocação dos pronomes clíticos que passava, de facto, pela prosódia. Do ponto de vista sintático, tudo apontava para a ideia de que, em português europeu, os sujeitos com valor referencial têm um estatuto diferente dos sujeitos quantificados. E então, eu comecei a estudar a questão dos sujeitos e comecei a explorar a ideia de que os sujeitos com valor referencial, expressões como ‘a Pilar’, ‘o livro’, ocupam uma posição diferente da de sujeitos quantificados sem valor referencial, como ‘ninguém’, ‘alguém’, etc. E isso vê-se no clítico.

Os sujeitos não quantificados desencadeiam a ênclise, como em ‘O Pedro viu-a’, e os sujeitos quantificados sem valor referencial desencadeiam a próclise (veja-se ‘Ninguém/Alguém a viu’). A minha hipótese era que os sujeitos não quantificados estão numa posição de tópico, não têm o mesmo estatuto nem ocupam a mesma posição dos sujeitos em línguas como o inglês ou o francês (que não admitem a omissão do sujeito). Para o meu doutoramento, recolhi evidência empírica a favor dessa hipótese. Isso levou-me a considerar que, nas línguas do tipo do português ou espanhol, a flexão de concordância verbal tem o estatuto de um pronome, isto é, é um afixo pronominal. Esta ideia tem sido defendida por muitos autores. Não é nada de novo. Portanto, eu vim a confirmar a proposta de que a concordância propriamente dita é um afixo de natureza pronominal. Funciona, assim, como um verdadeiro sujeito, sendo que os sujeitos lexicais ou aparecem à direita do verbo – e aí são, de facto, gerados como parte da estrutura – ou então estão numa configuração de tópicos deslocados à esquerda. Essa foi a minha tese. Depois disso, aqui em Portugal — onde a minha ideia não foi nada bem recebida — participei num projeto de comparação entre o português do Brasil e o português europeu. O projeto intitulava-se *Português Europeu e Português do Brasil na Passagem do Milénio*, e era coordenado pelo professor João Peres, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, e pela professora Mary Kato, da Universidade de Campinas. Eu trabalhei com as professoras Eugênia Duarte e Mary Kato sobre os padrões de omissão do sujeito nas duas variedades e sua relação com a Sintaxe dos sujeitos com realização lexical. Comparámos as características do português do Brasil e do português europeu e chegámos à conclusão de que, de facto, o português do Brasil era diferente. Publicámos então um artigo que explicava algumas das diferenças entre as duas variedades precisamente na base da ideia de que os sujeitos pré-verbais do português europeu têm o estatuto de tópicos enquanto os do português do Brasil não têm (necessariamente) esse estatuto. Depois, mais tarde, convidaram-me para fazer um artigo de fundo sobre as línguas de sujeito nulo, que publiquei na revista *Language and Linguistics Compass*, e fui obrigada a refletir sobre os diversos tipos de línguas que admitem a omissão do sujeito, embora com diferentes propriedades. E foi aí que eu desenvolvi a ideia de que o português do Brasil tem características em comum com as chamadas línguas de *pro-drop* discursivo, como as línguas asiáticas, que não têm qualquer tipo de flexão de concordância. O que foi proposto para as línguas de *pro-drop* discursivo por Satoshi Tomioka foi que, nessas línguas, o sujeito nulo é na realidade um sintagma nominal, um *nome simples* sem realização lexical, de valor anafórico. Eu estendi essa proposta às línguas de sujeito nulo parcial, como o português do Brasil. É essa a ideia que eu tenho estado a explorar nos últimos

anos. Por comparação, nas línguas de sujeito nulo de concordância rica, como é o caso do português europeu, é a própria flexão de concordância que funciona como um afixo pronominal. Então temos, por um lado, as línguas em que o nulo é uma anáfora nominal e, por outro, as línguas em que é um pronome. Neste momento, já tenho uma proposta, que vou defender na Agregação¹, de que é possível unificar os dois tipos de *pro-drop*.

Tendo em conta que no PE há sujeito nulo e no PB o mesmo é parcial, em decorrência do desaparecimento das flexões de P2 e P5, há alguma correlação ou explicação para o facto de no PB haver mais uso do objeto nulo em comparação com o PE? E que outros pontos de pesquisa considera interessantes no que tange à diversidade sintática entre as variedades de uma mesma língua?

No caso do PB, houve perda da flexão de concordância verbal e houve perda de clíticos, sobretudo do clítico de terceira pessoa. A tendência é no sentido da perda dos pronomes clíticos. No caso dos objetos, a forma clítica de terceira pessoa começou a ser substituída pela forma plena ou tónica (por exemplo, 'Eu vi ele' por 'Eu vi-o'). Embora haja muitas teorias acerca disso, eu agora penso que o facto de o objeto nulo alternar com uma forma forte no português do Brasil tem consequências não só a nível da frequência de uso do objeto nulo por comparação com o português europeu, como também a nível da tendência para designar entidades não animadas, que, aparentemente, é mais acentuada no português do Brasil. No caso do português europeu, há alternância com a forma clítica e esta é uma forma mais reduzida. É porventura mais parecida com o objeto nulo do que com o pronome forte do português do Brasil. Por conseguinte, no português do Brasil, a forma nula vai ocupar, em parte, o espaço ocupado pela forma clítica em português europeu. A minha hipótese de trabalho é que estes efeitos têm a ver com a questão da competição entre as formas: quando a língua tem ao seu dispor a construção de objeto nulo, há duas opções disponíveis: o uso do objeto nulo e o uso do pronome. Como este último é de natureza diferente em cada variedade, os fatores que determinam o emprego do objeto nulo vão também ser necessariamente diferentes. A nível estritamente sintático, eu tenho razões para pensar que a sintaxe da construção de objeto nulo é idêntica nas duas línguas.

¹ A entrevista foi feita antes da realização das Provas de Agregação da Senhora Professora, que decorreram nos dias 20 e 21 de novembro de 2023.

Como é que a Professora encara a gradual mudança de paradigma nos estudos da Sintaxe atualmente, questionando pontos importantes do modelo chomskyano (por exemplo, o inatismo linguístico, criticado por Edoardo Lombardi Vallauri e Michael Tomasello, e o programa minimalista, criticado por David Johnson e Shalom Lappin)?

Bom, relativamente ao inatismo, não tenho assim grande coisa a dizer. Relativamente às críticas de David Johnson e Shalom Lappin, eles têm razão em algumas críticas que fazem, sei que temos de o reconhecer, não é? Eu acho que devemos ler essas críticas e que devemos tentar ver em que aspetos é que terão razão e em que aspetos é que não terão. A teoria que eles propõem é a *Head-Driven Phrase Structure Grammar* (HPSG) de Carl Pollard e Ivan Sag, que é uma teoria mais tratável do ponto de vista computacional. Aliás, as pessoas que trabalham em Linguística Computacional, e não trabalham apenas com frequências e probabilidades estatísticas, que usam modelos com regras, usam o modelo da HPSG. É uma teoria mais fácil de implementar em programação. Por outro lado, esse modelo não dá conta de questões de ordem de palavras, por exemplo, e eu penso que o Programa Minimalista é muito melhor nesse domínio, entre outros. Por isso, tudo depende dos objetivos, mas eu própria reconheço que o Programa Minimalista tem limitações. Em particular, não é suficientemente explícito em relação a muita coisa. É um tanto especulativo e, depois, muitas pessoas seguem cegamente o Programa Minimalista, sem espírito crítico, e isso está a fazer mal à nossa área, eu acho.

Ao longo da sua carreira, a Senhora Professora realizou diversos trabalhos em colaboração com outros investigadores, de outros ramos da Linguística, nomeadamente a Psicolinguística Experimental. Qual a pertinência que ainda hoje mantêm estudos deste género para o avanço do conhecimento sobre a linguagem?

O trabalho experimental é importante, porque complementa o trabalho teórico. Há certas hipóteses teóricas que poderão ser testadas com trabalho experimental, embora importe perceber – e nos trabalhos que fiz, nomeadamente com a colega Juliana Novo Gomes, isso ficou claro – que, em certos casos, os dados que são obtidos com tempos de reação não coincidem com os resultados obtidos por meio de juízos de gramaticalidade. De maneira que nem sempre as conclusões a que chegamos, do ponto de vista da Psicolinguística, podem ser usadas para discutir questões de gramática propriamente dita. Podem ser usadas para testar hipóteses gramaticais, mas, mesmo assim, estamos a falar de coisas diferentes. A

Psicolinguística trata do processamento da linguagem em tempo real. E aí entram outras considerações, outros fatores que não são puramente gramaticais. Depois há um outro aspeto que é importante: porque é que nos estamos a virar para as línguas de herança ou para a questão da Psicolinguística? Porque é aquilo de que os alunos gostam. Os alunos gostam de fazer trabalho experimental. Não gostam tanto de fazer trabalho teórico ou formal. Aqueles que trabalham em Linguística Teórica, para evitar a solidão em que ficam quando estão a pensar nos seus problemas e para trabalharem com outros, sobretudo para trabalharem com alunos, têm mesmo de usar alternativas. O interesse em Psicolinguística também vem um pouco por causa disso, para poder trabalhar com alunos. A investigação em Sintaxe Teórica é exigente e pressupõe muita preparação prévia. Vejam, em Amherst, eu frequentei duas cadeiras de Sintaxe a nível de pós-graduação. Depois, frequentei mais quatro no MIT. É preciso muita componente curricular. E nós aqui em Portugal não temos cursos de pós-graduação, pelo menos aqui no Minho não temos certamente, que tenham uma forte componente curricular nas áreas da teoria da gramática. Porém, para desenvolver trabalho em Sintaxe é preciso frequentar cadeiras da área de nível avançado. E gostar do que se faz, claro.

Em relação ao corpus Perfil Sociolinguístico da Fala Bracarense, reconhecemos a grande utilidade que tem em muitos estudos e das mais variadas áreas da Linguística. Reconhecemos igualmente a complexidade que é elaborar um corpus, sobretudo oral. Gostaríamos de perguntar qual a maior dificuldade na construção deste corpus. Em que medida considera importante continuar a criar-se e a disponibilizar-se recursos deste tipo? Está nos planos da Senhora Professora um alargamento deste corpus?

Eu gostaria, gostaria muito. Este *corpus* reúne fala urbana e eu gostaria muito de ir para o interior daqui do Norte, daqui do Minho, e fazer exatamente a mesma coisa no interior. Iriamos encontrar diferenças em relação a Braga. Agora, o maior desafio foi encontrar falantes com determinados perfis. Por exemplo, homens de sessenta anos, nessa faixa etária de cinquenta para cima, só com o 7.º ano, foram muito difíceis de encontrar. Isto, porquê? Porque, naquele tempo, aqueles que faziam o 7.º ano — agora já não se chama 7.º ano, é o 12.º — seguiam para a universidade. Os outros só iam até ao 5.º e depois iam para outros tipos de escolas ou iam para a tropa e nós não conseguimos preencher essa célula. Só encontrámos um homem com esse perfil. Era preciso três homens e três mulheres. Mulheres, encontrámos, homens, só encontrámos um. Portanto, temos células em branco. Isso foi o mais difícil. De resto, foi um projeto trabalhoso. Eu não sou da área da Sociolinguística, mas tive a ajuda

preciosa da Professora Conceição Paiva, da UFRJ, que estava a viver em Paris, por isso, podia cá vir. De facto, construímos uma amostra estratificada e muito controlada em termos das variáveis sociais (nível de escolaridade, idade, sexo e faixa etária). Nesse *corpus* é possível ver fenómenos que são muito úteis para quem faz linguística teórica. Nós conseguimos provar que certos fenómenos de variação estão realmente em variação estável, isto é, não estão em processo de mudança. Este é um tipo de variação que vai continuar, a menos que a escola elimine as formas mais estigmatizadas. Já os processos de mudança em curso possuem características diferentes, são fenómenos que ocorrem na fala das faixas etárias mais jovens e não na fala dos idosos. Só com um *corpus* estratificado é possível distinguir os dois tipos de variação.

A Professora trabalhou também questões relacionadas à aquisição do português como língua de herança. Quais é que são, atualmente, os problemas de natureza sintática fundamentais nesta área?

A isso não posso muito bem responder. Há muitos debates sobre as línguas de herança, se se trata de aquisição incompleta ou se é aquisição completa e depois há erosão, enfim. Mas não é de facto a minha área. Porque é que me interessaram as línguas de herança? Porque, lá está, são primeiras línguas, e, como tal, permitem estudar o modo como certos aspetos do conhecimento de uma língua nativa são afetados pelo contacto entre línguas e a qualidade (e quantidade) do *input*. O meu interesse veio mais por se tratar de línguas maternas que divergem da língua falada pelos falantes que crescem num contexto monolíngue. Interessa perceber quais são os aspetos em que há divergência e aí entram questões curiosas que me interessaram, nomeadamente as que se relacionam com a questão da colocação dos pronomes clíticos, e os objetos nulos, mais uma vez.

Relativamente ao ensino de língua não materna, que papel deve a Sintaxe ocupar?

Eu dou aulas de língua não materna, agora estou a dar aulas de Português a alunos chineses, e, nessas aulas, dou muito pouca Sintaxe. Os alunos chineses vêm bem preparados a nível da gramática, não conseguem é falar. Eu não abordo as questões gramaticais de forma muito explícita. Nisso, tenho a sorte de ter alunos que já vêm com algumas bases, não tenho o nível A1. Há aspetos que vejo que são mais problemáticos, como a questão do emprego dos artigos (o chinês não tem artigos), mas não posso entrar em noções muito técnicas, como o

conceito de parâmetro de variação, por exemplo, com estes alunos. Não é esse o objetivo. Muitas vezes, noto que eles adquirem conhecimentos da gramática do português de forma muito intuitiva. Por exemplo, têm as intuições certas acerca do uso do artigo. É só uma questão de reforçar as intuições que eles têm, porque eles têm-nas. É fantástico, é incrível, mas têm. Depois, no uso, claro que muitas vezes não usam artigo, não fazem concordâncias, mas isso é uma questão de treino. Portanto, eu, sinceramente, para o ensino da língua segunda, não vejo muita utilidade no tipo de Sintaxe que eu faço.

Para além de toda a investigação que tem realizado, tem lecionado em universidades diferentes, incluindo a Universidade de Massachusetts. O que nos pode dizer da experiência de lecionar noutras instituições relativamente às diferenças nas disciplinas, nos estudantes e nos próprios sistemas de ensino?

Eu podia dizer muita, muita coisa. Apesar de tudo o que se diz dos americanos e da cultura americana, o sistema de ensino nos EUA é muito bom. Para começar, para entrar numa universidade, não é preciso escolher cursos. O currículo das universidades, a nível da licenciatura, é assim: os alunos são obrigados a obter um determinado número de créditos numa variedade de áreas, nomeadamente escrita em Língua Inglesa, Ciências Sociais, Humanidades, História, Matemática, Ciências Naturais ou Física. Isto é obrigatório para todos. E depois escolhem uma área de concentração *major* e uma área *minor*, mas não há restrições, podem escolher as áreas que quiserem. Muitos dos meus colegas tinham as mais variadas combinações de *major* e *minor*. Por exemplo, um colega meu do MIT tinha um *major* em Antropologia e um *minor* em Linguística. Havia outros que tinham *major* em Linguística e *minor* em Matemática, etc. Ora isto dá uma abertura e uma capacidade de articular as áreas entre si que os nossos alunos aqui não têm. E tem uma outra vantagem: os departamentos não correm o risco de ficar sem alunos, porque dão aulas a todos os estudantes da universidade. Aqui fala-se muito da crise das Humanidades, mas eu não vi essa crise nos Estados Unidos, nem vejo. Depois, há a vantagem da interdisciplinaridade. Por exemplo, Chomsky tinha formação em Filologia/Linguística e Matemática, e foi assim que conseguiu formular a Gramática Generativa. Aliás, ele tem contributos importantes na área da Matemática. Portanto, logo aí há uma diferença muito grande. Depois, o próprio facto de todos os alunos terem aulas de escrita também é relevante, porque é aí que eles aprendem as bases da escrita académica, prática que aqui é praticamente inexistente. Agora, o que acontece quando os alunos saem (são cursos de quatro anos) é que não estão preparados para exercer

uma profissão que implique um elevado grau de especialização. Então há muitos licenciados que são taxistas, por exemplo. Aqueles que querem depois ser advogados, professores, médicos, terão de fazer uma pós-graduação. Tipicamente, mestrado e, depois, eventualmente, o doutoramento. Portanto, o que acontece é que, apesar de haver seleção para os cursos mais cobiçados (como a Medicina, a Arquitetura, etc.), os alunos escolhem a especialização muito mais tarde, o que também é benéfico. Aqui, logo do 9.º ano para o 10.º, têm de escolher entre Ciências e Letras. Isso é logo uma machadada no futuro daquelas pessoas. Essa situação parece-me muito injusta e muito mal pensada. Portanto, essa é a grande diferença entre os sistemas de ensino. Isto não quer dizer que os alunos americanos estejam mais bem preparados, não estão, até porque o nível não é tão elevado. Aqui, para se entrar em Medicina, tem de se ter dezoito valores num programa de Matemática bastante exigente, e não sei se isso é muito vantajoso. Às vezes é preciso considerar a relação custo-benefício. Por outro lado, as Letras estão muito estioladas pela falta de saídas profissionais. Mestrados como o de Ciências da Linguagem aqui em Braga acabam por ter poucos candidatos, porque, de facto, os alunos não foram expostos ao estudo da Linguística nas licenciaturas, tiveram muito pouca Linguística, não estão muito motivados e, ainda por cima, têm de trabalhar para poderem pagar as propinas do segundo ciclo.

Em Portugal, sabemos que a Gramática, à exceção de alguns aspetos morfológicos e sintáticos, é ainda um conteúdo programático extremamente desvalorizado nas aulas de Português. Além disso, este fenómeno é várias vezes acompanhado por um desinteresse generalizado dos alunos em aprender Gramática. Sabemos que a Senhora Professora dedicou alguns anos à docência no ensino básico e secundário. Tendo estes aspetos em conta, como confrontou estes desafios e que estratégias didáticas considera serem importantes para a promoção do ensino de Gramática em contexto sala de aula?

Bom, eu não sei se a Gramática é assim tão desvalorizada, não sei. Houve uma altura em que não foi, os professores até se queixavam de que tinham muitos conteúdos de Gramática e Linguística para lecionar. Depois a situação mudou e passou a haver um maior peso de conteúdos da área da Literatura. Quando eu fui professora no ensino secundário, como eu gostava muito de Linguística e gostava muito de Gramática, ensinava muita Gramática. Mas a sensação que eu tinha é que estava ali a massacrar os alunos com a Gramática. Portanto, eu acho que sim, o ensino da Gramática é importante, mas aquela

Gramática fundamental: saber princípios de Morfologia, de Fonética (não tanto Fonologia), um bocadinho de Gramática Histórica, o suficiente para ler Gil Vicente e outros autores. A nível da Sintaxe, o estudo da gramática interessará mais como forma de os alunos refletirem sobre os dados da sua língua, serem capazes de os sistematizar e de descobrir, por exemplo, como se identifica o sujeito, o predicado e as restantes funções sintáticas. Todas essas noções, em vez de serem dadas como eu penso que são, como verdades absolutas que os alunos devem aceitar sem discussão, deveriam ser introduzidas através da aplicação de procedimentos de descoberta. Mas isso pode e deve ser ensinado logo nos primeiros ciclos. Não acho que se deva insistir muito em conceitos complexos de Linguística. Por exemplo, não acho bem que se ensinem os atos de fala ao nível do secundário, não percebo muito bem qual é a utilidade de distinguir uma declaração de uma asserção. Para apreciar a teoria dos atos de fala, é preciso compreender o contexto em que ela apareceu, o que implica possuir conhecimentos de Filosofia da Linguagem que um aluno do ensino secundário não está em condições de dominar. Caso contrário, ela reduz-se a mais uma nomenclatura e eu acho que tudo o que seja centrar o ensino em nomenclaturas e tipologias deve ser evitado. Já me parece mais útil ensinar os alunos a usar instrumentos que os levem a refletir sobre o funcionamento da língua. Não vejo utilidade nenhuma em ensinar mais uma nomenclatura que pode mudar daqui a uns tempos, e que eles se limitam a decorar. E cai-se muito nisso. Eu costumava ir assistir a aulas do secundário, porque, na Universidade do Minho, as licenciaturas eram em ensino, e nós tínhamos de ir assistir a aulas dos estagiários. Lembro-me de estar a assistir a aulas em que estava a ser dado um conto, já não sei que conto era, e aquele conto era ali tratado com o intuito (parecia ser esse o intuito) de sistematização das categorias da narrativa: identificação e caracterização das personagens (e então faziam-se listas de adjetivos no quadro com as características de cada personagem), caracterização do narrador, do espaço, e assim por diante. Mas o conto propriamente dito, as questões que ele levanta, a linguagem em que está escrito, isso não era explorado. Eu acho que esse tipo de trabalho, que esquece o texto e o reduz a esquemas e listagens, deve ser evitado o mais possível. Tudo o que seja reduzir algo que é complexo, simplificá-lo a ponto de fazer listas, parece-me completamente contraproducente numa aula de Português. Muito mais interessante seria pôr os alunos a pensar sobre como se redige um ensaio a partir da sua organização em parágrafos. Os alunos chegam-nos à universidade sem saber o que é um parágrafo. Eu já tive necessidade de ir procurar manuais em português sobre escrita, e o que há, lá está outra vez, é teoria do texto, os géneros textuais, as características do texto narrativo, as características do texto jornalístico,

argumentativo, etc. Mas não é isso que se pretende, não é isso. Mais uma vez, a tradição anglo-saxónica tem manuais excelentes, e a francesa também, mas, aqui em Portugal, é muito pobre essa componente, de tal maneira que eu estou agora a introduzir umas noções de escrita académica nas aulas do curso de mestrado: como é que se constrói um parágrafo, o que é a frase-tópico, como se articulam as frases dentro do parágrafo e os parágrafos entre si, como se organiza um ensaio, um artigo, uma tese, etc. Isso é muito importante, e eu não vejo que as técnicas de escrita sejam abordadas de forma séria e sistemática seja a que nível for.

Sabemos que a Senhora Professora integrou a equipa de linguistas cujos estudos constituíram o renomado projeto proposto pela Fundação Calouste Gulbenkian conhecido como Gramática do Português. O seu trabalho incidiu principalmente na subordinação argumental finita e infinitiva, tendo esta última sido desenvolvida juntamente com o Professor Eduardo Paiva Raposo. Poderia contar-nos um pouco sobre como foi o processo de preparação e a experiência de colaborar num projeto tão prestigiado quanto este?

Nós participamos enquanto autores. Recebemos instruções, escrevemos os capítulos, eles foram revistos, e foi um processo muito, muito moroso, demorou dez anos. Os organizadores queriam que os capítulos da gramática tivessem coerência entre si e, como havia tantos autores, queriam dar-lhe uma coerência global, e isso saiu-lhes do corpo. Mas, no fundo, foi um trabalho que fiz sobretudo em colaboração com o Professor Eduardo Paiva Raposo, não interagi com os outros autores, exceto no último volume, em que colaborei com os colegas Rui Santos e Rita Veloso.

Qual o maior desafio que enfrentou tanto como investigadora como professora na área da Linguística e qual aquele de que mais se orgulha?

O principal desafio foi, de facto, ter defendido algo que não foi imediatamente aceite pela comunidade científica em Portugal (embora estivesse a ser aceite fora de Portugal), mas eu não desisti da minha ideia e, quanto mais trabalho nesse tópico, mais reforço a hipótese inicial, as peças do *puzzle* vão-se encaixando de forma nítida. Depois aqui, na Universidade do Minho, o maior problema é não haver muitos candidatos aos mestrado e doutoramento em Ciências da Linguagem. Dos que há, poucos são os que estão dispostos a trabalhar em Sintaxe. A UMinho não tem Licenciatura em Linguística e não dispõe de docentes em número suficiente para abrir uma Licenciatura na área no futuro próximo. Um outro desafio é o facto

de eu ser a única pessoa aqui que faz Sintaxe Teórica. O desafio de que mais me orgulho foi ter conseguido entrar no MIT. E também tenho orgulho no meu trabalho, nos meus contributos para o campo científico em que me enquadro, mas isso não se vê logo.

Que temas gostaria ainda de explorar ou de ver explorados em Sintaxe?

Agora estou a estudar os objetos nulos, que são mais um caso de *pro-drop* não associado a flexão de concordância. Os objetos nulos estão sujeitos a restrições semânticas e pragmáticas muito peculiares e eu estou bastante interessada nas questões de interface entre a Sintaxe e a Semântica e também a Pragmática, porque acredito na tese do Programa Minimalista de que a Sintaxe gera estruturas abstratas, que depois são “lidas” pelos sistemas de interface com os outros sistemas cognitivos, os quais são geridos por princípios e regras próprios, de natureza diferente dos da Sintaxe. No caso dos objetos nulos em português e outras línguas, é sabido que evidenciam um conjunto de propriedades que diferem das dos sujeitos nulos mesmo em línguas em que a flexão de concordância com o sujeito é pobre ou mesmo inexistente, e é nisso que estou a trabalhar. A minha hipótese é que essas diferenças se explicam, em parte, por princípios de natureza semântica e pragmática. Também pretendo continuar a trabalhar sobre a complementação infinitiva. Estes são os planos a curto prazo.

Que conselhos gostaria de deixar aos estudantes que queiram seguir investigação na área da Sintaxe?

Eu diria para fazerem aqui o mestrado e o doutoramento fora do país, ou então frequentarem cursos lá fora, cursos de verão, por exemplo. Acho que é bom sair, só nos abre a cabeça. Há vários cursos de verão na Europa e nos EUA. O curso de verão da Associação Americana de Linguística, que se realiza de dois em dois anos, é excelente. Se conseguirem bolsa da universidade, vale muito a pena.

LEITURAS DE SUCESSIVIDADE COM O PRETÉRITO IMPERFEITO NO DISCURSO

Ronaldo Mendes²

up201809885@edu.lettras.up.pt

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO (PORTUGAL)

RESUMO. Neste trabalho, discutem-se as relações temporais que as proposições no Imperfeito do Indicativo podem licenciar em contextos de narrativa. A análise partiu de um *corpus* constituído por 26 exemplos retirados do conto “Solidão” de Miguel Torga (1987), baseando-se nas propostas teóricas de Reichenbach (1947), Kamp & Reyle (1993), Dowty (1986) e Cunha (2004). Sendo que o Imperfeito estativiza os eventos (Cunha 2004: 303), fez-se uma breve distinção aspetual entre eventos e estados, para perceber de que modo as relações temporais são influenciadas pelas propriedades aspetuais das situações. Com efeito, foi possível confirmar que o Imperfeito não só desencadeia uma relação de sobreposição e, em alguns casos, de inclusão entre as situações e os seus pontos de referência, mas também estabelece uma relação de sucessividade, sobretudo quando combinado com adverbiais que remetem para futuridade ou quando os Imperfeitos se sucedem no discurso (podendo a sucessividade resultar da leitura habitual das situações).

PALAVRAS-CHAVE. Imperfeito do Indicativo, Aspeto, Relações Temporais, Narrativa.

ABSTRACT. In this study, we discuss the temporal relationships that the propositions in the imperfect indicative tense comprise in narrative contexts. The analysis is based on a corpus consisting of 26 examples taken from the short story “Solidão” by Miguel Torga (1987), and it is conducted within the theoretical framework of temporal relationships as proposed by Reichenbach (1947), Kamp & Reyle (1993), Dowty (1986) and Cunha (2004). Since the imperfect turns events into states (Cunha, 2004: 303), a brief aspectual distinction was made between events and states to clarify how temporal relations are influenced by the aspectual properties of situations. Our results confirm that the imperfect not only triggers a relationship of overlap and, in some cases, inclusion between situations and their points of reference, but also establishes a relationship of successiveness, especially when combined with adverbial

² Estudante do 2.º ano de Mestrado em Linguística.

phrases that refer to future or when phrases with imperfect tense follow each other in speech. In the latter case, successiveness may result from the habitual reading of situations.

KEYWORDS. Imperfect Indicative, Aspect, Temporal Relationships, Narrative.

1. Introdução

O objetivo principal deste trabalho é o de estudar as relações temporais desencadeadas pelas proposições expressas no Pretérito Imperfeito do Indicativo no contexto da narrativa. Ora, falar das relações temporais no discurso que um determinado tempo verbal estabelece, neste caso, o Imperfeito do Indicativo, implica, em primeiro lugar, falar do tempo em si, enquanto uma categoria linguística. Tal como os adjuntos adverbiais, os verbos auxiliares, entre outros processos de localização temporal, o tempo verbal tem como função localizar as situações que os enunciados expressam (Oliveira 2013: 509). Segundo a mesma autora, o tempo linguístico é ordenado, num eixo linear, do Passado em direção ao Futuro, em relação a um momento ou intervalo que é tomado como referência, que pode ou não corresponder ao momento em que um determinado enunciado é produzido, isto é, o tempo da enunciação (Oliveira 2013: 510).

Ainda em concordância com Oliveira (2013: 510), determinar a localização temporal de uma dada situação, um estado ou um evento, é associá-la a determinado ponto ou intervalo de tempo, no eixo de tempo (do Passado ao Futuro). Isto, de certa maneira, significa saber se a eventualidade é anterior, simultânea ou posterior ao intervalo de tempo tido como o seu tempo de referência, como definido por Reichenbach (1947: 287) (retomaremos esta questão mais adiante). Nessa linha de tempo, o Pretérito Imperfeito, o tempo que nos propusemos estudar neste trabalho, enquadra-se no domínio do Passado. Note-se que, para além deste valor semântico de Passado, o Imperfeito possui também valores aspetuais e modais, como assegura Oliveira (2013: 518), não tendo sido considerados, para este artigo, estes últimos valores.

Partindo da recolha de um conjunto de exemplos do conto “Solidão”, de Torga (1987), a nossa análise baseia-se nos seguintes objetivos específicos: 1) identificar os casos em que o Imperfeito pode promover relações de sucessividade no contexto da narração; 2) procurar identificar os elementos linguísticos que licenciam este género de interpretações; e, por fim, 3) tentar perceber se estes casos de sucessividade com o Imperfeito são ou não

quantitativamente relevantes no todo do texto. Quer isto dizer que o nosso foco está em tentar compreender se existem relações temporais estabelecidas por situações no Imperfeito para além daquelas previstas na literatura, às quais mais adiante nos referiremos.

Em conformidade com os objetivos acima mencionados, e porque, tal como é descrito em Cunha (2004: 300 ss.) e Oliveira (2013: 509 ss.), a localização temporal e a estrutura interna dos predicados influenciam-se mutuamente – sendo que a ocorrência de um tempo verbal é condicionada pelos valores aspetuais – teremos em consideração, para o nosso estudo, a distinção aspetual entre estados e eventos, dado que exercem influência sobre a estruturação temporal do discurso.

Este artigo é composto por mais três partes, para além desta breve introdução, em que se encontram enunciados a problemática e os objetivos da investigação. Esta primeira parte subdivide-se em três subpartes: primeiro, em 1.1. faz-se uma breve revisão bibliográfica sobre a relação entre estados e eventos; de seguida, em 1.2. procede-se ao enquadramento teórico sobre as relações temporais, tendo em conta a natureza aspetual das situações; por fim, em 1.3. discutem-se as propriedades temporais (e aspetuais) do Imperfeito do Indicativo. Na segunda parte do trabalho, apresenta-se a metodologia aplicada para a recolha e análise do *corpus*. A terceira secção é dedicada à apresentação dos resultados de análise, procedendo-se à sua discussão. Por fim, na quarta e última secção, apresentam-se as considerações finais.

1.1. Estados e eventos

A distinção entre estados e eventos é uma distinção de natureza aspetual, i.e., o modo como a estrutura temporal interna das situações se perspetiva ou se organiza, a partir das suas propriedades aspetuais (Oliveira 2013: 509). Esta distinção é relevante para este trabalho, já que o Imperfeito tem propriedades aspetuais (Oliveira 2004, 2013; Cunha 2004, 2013), como se justifica na secção 1.3.

Em Oliveira (2013) e muito em particular em Cunha (2013: 587 ss.), salienta-se que a informação aspetual de uma oração pode ser dada lexicalmente ou gramaticalmente. No primeiro caso, trata-se do aspeto lexical, que corresponde à classe aspetual básica de uma proposição, que é obtida através da interação entre elementos linguísticos como verbo, complementos e, às vezes, sujeito. No segundo caso, porém, a informação aspetual é obtida pelas alterações exercidas sobre o perfil básico das situações por meio de tempos gramaticais, verbos de operação aspetual ou adjuntos adverbiais temporais, dando origem a uma classe aspetual derivada.

Partindo do que se disse acima, verifica-se que são vários os elementos que podem coocorrer para a caracterização das situações, tendo também em conta os traços de dinamicidade (situação com um conjunto de fases sucessivas), duratividade (a possibilidade de uma situação se prolongar no tempo), telicidade (eventualidade com um fim intrínseco, possuindo uma fronteira final que determina a sua conclusão) e homogeneidade (manutenção das características da situação considerada no seu todo) (Cunha 2013: 589-591), sendo o primeiro traço o mais importante para a distinção entre estados e eventos. Os estados, em termos gerais, constituem predicados não dinâmicos, i.e., são situações marcadas pela uniformidade da sua estrutura interna (“ser guineense/alto”; “estar contente”; “ter olhos castanhos”); enquanto os eventos, pelo contrário, são situações dinâmicas, por apresentarem subfases sucessivas (“O João escrever / ler um livro / cortar a meta / tossir”), podendo ter ou não um fim intrínseco. Atente-se na agramaticalidade dos exemplos da frase (1) em oposição aos da frase (2)³:

- (1) (a) O João é guineense / alto (*habitualmente).
 a’) *João, sê guineense / alto!
 b) *A criança tem olhos castanhos propositadamente.
 b’) *Criança, tem olhos castanhos!
- (2) a) A Djenabu escreve (*habitualmente*)
 a’) Djenabu, escreve!
 b) A Djenabu lê o livro *propositadamente*.

Os exemplos em (1) mostram que, como é descrito em Cunha (2013: 592 ss.), num “contexto neutro”, só as predicções estativas “mantêm uma leitura preferencial puramente temporal, do presente real, com o presente do indicativo”, como se vê em (1a), e não podem ocorrer, tipicamente, com advérbios volitivos (1b) nem nas frases imperativas (1a’, b⁴). Os eventos, pelo contrário, combinados com o Presente do Indicativo, têm tipicamente uma leitura de habitualidade (2a) e ocorrem em frases imperativas (2a’) e em frase com advérbios volitivos (2b).

³ Estes testes linguísticos foram apresentados originalmente por Dowty (1979) e retomados por Cunha (2004).

⁴ Devemos, porém, notar que, como salienta Cunha (2013: 596), certos estados, em particular os faseáveis – que são situações que, por serem suscetíveis de se combinarem com traços denotadores de dinamicidade, se aproximam de eventos (Cunha 1998, 2004) – podem ocorrer com imperativos e expressões volitivas (e.g. “Maria, sê simpática com as tuas colegas!”; “A Maria foi deliberadamente desagradável com os clientes”).

É com base nestas observações que, como foi sublinhado na introdução, Cunha (2004: 299) e Oliveira (2013: 509) lembram que, no caso do português, os tempos verbais e a estrutura interna dos predicados se influenciam mutuamente. Estas consequências serão discutidas na subsecção seguinte, tendo como ponto de partida as propostas teóricas de Reichenbach (1947), Kamp & Reyle (1993) e Dowty (1986), essas duas últimas fundamentando o enquadramento teórico de Cunha (2004).

1.2. Relações Temporais

Na introdução, referimos que falar das relações temporais que as eventualidades estabelecem equivale a falar do modo como as situações expressas por estes enunciados se localizam temporalmente – num eixo linearmente ordenado do Passado em direção ao Futuro (Oliveira 2013: 510) –, considerando o intervalo de tempo tido como o seu ponto de referência, intervalo esse que pode ou não corresponder ao momento da enunciação (Reichenbach 1947). Nesta subsecção, apresentaremos algumas propostas que se afiguram indispensáveis para a análise das relações temporais, centrando a nossa atenção em compreender o tipo de relações que se estabelecem com o Imperfeito do Indicativo, quando combinado com situações estativas ou eventivas.

A proposta de Reichenbach (1947: 287-289) assenta na existência de três pontos que permitem descrever os tempos gramaticais, nomeadamente o ‘Ponto de Fala’, o ‘Ponto de Evento’ e o ‘Ponto de Referência’, doravante PF, PE e PR, respetivamente. A partir desses pontos, estabelecem-se três tipos de relações temporais entre as situações: a de anterioridade, a de simultaneidade e a de posterioridade, todas em relação a um PF e PR. Numa frase solta como ‘*Peter had gone*’, Reichenbach (1947: 288), embora assumo o ‘momento em que o Pedro partiu’ como o PE, o intervalo entre este ponto e o PF como o PR, nota que a determinação do intervalo do tempo considerado como PR não é muito clara. Essa interpretação é favorecida pelo contexto comunicacional, isto é, o PR da frase ‘*Peter had gone*’, ‘o Pedro tinha partido’, é anterior ao PF e, em circunstâncias normais, é antecedido por uma outra situação passada. Porém, no contexto da narrativa, acrescenta o autor, a série de eventos narrados pode determinar o PR, visto como anterior em relação ao PF. Entre os diferentes tempos gramaticais analisados por Reichenbach, tendo em conta estes três pontos, o ‘Simple Past, Extended’ do inglês (*I was seeing John*) e o *imparfait* do francês (*je voyais Jean*) podem corresponder ao Imperfeito do Indicativo (eu estava a ver o João...), representado da seguinte maneira:

PR, PE

PF

Quanto à relação entre os 3 pontos, Reichenbach (1947) considera que em frases complexas ou sequência de frases se aplicam as chamadas regras de ‘Sequência de tempos’. De acordo com a sua teoria, há 2 casos quanto à posição do PR: ‘princípio de permanência do PR’ (princípio segundo o qual o PR tem de ser o mesmo para todas as eventualidades expressas numa sequência de frases) e ‘Uso posicional do PR’ (Reichenbach, 1947: 293-295). Assim, de acordo com este autor, a frase ‘*I had mailed the letter when John came and told me the news*’ interpreta-se da seguinte maneira:

- 1.^a oração: E₁ _____ R₁ _____ S
 2.^a oração: R₂, E₂ _____ S
 3.^a oração: R₃, E₃ _____ S (Reichenbach, 1947: 293)

No entanto, acautela Reichenbach (1947: 295 ss.), quando o PR não é o mesmo para todas as frases de uma oração, i.e., se o PR de uma é anterior ao da outra, então o Princípio de Permanência do PR não se aplica, sendo geralmente substituído pela regra de ‘Uso Posicional do PR’, o portador da posição temporal da situação descrita. Assim, a frase ‘*he was healthier when I saw him than he is now*’ tem a seguinte interpretação:

- 1.^a oração: R₁, E₁ _____ S
 2.^a oração: R₂, E₂ _____ S
 3.^a oração: S, R₃, E₃ (Reichenbach, 1947: 295)

A segunda proposta adotada na nossa análise é a de Kamp & Reyle (1993), assente na Teoria da Representação do Discurso, segundo a qual a distinção aspetual entre estados e eventos influencia o modo como o discurso se estrutura temporalmente e a forma como a ligação entre essas eventualidades se faz através dos seus respetivos TR (Tempos de Referência) (Cunha 2004: 301). De acordo com essa teoria, eventos e estados têm comportamentos distintos na organização temporal do discurso: os eventos podem fazer progredir o tempo em que as predicções se localizam; os estados, porém, mantêm preferencialmente inalterado o intervalo associado às situações. Em consequência disso, cada evento está incluído num intervalo que, por um lado, segue o tempo em que se situa o evento

precedente e que, por outro, pode ser tomado como Tempo de Referência para a introdução de uma nova situação. Os estados, pelo contrário, não se revelam capazes de instaurar um Tempo de Referência próprio, limitando-se, por isso, a manter uma relação de sobreposição com o intervalo do evento que os antecede (Cunha 2004: 301).

A título exemplificativo, observe-se a frase (3), na qual as situações eventivas se sucedem uma à outra, por oposição às predicções descritas na frase (4), em que o estado⁵ “rilhavam grão” inclui o evento “deitar-se tarde”:

- (3) A Maria abriu a porta, entrou em casa e deitou-se no sofá. (Cunha 2004: 301)
- (4) Deitaram-se tarde, na mesma loja onde os machos rilhavam grão. (Torga 1987: 137)

Outro investigador que também se interessou pelo estudo das relações temporais é Dowty (1986). Para Dowty (1986: 37), as relações temporais estabelecidas entre situações descritas em frases sucessivas num discurso são, geralmente, explicitadas por adverbiais de tempo definido. Quando tal não acontece, escreve Dowty, as relações temporais dos predicados são determinadas por três fatores, a saber: classe aspetual, ‘Princípio para Interpretação Temporal do Discurso’ e aquilo a que chama de ‘*Conversational Implicature*’, que, segundo o autor, se baseia no conhecimento que se tem do mundo (Dowty: 41). No entanto, como lembra Cunha (2004: 305), o perfil aspetual das eventualidades interfere decisivamente na organização temporal do discurso.

Os pressupostos de Dowty (1986) traduzem-se na existência do chamado ‘Princípio de Interpretação Temporal do Discurso’. Esse princípio determina que o TR de uma predicção numa sequência de frases deverá ser interpretado como um tempo compatível com o tempo veiculado pelos adverbiais temporais ou, em caso em que tal não se verifica, um tempo que siga imediatamente o TR da frase anterior (Dowty, 1986: 45). É segundo essa lógica que Cunha (2004: 305) sublinha que os eventos estão tipicamente incluídos nos intervalos que lhes servem de TR, pelo que, numa sequência de frases, estabelecem uma relação de sucessividade, isto é, fazem progredir a narrativa. Os estados, por sua vez, não têm um TR próprio, estabelecendo uma relação de sobreposição com os eventos, e podem iniciar-se antes e prolongar-se para além do seu TR (*Ibidem*), como se vê nos exemplos (5) e (6). Se, no exemplo (5), as situações eventivas (“regressou”, “falou”, “perguntou”) estabelecem uma

⁵ Repare-se que, neste caso, a leitura estativa é licenciada pelo Imperfeito, de que, aliás, falam Kamp & Rohrer (1983) e Cunha (2004). Esta questão será retomada na subsecção dedicada ao Imperfeito.

relação de sucessividade, em (6) a situação estativa (“ressonava”) iniciou-se antes e prolongou-se depois da eventiva (“tocou”), com a qual se combina sobrepondo-se parcialmente.

(5) Um dia, porém, o Duro regressou à terra. Muito mudado no aspeto e no feitio, falou a todos, perguntou por tudo, num desejo diligente de fraternidade e de recuperação. (Torga, 1987: 132)

(6) E, sem dizer uma palavra ao colega, que **ressonava** ainda, tocou vazio para Guiães. (Torga, 1987: 133)

No entanto, assinala-se que, de acordo com Cunha (2004: 307), o ‘Princípio de Interpretação Temporal do Discurso’ “permite acomodar, de uma forma bastante simples, exemplos em que os estados se encontram envolvidos numa relação preferencial de sucessividade⁶”, como se observa nos seguintes exemplos dados por ele:

(7) Ana morou em Paris, morou em Londres e morou em Lisboa.

(8) O Jorge estava a ver televisão. Adormeceu e teve pesadelos.

1.3. O Pretérito Imperfeito

Estabelecida a distinção entre estados e eventos e as relações temporais que tipicamente desencadeiam, falemos então do Imperfeito do Indicativo. Segundo Matos (1996: 437 ss.), o Imperfeito é, na maior parte dos casos, um tempo anafórico, sem referência autónoma, pelo que precisa de um antecedente para a sua interpretação. Esta observação, de certa maneira, vai ao encontro daquela que é feita sobre as predicções estativas, na medida em que estas também, por não terem um TR próprio, precisam de um intervalo de tempo que lhes sirva de TR.

Partindo de propostas de Dowty (1986) e Kamp & Reyle (1993), Cunha (2004) salienta que o Imperfeito é um “tempo gramatical [que] dá lugar a situações de natureza estativa” (*Ibidem*: 302). Segundo o mesmo autor, esse tempo, ao contrário do Pretérito Perfeito, mantém “um maior grau de dependência no que diz respeito a outras situações que

⁶ Olhando para os exemplos dados por Cunha (2004: 307), podemos chegar à seguinte conclusão: os estados em sucessão, particularmente no exemplo (7), encontram-se no Pretérito Perfeito, tempo que, por defeito, favorece esta leitura, como aliás é descrito pelo mesmo autor, ainda que não referente aos exemplos em questão. Os casos com o Imperfeito serão discutidos mais adiante neste trabalho. Também a discussão sobre esse tempo, em oposição com o Pretérito Perfeito, encontra-se em Oliveira (1986, 2004), Dowty (1986), Kamp & Rohrer (1983), entre outros.

com ele co-ocorrem”, porque é “concebido como sobreposto a passado, i.e., que selecciona para Ponto de Perspectiva Temporal um determinado intervalo, contextualmente relevante, anterior ao momento da enunciação, geralmente proporcionado pelas eventualidades no Pretérito Perfeito que o acompanham” e, por essa razão, “favorece, na grande maioria dos casos, uma interpretação de sobreposição, ou mesmo de inclusão, dos eventos com que se combina” (*Ibidem*: 307 ss.). Observe-se os exemplos a seguir:

(9) Fez que não entendeu. Pois sim. A Gorda é que **sabia** o que lhe convinha.

(10) E o Duro, enquanto **tratava** dos machos ou **dava** um ponto na albarda, **regalava-se** todo de a ver passar assim, muito azada, bonita, a meter inveja ao sol.

(Torga 1987: 129-130)

No exemplo (9), o evento “fazer” está incluído no predicado estativo “saber”, sendo que o estado começou antes e prolonga-se depois do evento em causa. Já em (10), há uma sobreposição das situações descritas por “tratar”, “dar” e “regalar-se”, servindo um dos dois predicados (disjuntivos) de TR para o estado “regalava-se”. Esta explicação é corroborada por Oliveira (2013: 519), quando refere que “quando os predicados denotam estados temporários ou eventos, [...] o Imperfeito do indicativo necessita normalmente de um tempo de referência introduzido por um adjunto adverbial”, concluindo que em contextos de subordinação, como é o caso da frase (10), a oração em que ocorre o Imperfeito é introduzida por “quando”, “enquanto”, “ao mesmo tempo que”.

No entanto, tal como adverte Cunha (2004: 303), há configurações em que alguns estativos podem estabelecer relações de sucessividade, mesmo com o Imperfeito, como se vê em (11)⁷:

(11) a) O João tinha um B.M.W.. Vendeu-o para comprar um Ferrari.

b) O comboio atravessou a ponte. Estávamos no Porto.

(Cunha, 2004: 303)

Casos como estes parecem-nos explicáveis pelas propostas de Kamp & Rohrer (1983). Esses autores demonstram que o significado dos tempos verbais está principalmente nas relações temporais que estabelecem entre as frases em que ocorrem e aquelas que as precedem num texto (*Ibidem*: 250). Assim, prosseguem os autores, o Imperfeito ou ocorre

⁷ Neste caso, a leitura da sucessividade não é estabelecida apenas pelo tipo de situação em si, é também favorecida pelo tempo gramatical combinado com questões de natureza lexical (se tinha, já não tem).

com adverbiais temporais (podendo ser um único advérbio ou uma oração subordinada, como referimos acima) que lhe sirva de PR e, quando ocorre sem adverbiais temporais, pode ser entendido como referindo-se a um intervalo de tempo distinto do PR, pelo facto de a eventualidade que descreve ser encarada como (causa de) mudança (*Ibidem*: 258-259). Nesses casos, o Imperfeito licencia a leitura de sucessividade, por criar mudança no estado de coisas, podendo ser entendido como “imperfeito de rutura/imperfeito narrativo” (Matos 1996: 51).

Resumindo, podemos dizer que o Imperfeito tem múltiplos valores, nomeadamente, valores temporais, aspetuais e pragmáticos. Temporalmente, pode desencadear relações de inclusão, de sobreposição ou de sucessividade. Aspetualmente, este tempo descreve um intervalo aberto à direita, daí a sua imperfetividade, e fronteiras indefinidas, estativizando tipicamente as situações (Matos 1996; Cunha 2004; Oliveira 2004, 2013). Os valores modais, entre outros, foram ignorados neste trabalho, como explicitado na introdução.

2. Metodologia

De modo a tornar possível a análise feita neste trabalho, foram recolhidos exemplos de proposições expressas no Pretérito Imperfeito do Indicativo no conto “Solidão”, de Miguel Torga (1987), do livro *Contos da Montanha*.

Note-se, porém, que nem todas as ocorrências do Imperfeito foram analisadas. Para além dos casos em que o Imperfeito tem valores modais, o Imperfeito em expressões idiomáticas não foi tido em conta, como se pode ver no exemplo a seguir, em que “o diabo era ser meia senhora” é uma expressão idiomática e “levava” tem uma leitura modal favorecida pelo verbo matriz “cuidar”, sinónimo de “pensar” ou “achar”:

(12) O diabo **era** ser meia senhora e andarem todos atrás dela, mais a mim. (...) Por isso, sempre cuidou que não **levava** nada de ali (Torga, 1987: 129).

Também foram excluídos da análise os casos envolvendo as construções “ir a + infinitivo” ou com “quando”, como em “Quando a mulher ia a abrir a porta, (...) sangrou-a à navalha como quem sangra um porco (Torga, 1987: 133); orações explicativas e, em geral, todos os casos das orações subordinadas, como “Aquilo não é parelha para ti, rapaz! – dissera-lhe a Gorda, (...) na altura em que, com grandes rodeios, tentava apalpar o terreno” (Torga, 1987: 129), por serem construções diferentes daquela em que os imperfeitos surgem sequencialmente ordenados no discurso, caso de que se ocupa este trabalho. Por fim, as

construções do Imperfeito no discurso indireto livre foram igualmente desconsideradas, como em “Entre recriminações, pragas e vômitos, o Luciano foi despejando o saco. **Punha-lhos** o Carlos, evidentemente” (Torga, 1987: 132).

No total, foram analisados 22 casos, tendo em conta as seguintes variáveis: a) tipo de predicado (evento ou estado); b) tipos de relações temporais desencadeadas pelas predicções. No caso da primeira variável, a análise não recaiu sobre subtipos de estados nem de eventos, o que não nos impediu de, sempre que se justificou, ressaltar alguma particularidade de uma dada situação. Tentou-se, no entanto, perceber, de forma geral, como funcionam os estados e os eventos com o Imperfeito, se sofrem ou não alguma transformação ao nível das relações temporais para além daquilo que é previsto na literatura. Na segunda variável, os tipos de relações temporais analisados, considerámos as relações de inclusão, de sobreposição e de sucessividade entre as eventualidades e os seus pontos de referência, estando o foco na relação de sucessividade.

Em consequência da análise das relações temporais, recorreu-se, na maioria dos casos, ao modelo de análise temporal de Reichenbach (1947) (utilizou-se também o modelo da DRT de Kamp & Reyle (1993), devido à complexidade de alguns exemplos), agrupando os exemplos de acordo com o tipo de relações temporais que as predicções no Imperfeito estabelecem.

3. Apresentação e discussão dos resultados

Antes de apresentarmos e discutirmos os resultados obtidos, convém lembrar o seguinte: localizar temporalmente as situações descritas por proposições equivale a atribuir-lhes um ponto ou intervalo temporal, no tempo cronológico, tendo em conta o seu ponto de referência e/ou ponto de perspectiva temporal. Assim, há uma relação de ‘inclusão’ quando o intervalo de menor extensão temporal se inclui no de maior extensão; há uma relação de ‘sobreposição’ (total ou parcial), quando dois intervalos coincidem (total ou parcialmente) e, por fim, há uma relação de ‘sucessividade’, quando os intervalos se sucedem (Oliveira 2013: 129; Silva 2005: 141).

Nesta secção, apresentam-se os resultados da análise das relações temporais estabelecidas pelas proposições no Imperfeito do Indicativo, considerando as suas propriedades aspetuais, com base no quadro teórico de Reichenbach (1947) e Kamp & Reyle, (1993), apoiando-se, em alguns casos, em Dowty (1986) e Cunha (2004, 2013). Para além das relações de inclusão e de sobreposição (subsecção 3.1), assumiremos que o Imperfeito,

dependendo da natureza lexical da eventualidade ou do tipo de adverbiais com que se combina, sobretudo aqueles que remetem para futuridade, pode também estabelecer uma relação de sucessividade (3.2) entre as situações e o seu PR.

Nesta análise, as situações a negrito correspondem àquelas representadas pelo Imperfeito e os seus pontos de referência encontram-se sublinhados.

3.1. Relações de Inclusão e de Sobreposição com Imperfeito

Como vimos nas secções anteriores, o Imperfeito, por ser um tempo sobreposto ao passado, desencadeia sobretudo as relações de sobreposição e de inclusão com as eventualidades com que se combina. Nesta secção, analisam-se primeiramente os casos de inclusão e, a seguir, os de sobreposição. Atentemos, então, nas frases (13) e (14), que correspondem aos exemplos 6 e 21 do anexo.

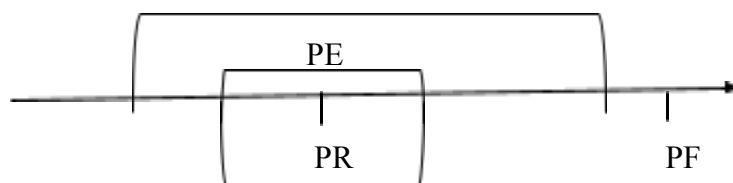
(13) Fez que não entendeu. Pois sim. A Gorda é que **sabia** o que lhe convinha. (Torga 1987: 129)

(14) Sem poder aguentar mais o frio daquela maldição humana, falou em casamento à Rosária (...). **Estava a entrar** nos quarenta e cinco. Não **era** velho ainda. (Torga 1987: 136)

Em todos esses exemplos, estabelece-se uma relação de inclusão entre as eventualidades descritas no imperfeito e os seus respetivos pontos de referência. Em (13), como já se viu em 1.3., o PR é dado pelo evento descrito pela frase com o verbo no Pretérito Perfeito (“fez que não entendeu”) e está incluído no estado (“sabia”), sendo que aqui o estado começou antes e prolonga-se depois do evento em causa. Em (14), igualmente, a oração no Pretérito Perfeito (“falou em casamento à Rosária”) serve de PR ao estado “estava a entrar...”⁸, que é PR do estativo descrito por “não era velho”. Assim, e de acordo com a proposta de Reichenbach (1947), estas frases correspondem ao esquema (1):

⁸ Note-se que entre os dois estados estabelece-se uma relação temporal de inclusão, o estado progressivo “estava a entrar nos quarenta e cinco” está incluído no estado descrito pela proposição “não era velho”.

Esquema 1⁹



Os resultados acima apresentados confirmam a proposta de Dowty (1986), retomada por Cunha (2004), segundo a qual as proposições no Imperfeito, em caso de não ocorrerem com advérbios temporais, tomam como PR as eventualidades no Pretérito Perfeito que as acompanham. Isto porque o Imperfeito carece de um PR próprio. Ainda sobre a relação de inclusão, existem outros exemplos cujo PR é dado pelos advérbios e/ou pelas orações inseridas em parágrafos anteriores. No exemplo (15), correspondente ao exemplo 16 e 17 do anexo, o PR é dado pela oração imediatamente anterior (“tocou vazio para Guiães”), estando o advérbio temporal “de manhã” a localizar uma situação habitual (“sabia-lhe a vida a podre”).

- (15) De manhã, **sabia-lhe** a vida a podre [...] E, sem dizer uma palavra ao colega [...] tocou vazio para Guiães. **Vinha** cego, cheio dum ódio calado, espesso, que o tomava todo, desde a cabeça aos pés. (Torga 1987: 133)

Além destes exemplos, pode-se ver a relação de inclusão na frase 12 do anexo, que corresponde ao **Esquema 1**. Assim, no todo das frases analisadas, são 4 os casos nos quais se estabelece uma relação de inclusão entre o Imperfeito e os seus pontos de referência.

Os dados analisados permitem também testar a relação de sobreposição entre as situações ocorridas no Imperfeito e os seus pontos de referência. Observem-se os exemplos seguintes, correspondentes às frases 5, 7, 14 e 15 do anexo:

- (16) A Isaura fora sempre o seu fraco. Desde muito novo que a **trazia** na ideia. (Torga 1987: 129).

- (17) Só **descansava** aos domingos. E mesmo assim ia às missas à Senhora da Amoreira ao romper de alva¹⁰ (...) (Torga, 1987: 130).

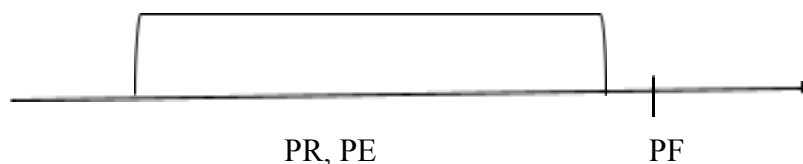
⁹ Neste esquema, a linha em torno do PR indica apenas que o PR está incluído dentro do intervalo do PE, sendo anterior ao PF, tal como o PE.

¹⁰ Note-se que, em (17), temos um caso de leitura de habitualidade, mas a relação de sobreposição das propriedades do estado básico dá-se entre cada situação particular de descansar e cada domingo. Na segunda Volume 13 | N.º 1 | 2024 | <https://ojs.letras.up.pt/index.php/elingUP>
DOI: https://doi.org/10.21747/1647-4058/eling13_1

- (18) Apesar de o atravessarem de lado a lado, o Duro sentia mal as cacadas do Luciano. O vinho, como uma almofada caridosa, **amortecia** a dor dos golpes. Em carne viva e anestesiada ao mesmo tempo, lúcido e entorpecido, tudo **se passava** como se um trágico pesadelo o atormentasse na aparente realidade de um sonho. (Torga, 1987: 132).
- (19) O certo e o incerto ofereciam-se-lhe com a mesma desfaçatez movediça. E **tentava** soltar-se das malhas invisíveis que o prendiam, na ânsia de cindir de uma vez os campos da verdade e da mentira (Torga, 1987: 133).

Olhando para estes exemplos, percebe-se que em todos eles as situações a negrito coincidem com os intervalos de tempo tidos como os seus pontos de referência. Em (16), o estado (“trazia”) sobrepõe-se parcialmente com o seu PR (“desde muito novo”); já em (17), há uma sobreposição total na primeira oração entre o estado habitual (“descansava”) e o seu PR (“aos domingos”)¹¹. Em (18) e (19) a sobreposição também é total entre os estados a negrito e os seus pontos de referência (que são os próprios estados) e, em ambos os casos, a relação de sobreposição é motivada sobretudo pela sequência de estativos e pelo seu significado lexical, tornando difícil atribuir limites temporais às predicções. Na frase 4 do anexo, o intervalo de referência fornecido pelo adverbial “às tantas de madrugada” sobrepõe-se ao estativo “atravessava”. No entanto, devido à leitura inceptiva que o adverbial parece sugerir, essa sobreposição é parcial. Assim, a estes exemplos atribui-se o esquema geral seguinte (neste esquema, deve ler-se que o PR sobrepõe-se, parcial ou totalmente, com o PE, sendo ambos anteriores ao PF).

Esquema 2



Para além das 5 frases acima citadas, as frases 1, 8, 10, 18 e 20 do anexo correspondem ao esquema 2, i.e., dão lugar a uma relação de sobreposição entre as

oração, porém, o estado “ia às missas” inclui o seu PR (“ao romper de alva”). Portanto, esta frase corresponde ao esquema 1.

¹¹ Note-se ainda que, nessa oração, não há só uma relação de sobreposição (de cada situação de descansar com cada domingo), mas também há uma relação quantificacional (habitualmente) que é imposta.

eventualidades (são 10 exemplos, no total). No exemplo 20, porém, retomado aqui em (20), pode-se atribuir uma leitura de sucessividade às orações “Ninguém o **atendia**. **Voltava** a Guiães de mãos a abanar”, devido ao significado lexical dos estativos (habituais) em causa e ao PR do estado descrito por “atendia”, que é dado pela oração subordinada “quando entrava num povo”.

(20) Não **lutava** por nada e o seu esforço soava falso. Além disso, como o Luciano (...) já não **negociava** e nenhum dos novos queria emparceirar com ele, quando **entrava num povo**, desacompanhado, apenas com o macho atrás e o espantinho do crime adiante, as portas **fechavam-se-lhe** na cara. Ninguém o **atendia**. **Voltava** a Guiães de mãos a abanar. (Torga, 1987: 136)

Tal como aconteceu nos casos de inclusão, as predicções em que se desencadeia a relação temporal de sobreposição comprovam as propostas de Kamp & Reyle (1993) e de Dowty (1986): os estados, por não terem um PR próprio, mantêm uma relação de sobreposição com os eventos com que se combinam. Lembre-se que nos casos em análise a leitura estativa das proposições é dada pelo Imperfeito, tempo que por natureza dá lugar a predicções estativas quando combinado com eventos (Cunha, 2004: 303).

Em suma, o que temos visto até aqui evidencia aquilo que é amplamente previsto na literatura sobre o Imperfeito: é um tempo gramatical que favorece, em muitos casos, uma leitura temporal de sobreposição, ou mesmo de inclusão, das eventualidades com que se combina (Cunha, 2004: 307 ss.). Os dados analisados mostram que as situações representadas pelo Imperfeito estabelecem uma relação de sobreposição não com eventos, mas com estados.

3.2. Relação de Sucessividade com Imperfeito

Analisadas as relações de inclusão e de sobreposição, atentemos agora na relação de sucessividade com o Imperfeito, relação temporal à qual se dedica especial atenção neste trabalho e sobre a qual os dados se revelam interessantes.

Existem estudos, como se expôs na subsecção 1.3., que demonstram a possibilidade de o Imperfeito desencadear uma relação de sucessividade com as situações com que se combina. São principais exemplos disso os estudos de Kamp & Rohrer (1983) e Cunha (2004): no primeiro (Kamp & Rohrer 1983: 259), lê-se que “occasionally an imparfait sentence without temporal adverbs can also be understood as referring to a time that appears

to be distinct from the reference time” (21) e, em Cunha (2004: 303), nota-se que há casos em que o Imperfeito dá preferência à leitura de sucessividade (11a), aqui retomado em (22):

(21) O meu cão estava no jardim. Saiu a correr e mordeu o carteiro.

(22) O João tinha um B.M.W. Vendeu-o para comprar um Ferrari.

(Cunha, 2004: 303)

Olhando para os exemplos dados por estes autores, conclui-se que, de facto, há uma leitura de sucessividade entre as situações, favorecida, nestes casos, pelo facto de que “the event can be understood as a change, or the immediate cause of a change, in the prevailing conditions” (Kamp & Rohrer 1983: 259). Essa “mudança” ou “causa de mudança” é dada pelo significado lexical dos eventos ocorridos nessas frases e, sobretudo, pelos seus tempos gramaticais: em ambos os casos, o Imperfeito é seguido de Pretérito Perfeito, tempo gramatical que marca eventualidades terminadas. Por outras palavras, para além das relações retóricas, de que aqui não nos iremos ocupar, fatores contextuais relacionados com a interpretação lexical das situações, aliados a efeitos pragmáticos, forçam uma leitura não canónica do Imperfeito, desencadeando, em casos como os dos exemplos acima apresentados, uma relação de sucessividade.

Pretende-se, com os dados em análise, compreender de que maneira as eventualidades em sucessão no Imperfeito licenciam a relação de sucessividade entre si e/ou com os seus pontos de referência, i.e., que elementos linguísticos proporcionam este tipo de interpretação. Nos dados em análise, a relação de sucessividade temporal entre as eventualidades no Imperfeito e os seus pontos de referência é estabelecida de duas maneiras diferentes e com diferentes elementos linguísticos. Nesta secção, discutem-se os casos em que a sucessividade é dada pelo Imperfeito, combinado ou não com adverbiais temporais; e, na subsecção 3.2.1., analisam-se casos do Imperfeito com valores eminentemente aspetuais (construções de habitualidade).

Nas frases seguintes (correspondentes às frases 11 e 19 do anexo) há uma relação de sucessividade entre as eventualidade e os seus respetivos pontos de referência:

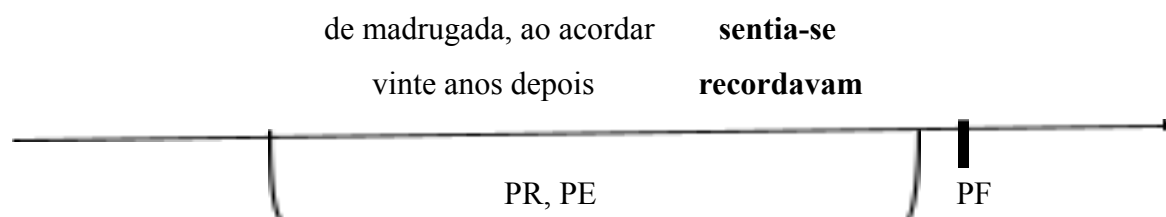
(24) Um migalho ressentido, adormeceu. E de madrugada, ao acordar, **sentia-se** roído por uma inquietação que até ali nunca conhecera (Torga, 1987: 131).

(25) E Guiães não insistiu. Vinte anos depois, só porque em frente da casa onde se dera o crime (...) havia umas alminhas, é que os mais velhos **recordavam** o almocreve, a explicar a pedra aos filhos (Torga, 1987: 134).

Em ambos os exemplos, os pontos de referência dos estativos são fornecidos pelos adverbiais temporais (“de madrugada ao acordar”, “vinte anos depois”), numa relação de sobreposição entre si. São casos em que o Imperfeito funciona como Imperfeito de rutura, graças à sua interação com os adverbiais temporais que apontam para posterioridade. São esses adverbiais que, ao servirem de PR aos respectivos estados, fazem avançar a narrativa, i.e., estabelecem uma relação de posterioridade com as situações no Pretérito Perfeito que os antecedem: em (24) e (25), “de madrugada, ao acordar” e “vinte anos depois”, intervalos temporais em que se localizam os estativos “sentia-se” e “recordavam”, são posteriores aos eventos descritos pelas proposições “adormeceu” e “não insistiu”, respetivamente, sendo que, em qualquer dos casos, continuamos no domínio do passado. Assim, nos dois casos, as frases precedentes no Pretérito Perfeito (eventos terminados) também concorrem para a fixação da referência dos respetivos estativos, na medida em que é em relação a esses eventos que se pode dizer “vinte anos depois” ou “de madrugada”. Nestes casos, por exemplo, os pontos de perspectiva temporal destes estativos correspondem às orações no Pretérito Perfeito, que são por defeito anteriores às situações estativas em causa.

Em consonância com as observações feitas em cima, atribui-se o esquema 3 a estes exemplos.

Esquema 3



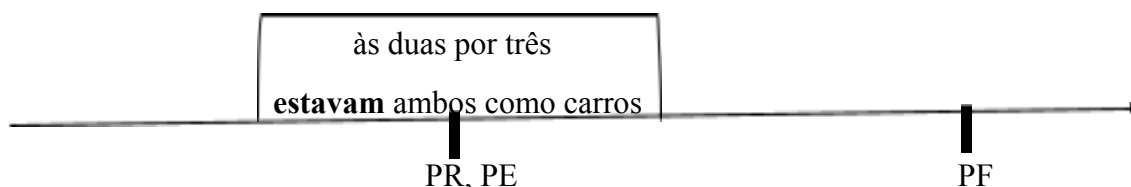
Nos exemplos apresentados, observa-se que a leitura de sucessividade com o Imperfeito em contextos de narração dá-se preferencialmente em combinação com adverbiais temporais que remetem para um intervalo posterior ao das situações antecedentes, o que é relativamente diferente de casos analisados em Kamp & Rohrer (1983) e em Cunha (2004), como já se referiu.

Para além dos casos ora discutidos, no exemplo seguinte¹² (correspondente à frase 13 do anexo), embora se estabeleça uma relação de sobreposição temporal entre a situação no Imperfeito (que é um estado lexical) e o seu PR, dado pelo adverbial temporal “às duas por três”, há uma relação de sucessividade entre estes e os eventos que os antecedem no texto:

(26) Iam buscar centeio a Pinhão Celo, e tiveram de dormir em Alifafe. O Duro não era homem de muito vinho. Contudo, à ceia, para abafar a amargura que o afligia por dentro, carregou-lhe. O Luciano, esse nem se fala. E às duas por três estavam ambos como carros.

Seguindo a proposta de Reichenbach (1947), este exemplo pode ser representado pelo esquema 4.

Esquema 4



No total, são 4 as frases em que se estabelece uma relação de sucessividade, correspondendo aos exemplos 8, 15, 13 e 21 do anexo. Em todas elas, o PR é dado pelos advérbios temporais, com ponto de perspectiva temporal explicitado pelas eventualidades antecedentes no Pretérito Perfeito. Com efeito, diferentemente dos casos discutidos em Cunha (2004) e Kamp & Rohrer (1983), nos quais o PR é fornecido pelos eventos terminados com os quais o Imperfeito se combina e não pelos advérbios temporais, sem explicitação do ponto de perspectiva temporal, nos dados aqui analisados a sucessividade não é proporcionada por significados lexicais das eventualidades, mas sim pelos advérbios temporais que remetem para intervalo posterior ao dos estativos com que se combinam.

3.2.1. Leitura de Sucessividade com Imperfeito de habitualidade

¹² Saliente-se que o primeiro imperfeito ("não era homem de muito vinho") estabelece uma relação de sobreposição com os eventos que o acompanham (quer com o precedente, quer com os seguintes). Esta proposição é um predicado de indivíduo, que parece manter as suas propriedades, embora haja, no entanto, uma espécie de exceção (repare-se no uso de “contudo”); ou seja, não há evidência de que, no intervalo de tempo em que se localiza esse estativo, as propriedades que caracterizam o Duro não se verifiquem, apenas deixaram de ser relevantes naquele momento, passando a verificar-se o que é descrito pela frase que segue o estativo (“Contudo, à ceia... [o vinho] carregou-lhe”). A análise das relações do Imperfeito com predicados de indivíduo encontra-se em Oliveira (2004).

Na secção 1.1., mostramos, com base em Cunha (2013), que a informação aspetual de uma proposição pode ser dada lexicalmente (aspeto básico) ou gramaticalmente (aspeto gramatical ou derivado), sendo os tempos gramaticais um dos responsáveis para obtenção desta última leitura aspetual. É nessa condição que, como vimos em 1.3., o Imperfeito, para além de valores temporais e modais, tem valores aspetuais (Oliveira 2004, 2013; Cunha 2004, 2013). Enquanto um tempo do passado e alargado, o Imperfeito, combinado com predicados eventivos, introduz uma leitura em que se descreve uma repetição regular e habitual de situações simples ocorridas no passado (Oliveira 2013: 521; Cunha 2013: 586), ou seja, é um estativizador por excelência.

Nesta subsecção do trabalho, analisa-se um conjunto de exemplos em que o Imperfeito dá origem a estados habituais através da repetição de situações, na medida em que essa repetição habitual resulta numa leitura de sucessividade temporal entre as eventualidades. Observem-se os seguintes exemplos (frases 3, 4, 15 e 24 do anexo):

(27) E ao cabo de duas horas, **carregava** os cachos e **metia-se** a caminho com vinte ou trinta mil réis de ganho (Torga, 1987: 128).

(28) **Descarregava**, **desaparelhava** e **pensava** os animais, **ia** à cozinha comer o caldo, e **chegava-se** ao calor da cama. Às vezes, o corpo (...) **pedia-lhe** uma tolice. E **encostava-se** à mulher. Mas raras vezes ela o **atendia**. Enfastiada, cheia de sono, **resmungava** que se arredasse para lá, que vinha gelado. Contra a vontade da carne, **dava-lhe** razão (Torga, 1987: 128).

(29) A Isaura, essa, mais fidalga, **erguia-se tarde**, e às onze é que **atravessava** o povo em direção à igreja (...) (Torga, 1987: 130).

(30) Pelas terras onde passava, Cristo nascera no coração de todos. (...) Mas **viam-no**, e **mudavam** de semblante.

Todos estes exemplos têm em comum o facto de os Imperfeitos neles ocorridos conferirem habitualidade às situações com que se combinam (i.e., são estados habituais), isto porque cada eventualidade ocorreu repetidamente no passado, e estabelecerem entre si uma leitura de sucessividade, embora nas frases (27) e (29) estejam representados adverbiais temporais (nestes casos, o PR das eventualidades é marcado pelos respetivos adverbiais).

Em (27), a sucessividade é proporcionada pela ocorrência do adverbial temporal “ao cabo de duas horas”, sendo que as situações “carregava os cachos” e “metia-se a caminho”

ocorreram posteriormente¹³, sendo antecedidas, no conto, pela oração “agarrava-se ao vendedor como uma criança (...)”. Ou seja, depois do intervalo delimitado pelo adverbial “ao cabo de duas horas”, verifica-se a mudança no estado das coisas (mudança essa ocorrida várias vezes no passado), passando a ter lugar os estativos ocorridos na oração. No entanto, entre essas situações e o seu PR, estabelece-se uma relação de sobreposição. Tal como em (27), na frase (29) ocorrem adverbiais temporais que estão integrados na repetição (as situações ocorrem repetidamente no passado e, por exemplo, “às 11 horas” não assinala um único intervalo de tempo, mas uma sucessão de intervalos repetidos, p.e., diariamente). Cada um dos estativos (“erguia-se”, “atravessava”) tem o seu PR explicitado pelo adverbial temporal (“tarde”, “às onze”), através do qual a relação de sucessividade é estabelecida, com a repetição dos eventos télicos (“erguer-se” e “atravessar”). Mais uma vez, a relação entre as situações e os respetivos PR é de sobreposição.

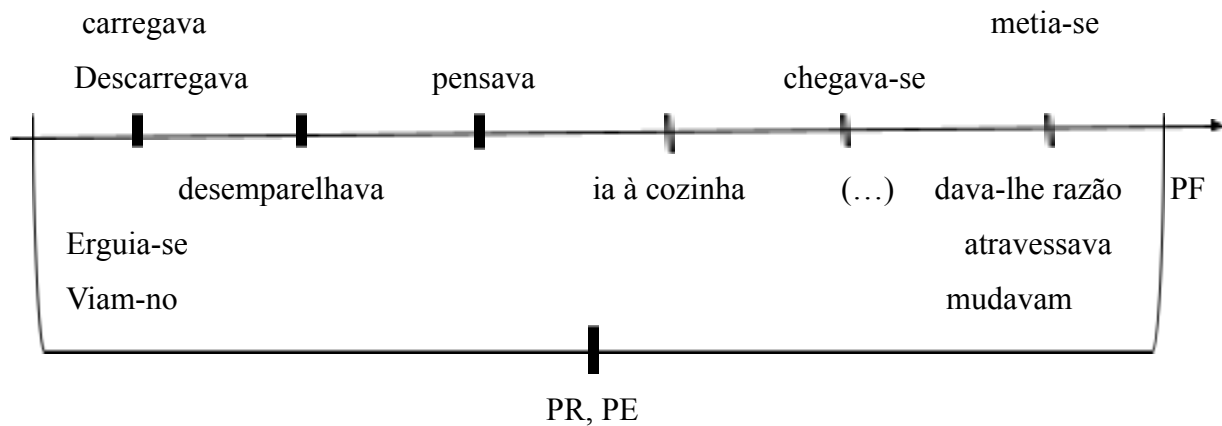
Já nos exemplos (28) e (30), ao contrário do que acontece nos outros exemplos, a relação de sucessividade é dada pelas eventualidades no Imperfeito em sucessão, sem adverbiais temporais que sirvam de pontos de referência explícitos, sendo a função do Imperfeito eminentemente aspetual, pluralizando as eventualidades em causa. Um facto interessante é que, em (28), p.e., a frequência com que os eventos se repetem é marcada pelos adverbiais “às vezes” e “raras vezes”. Repare-se também que, de certo modo, é possível delimitar os intervalos temporais de cada uma das situações destas duas frases, na medida em que cada uma das eventualidades no Imperfeito serve de PR ao Imperfeito seguinte. Regista-se assim a mudança no estado de coisas inicial (sendo que, entre a primeira situação de ambos os exemplos, “descarregava” e “viam-no”, e o seu respetivo PR, há uma relação de sobreposição). Podemos, por isso, dizer que cada um desses imperfeitos tem uma referência própria.

Por fim, é preciso notar que o facto das situações exemplificadas se sucederem não se deve ao Imperfeito em si, mas é o reflexo das propriedades daquilo a que Cunha (2006) designa de “perspetivador de habitualidade”, que generaliza sobre situações episódicas, preservando, contudo, “algumas características das predicções básicas a que se aplicam” (Cunha 2006: 345). O Imperfeito limita-se a conferir informação aspetual de habitualidade.

¹³ Note-se, porém, que entre “carregava os cachos” e “metia-se a caminho”, a leitura mais plausível parece ser a de sobreposição (parcial); i.e., o estado descrito por “carregava (...)”, embora tenha iniciado antes, verifica-se durante o intervalo da localização temporal do estativo “metia-se a caminho”.

As frases ora analisadas são o total (4) dos exemplos em que há uma leitura de sucessividade com estados habituais¹⁴, podendo ser resumidas, em geral, no esquema 5.

Esquema 5



3.3. Quadro síntese das relações temporais analisadas

Num total de 22 exemplos considerados, foram encontrados 11 casos de sobreposição, 5 de inclusão e 8 de sucessividade, 4 dos quais derivados de estados habituais. No quadro seguinte apresenta-se o resumo das relações temporais analisadas.

Relações temporais com Imperfeito do Indicativo			
Relações típicas		Relação não típica (contexto narrativo)	
Inclusão	Sobreposição	Sucessividade	
		Propriedade temporal	Propriedade aspetual
5	11	4	4
Total do corpus			22

4. Considerações finais

Neste artigo discutiram-se as relações temporais que as proposições no Imperfeito do Indicativo desencadeiam em contextos de narrativa, recorrendo-se, por isso, à recolha de um conjunto de 26 exemplos do conto “Solidão”, de Miguel Torga (1987). Entre os vários valores que este tempo gramatical possui, foram considerados exclusivamente, neste trabalho, os seus valores aspetuais e temporais, na medida em que, como defendem autores como Kamp & Rohrer (1983), Dowty (1987) e Cunha (2004, 2013), entre outros, o modo como as

¹⁴ Entre cada estativo e o seu PR, nestes casos, desencadeia-se uma relação de sobreposição.

eventualidades se estruturam internamente pode influenciar a sua localização e as relações temporais que estabelecem.

Aspetualmente, o Imperfeito estativiza as predicções (Cunha 2004: 303), i.e., torna-as situações não dinâmicas, com uma estrutura interna uniforme. Em consequência disso, promove sobretudo as relações de sobreposição e inclusão com as eventualidades com que se combina, uma vez que é um tempo temporalmente sobreposto ao passado. No entanto, quando as situações que o antecedem/seguem podem ser encaradas como uma mudança ou provocadoras de uma mudança no estado das coisas, o Imperfeito estabelece, preferencialmente, uma relação de sucessividade.

De acordo com os dados analisados, confirmou-se que, de facto, as predicções com o Imperfeito, em consequência das características aspeto-temporais deste tempo gramatical, promovem relações de sobreposição e de inclusão entre as situações e os seus pontos de referência, que podem ser fornecidos pelos adverbiais temporais ou pelas orações no Pretérito Perfeito que antecedem o Imperfeito. O PF, em ambas as relações, é posterior ao PR e ao PE. Em contextos de narrativa, porém, podemos encontrar também uma relação de sucessividade com o Imperfeito. Neste caso, e tendo em conta a análise feita na subsecção 3.2., conclui-se que:

- apesar de existirem exemplos em que os Imperfeitos são antecidos pelas eventualidades descritas no Pretérito Perfeito (frases 11 e 19 do anexo) em relação às quais se estabelece uma relação de sucessividade temporal – tal como acontece nos casos previstos por Kamp & Reyle (1993) e Cunha (2004) – a diferença é que, nos dados analisados por nós, os pontos de referência dos estativos são explicitados pelos adverbiais temporais (como “vinte anos mais tarde”, “às duas por três”), sobrepondo-se com os estados, sendo ambos posteriores a situações antecedentes no Pretérito Perfeito (que também concorrem para a fixação da referência das respetivas eventualidades). Tal facto não se verifica nos exemplos fornecidos por Kamp & Reyle (1993) e Cunha (2004), em que a sucessividade é estabelecida exclusivamente em relação aos eventos descritos nos tempos perfectivos;
- a relação de sucessividade pode ser marcada pelas eventualidades em sucessão no Imperfeito, podendo cada um dos estativos ter o seu PR explicitado por um adverbial (frase 9) ou não (frases 3 e 22 do anexo) – neste caso, cada situação no Imperfeito serve de PR à situação que a segue. Recorde-se que, neste tipo de casos, a relação de

sucessividade não resulta de propriedades temporais do Imperfeito, mas das características das situações envolvidas na construção encarada no seu todo.

Assim, podemos concluir que foram cumpridos todos os objetivos deste trabalho, dado que se conseguiu analisar as três relações temporais consideradas, explicitando os elementos linguísticos e/ou extralinguísticos que favorecem cada uma delas. Das 24 frases consideradas, foram identificados 4 casos em que há uma relação de inclusão entre as proposições no Imperfeito e os seus respetivos pontos de referência, 10 casos de sobreposição e 8 casos de sucessividade (4 casos resultantes das propriedades temporais/combinção com advérbios temporais e 4 das propriedades aspetuais), facto que demonstra que os casos de sucessividade são relativamente relevantes no todo do *corpus*.

Referências

- Cunha, L. F. 1998. As Construções com Progressivo no Português: uma abordagem Semântica. Dissertação de Mestrado, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- _____. 2004. Os estados e a organização temporal do discurso. In Semântica das predicções estativas: para uma classificação aspectual dos estados (299-329). Dissertação de Doutoramento, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Disponível na Internet em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/18379/2/4997TD01P000079607.pdf>
- _____. 2006. Frequência vs. Habitualidade: Distinções e Convergências. Actas del XXXV Simpósio Internacional de la Sociedad Española de Lingüística. León: Sociedad Española de Lingüística, 333-357. Disponível na Internet em: <http://www3.unileon.es/dp/dfh/SEL/actas/Cunha.pdf>
- _____. 2013. Aspeto. In Gramática do Português (vol. 1, 585-619). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Dowty, D. R. 1979. Word meaning and Montague grammar: the semantics of verbs and times in generative semantics and in Montague's PTQ. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.
- _____. 1986. The effects of aspectual class on the temporal structure of discourse: semantics or pragmatics?. *Linguistics and Philosophy* 9(1):37-62.
- Kamp, H.; Rohrer, C. 1983. Tense in texts. In *Meaning, use and interpretation of language* (250-269). Berlin: De Gruyter. Disponível na Internet em: <https://www.ims.uni-stuttgart.de/archiv/kamp/files/1982.kamp.rohrer.tense.pdf>
- Kamp, H.; Reyle, U. 1993. *From Discourse to Logic. Introduction to Modeltheoretic Semantics of Natural Language, Formal Logic and Discourse Representation Theory*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.
- Matos, S. 1996. Aspectos da semântica e pragmática do Imperfeito do Indicativo. *Revista da Faculdade de Letras: Línguas e Literaturas II* 13: 435-474. Porto: Faculdade de Letras
- Volume 13 | N.º 1 | 2024 | <https://ojs.letras.up.pt/index.php/elingUP>
 DOI: https://doi.org/10.21747/1647-4058/eling13_1

- da Universidade do Porto. Disponível na Internet em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/7705/2/2744.pdf>
- Oliveira, F. 1986. Algumas Considerações acerca do Pretérito Imperfeito. Actas do II Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. Lisboa: 78-96.
- _____. 2004. O Imperfeito e o tempo dos indivíduos. In Da Língua e do Discurso (vol. 1, 505-528). Porto: Campo das Letras. Disponível na Internet em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/119677/2/110355.pdf>
- _____. 2013. Tempo verbal. In Gramática do Português (Vol. I, 509-553). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Reichenbach, H. 1947. The Tenses of Verbs. Section 51 of Elements of Symbolic Logic (287–98). New York: The Macmillan Company.
- Silva, P. 2005. O Tempo no texto: contributo para o estudo da expressão do tempo em sequências textuais. Tese de doutoramento, Universidade Aberta.
- Torga, M. 1987. Solidão. In Contos da Montanha (127-138). Coimbra: Gráfica de Coimbra.

Anexo

1. Agarrava-se ao vendedor como uma carraça. Que **lhe havia** de tirar qualquer coisinha, pois então! Assim, as almas tivessem paz no céu como **não ganhava** um vintém se o levasse por aquele preço. **Perdia**, mas é. p. 128
2. E ao cabo de duas horas, **carregava** os cachos e **metia-se** a caminho com vinte ou trinta mil réis de ganho. p. 128
3. **Descarregava**, **desaparelhava** e **pensava** os animais, **ia** à cozinha comer o caldo, e **chegava-se** ao calor da cama. Às vezes, o corpo (...) pedia-lhe uma tolice. E **encostava-se** à mulher. Mas raras vezes ela o **atendia**. Enfastiada, cheia de sono, **resmungava** que se arredasse para lá, que vinha gelado. Contra a vontade da carne, **dava-lhe** razão. E de manhã, ainda o sol se **espreguiça** nos quinta (...). (p. 128)
4. E às tantas da madrugada aí **atravessava** ele o povo, Guiães, com os machos de tal maneira que pareciam pavões armados. (p. 129)
5. A Isaura fora sempre o seu fraco. Desde muito novo que a **trazia** na ideia. (p. 129)
6. Fez que não entendeu. Pois sim. A Gorda é que **sabia** o que lhe convinha. (p. 129)
7. Só descansava aos domingos. E mesmo assim **ia** às missas à Senhora da Amoreira ao romper de alva (...). (p. 130)
8. A brincar a brincar, matava dois coelhos duma cajadada: **ouvia** o padre Serôdio e **apalavrava** meia dúzia de alqueires. (p. 130)

9. A Isaura, essa, mais fidalga, **erguia-se tarde**, e às onze é que **atravessava** o povo em direção à igreja (...). (p. 130)
10. O Duro **protestava**. Um homem não se casa para anda sempre com uma agulhada na mão (...) desconfiado. Nem **era** justo medir tudo pela mesma rasa. (...) Agora se os feitios **calhavam**, não **havia** nada mais bonito. (p. 131)
11. Um migalho ressentido, adormeceu. E de madrugada, ao acordar, **sentia-se** roído por uma inquietação que até ali nunca conhecera. (p. 131)
12. E da negrura da borracheira, numa purificação universal, que clamava heroicamente e o outro covardemente aceitava, saiu a triste claridade da desgraça do Duro. **Era** corno. (p. 132)
13. Iam buscar centeio a Pinhão Celo, e tiveram de dormir em Alifafê. O Duro não era homem de muito vinho. Contudo, à ceia, para abafar a amargura que o afligia por dentro, carregou-lhe. O Luciano, esse nem se fala. E às duas por três **estavam** ambos como carros. (p. 132)
14. Apesar de o atravessarem de lado a lado, o Duro **sentia** mal as cacadas do Luciano. O vinho, como uma almofada caridosa, **amortecia** a dor dos golpes. Em carne viva e anestesiada ao mesmo tempo, lúcido e entorpecido, tudo **se passava** como se um trágico pesadelo o atormentasse na aparente realidade de um sonho. (p. 132-3)
15. O certo e o incerto **ofereciam-se-lhe** com a mesma desfaçatez movediça. E **tentava** soltar-se das malhas invisíveis que o prendiam, na ânsia de cindir de uma vez os campos da verdade e da mentira. (p. 133)
16. De manhã **sabia-lhe** a vida a podre, a um gosto repugnante de fel. (...) Ergueu os machos a pontapés. E, sem dizer uma palavra ao colega, que ressonava ainda, tocou vazio para Guiães. (p. 133)
17. **Vinha** cego, cheio dum ódio calado, espesso, que o tomava todo, desde a cabeça aos pés. (p. 133)
18. O Duro **ouvira** o amigo com a atenção distante. O frio que sentia na alma **tirava** a significação a tudo. (p. 134)
19. E Guiães não insistiu. Vinte anos depois, só porque em frente da casa onde se dera o crime (...) **havia** umas alminhas, é que os mais velhos **recordavam** o almocreve, a explicar a pedra aos filhos. (p. 134)
20. Não **lutava** por nada e o seu esforço **soava** falso. Além disso, como o Luciano (...) já não **negociava** e nenhum dos novos **queria** emparceirar com ele, quando entrava num povo, desacompanhado, apenas com o macho atrás e o espantalho do crime adiante, as portas **fechavam-se-lhe** na cara. Ninguém o **atendia**. **Voltava** a Guiães de mãos a abanar. (p. 136)

21. (...) Sem poder aguentar mais o frio daquela maldição humana, falou em casamento à Rosária (...). **Estava a entrar** nos quarenta e cinco. Não **era** velho ainda. (p. 136)

22. Pelas terras onde passava, Cristo nascera no coração de todos. (...) Mas **viam-no**, e **mudavam** de semblante. (p. 136)

CONCORDÂNCIA NEGATIVA: UMA VISÃO DIACRÓNICA

RESUMO. Neste artigo, o curioso fenómeno da Concordância Negativa é analisado sob um prisma diacrónico, com o objetivo de responder a questões relativas à sua gramaticalidade e elementos constituintes. O conceito da Negação, este tipo específico de construção de negação, assim como os constituintes desta são todos analisados e desconstruídos, com vista a dissecar este fenómeno. Com os processos evolutivos da Concordância Negativa em vista, este trabalho tenta tornar claro o que tornou esta construção gramatical em português e agramatical noutras tantas línguas, fazendo paralelismos entre elas ao longo do trabalho.

PALAVRAS-CHAVE. Negação, Concordância Negativa, Diacronia, Polaridade, Latim.

ABSTRACT. In this paper, the curious phenomenon of Double Negation in European Portuguese is analyzed under a diachronic lens. The goal of this work is of answering questions related to this construction's grammaticality and constituting elements. The concept of Negation, double negation, as well as the elements of the latter are all analyzed and deconstructed with the aim of dissecting this phenomenon. With the evolutionary processes of Double Negation considered, this work attempts to clarify the transformations which rendered this construction grammatical in European Portuguese and ungrammatical in many other languages, all while establishing the parallelisms between the first and the latter ones.

KEYWORDS. Negation, Double Negation, Diachronic, Polarity, Latin.

1. Introdução

O fenómeno da Concordância Negativa é algo bastante peculiar: dois elementos negativos em coocorrência que não assistem ao seu cancelamento mútuo e, em vez disso, cooperam. Para falantes de português, é inegável que enunciados do género sejam bastante comuns e naturais, não despertando qualquer alerta nos seus interlocutores. O mesmo não podemos dizer sobre línguas como o inglês, onde construções de Concordância Negativa (CN)

¹⁵ Estudante do 2.º ano de Mestrado em Ciências da Linguagem.

são consideradas agramaticais e, muitas vezes, associadas a níveis de literacia baixos. Em todo o caso, a verdade é que estas construções existem, podendo ser consideradas como um fenómeno natural, suscitado em várias línguas, com o objetivo de expressar negação (Martins 1997). Afigura-se, então, que os processos evolutivos de certas línguas fizeram com que umas reprovassem a CN e outras a adotassem.

2. O conceito de Negação

À primeira vista, o conceito da Negação parece ser algo tão natural e instintivo para o falante de uma língua natural como a própria aquisição da mesma. Contudo, se a pergunta “como definir a negação?” fosse feita a esses mesmos falantes, muito provavelmente, obteríamos respostas bastante variadas. Peres (2013: 461) define o conceito da negação como a ideia da não pertença a um conjunto¹⁶. Esta ideia, para além de nos fornecer a resposta à pergunta, expõe-nos também a sua lógica subjacente – a bipolaridade do conceito.

Pressupõe-se que, para a negação se manifestar sobre algo, é necessário que esse algo exista primeiramente como algo não negado. Isto é, a negação de algo pressupõe a sua existência. Esta noção indica-nos, assim, que um *algo* pode ter uma polaridade negativa e uma polaridade positiva. Esta noção é fundamental para entender a questão da negação.

No âmbito linguístico, a negação pode ocorrer de várias formas (Peres 2013: 462), como mostram os exemplos abaixo:

- (1) O João rejeitou o bolo.
- (2) O João é incapaz de comer o bolo.
- (3) O João não comeu o bolo.

No exemplo (1), estamos perante uma negação lexical, a qual é transmitida por via do item lexical *rejeitou*, cuja polaridade é intrinsecamente negativa. Este é um tipo de negação que afeta unicamente o item lexical, não extravasando os seus efeitos para a frase que o contém (Guedes 2001: 10). No exemplo (2), a negação é dada por via morfológica, uma vez que *incapaz* é constituído por um morfema (prefixo) *-in* responsável pela mudança de polaridade na palavra de positiva para negativa. Por último, a negação pode ser igualmente efetuada ao nível sintático, como se observa no exemplo (3), no qual o valor negativo é gerado através da combinação de elementos, sob o escopo de um marcador de negação, neste

¹⁶ Alicerçada na ideia matemática da Teoria dos Conjuntos.

caso o marcador *não*. Devido à sua natureza de estruturação e ordenação, estas últimas são comumente chamadas de construções de negação (Peres 2013: 462).

3. Construções de Negação

As construções de negação, como foi mostrado acima, têm a especificidade de ter o seu valor negativo veiculado por um **marcador de negação**. Estes marcadores são responsáveis pela natureza negativa de certas frases e sintagmas, bem como por serem itens de polaridade negativa (Guedes 2001: 18). No exemplo (3), estamos perante o marcador de negação *não*. Este marcador de negação deriva do latim *non* e conserva os mesmos valores em português que possuía em latim, sendo o marcador de negação mais frequentemente empregue naquela língua e, curiosamente, também no português atual (Seixas 2013: 28).

Contudo, outros marcadores de negação sintática existem, estando estes associados a subtipos de construções de negação. Atentemos nos exemplos abaixo:

(4) *Nem* todos os Joões comem bolos.

(5) *Ninguém* veio à festa.

Nestes exemplos, comprovamos um tipo de construção negativa específica – a negação quantificacional. Neste tipo de construção, o valor negativo em causa relaciona-se com um valor de quantidade. No entanto, e de forma curiosa, os exemplos acima mostram-nos como este valor negativo quantificacional pode ser veiculado por meio de marcadores de negação diferentes, sendo cada um deles responsável por construir valores quantificacionais diferentes. Se considerarmos o exemplo (5) com mais atenção, notamos que o marcador de negação quantificacional em efeito é o pronome indefinido negativo *Ninguém*. Debrucemo-nos agora sobre estes pronomes indefinidos.

4. Pronomes indefinidos negativos e positivos

Os pronomes indefinidos caracterizam-se por terem um alto nível de vagueza e imprecisão no que diz respeito à sua referencialidade (Raposo 2013: 893). Para além disso, organizam-se em pares: i) *Ninguém* – *alguém*; ii) *Nenhum* – *algum*; iii) *Nada* – *algo*. Isto parece concordar com a ideia inicial de bipolaridade, a qual se aplica a estes pares, sendo um de polaridade negativa e o outro de polaridade positiva. Ademais, estes pronomes indefinidos negativos são também referidos como expressões **autonegativas** (Peres 2013: 470), isto é,

expressões intrinsecamente negativas. Assim, *alguém* tem o valor semântico de *alguma pessoa* e *ninguém* tem o valor semântico de *nenhuma pessoa*.

Estes pronomes indefinidos negativos (doravante apelidados simplesmente de indefinidos negativos) têm a sua origem no latim nos termos *nemo* (ninguém), *nullus* (nenhum) e *nihil* (nada) (Seixas 2013: 29; Martins 1997: 179). Estes termos, em latim clássico, possuíam igualmente uma polaridade negativa, funcionando por si só como marcadores negativos em predicções negativas (Martins 1997: 179). No entanto, em latim vulgar¹⁷, os mesmos começaram a poder ocorrer com outros marcadores negativos como se vê nos exemplos abaixo.

[ocorrência por si]

(6) *Is nullus venit.*

(Ele não veio)

[ocorrência com outro marcador negativo]

(7) *Et nulla fontes aquem non abebat.*

(E nenhuma fontes tinham água)

(8) *Iura te non nociturum...nemini.*

(Jura que não farás mal a ninguém)

(Exs. de Martins 1997: 179-180)

Os exemplos (7) e (8) de construções de dupla negação¹⁸ permitem-nos duas observações pertinentes: a primeira, que estes indefinidos negativos, em latim, podiam coocorrer e, ao mesmo tempo, preservar o seu valor negativo, não se anulando um ao outro; a segunda, que a forma como os itens negativos *non* e *nemo/nullus* coexistiam e suas respetivas posições na frase variavam. Por ora, foquemo-nos na primeira observação.

¹⁷ As referências ao latim serão, na sua grande maioria, ao latim vulgar, do qual as línguas românicas referidas aqui derivam.

¹⁸ A noção de *dupla negação* é aqui referida com o objetivo de chamar atenção para a construção e não para referir uma “verdadeira” dupla negação, na qual dois itens negativos coexistem anulando-se um ao outro e dando um valor positivo ao enunciado (e.g. Nenhum aluno deixará de vir à festa).

Parece existir um carácter ilógico no facto de dois itens negativos poderem coocorrer, sem que o seu valor negativo seja perdido (Guedes 2001: 23). Com efeito, no latim clássico, era exactamente isto que acontecia (Seixas 2013: 31). No entanto, esta característica começou a ser perdida, e predicções com mais do que um marcador negativo começaram a ser frequentes e comparáveis a predicções com *minimizadores* (Martins 1997: 180). Estas últimas já se davam em latim, fazendo uso de termos como *gutta* (gota) ou *mica* (migalha), dos quais alguns subsistiram em algumas línguas românicas como o francês e catalão, sendo utilizadas em construções de redobro de negação (Guedes 2001: 97).

No entanto, e no que concerne à língua portuguesa, não deixa de ser interessante como marcadores negativos como *Ninguém*, *Nenhum* e *Nada* são frequentemente utilizados em construções nas quais coexistem com o marcador *não*, como mostram os exemplos abaixo:

- (9) Não vi ninguém passar.
- (10) Não há nada a fazer.
- (11) Ele não ouve nenhum barulho.

Assim, levanta-se a questão: como é possível que um marcador de negação (*Ninguém*, *Nenhum* e *Nada*), descrito anteriormente como um item de autonegação, outrora operando singularmente, coexista com outro marcador de negação, *não*?

5. A Concordância Negativa

A resposta à pergunta que encerra a secção anterior reside neste tipo peculiar de negação – a Concordância Negativa. Vários autores discorreram sobre este tipo de construção negativa, como Jespersen, em 1917, falando de um fenómeno de *atração dupla*; Klima, em 1964, apelidando-a de *neg-incorporation*; ou Labov, em 1972, como *regra da atração negativa* (Alves 2020: 37). Curiosamente, parecemos ter bastantes pistas em relação ao fenómeno da Concordância Negativa nos próprios nomes que recebeu.

Seja uma concordância ou atração, Peres (2013: 489) define este tipo de construção como contendo “um elemento negativo pós-verbal que não veicula valor negativo, coocorrendo com um elemento negativo pré-verbal (*não*)”. Guedes (2001: 20) acrescenta que, nestas construções, marcadores negativos como *não* ou *nunca* precedem todas as outras palavras negativas. Em exemplos como (9) - (11) parecem verificar-se ambas estas definições. Este elemento negativo pós-verbal é definido como um **elemento concordante** e o elemento

negativo pré-verbal o **elemento legitimador** (Alves 2020: 37). Assim, teríamos uma estrutura do género abaixo:

- (12) E. Legitimador + V + E. Concordante.
(Não vi ninguém)

Parece, então, termos uma breve, ainda que temporária, resposta à nossa questão. *Ninguém*, assim como outros indefinidos negativos, designados como expressões autonegativas anteriormente, no contexto específico de CN, não veiculam valor negativo, servindo apenas de elementos concordantes, sendo o *não* o item de negação com real valor negativo¹⁹. Na verdade, do ponto de vista semântico, a pedra basilar destas construções de CN é justamente o valor positivo do elemento negativo pós-verbal (Peres 2013).

Nesta senda, estas expressões autonegativas parecem ser um requisito para estas construções ocorrerem numa língua, uma vez que línguas como o basco, o gaélico, o estónio, o finlandês e o lapão não manifestam expressões autonegativas e, por consequência, não são línguas detentoras de construções²⁰ de CN (Alves 2020: 36).

Outra questão, brevemente mencionada anteriormente, e que sobressai aqui, é a rigidez desta construção. Se tentarmos alterar a ordem dos elementos de uma construção de Concordância Negativa (CN), o resultado será agramatical:

- (13.a) *Não ninguém vi.
(13.b) *Ninguém não vi.
(13.c) *Vi não ninguém.

Observa-se, assim, que uma construção de CN não é flexível para lá da estrutura demonstrada em (12), na qual o Elemento Legitimador surge sempre em posição pré-verbal e o Elemento concordante, isto é, o indefinido negativo, surge sempre em posição pós-verbal.

Contudo, como se notou anteriormente, nos primórdios desta construção em latim, os dois marcadores negativos podiam alternar as suas posições. Na verdade, a posição na frase dos dois marcadores negativos (*não* + *indefinido negativo*) não era importante tanto no latim

¹⁹ Com efeito, o processamento da negação de falantes em línguas que possuem construções de CN é um no qual apenas um valor de negação é registado – o pré-verbal. (Alves 2020: 37).

²⁰ É importante referir que existem línguas, como o inglês e o alemão, que possuem estas expressões, mas não permitem construções de CN (Alves 2020: 36). Assim, uma língua possuir estas expressões não é sinónimo de possuir CN, todavia, não as ter é sinónimo de não ter CN.

como no português medieval²¹ – o que era realmente importante era a sua coocorrência (Martins 1997: 180). Como foi referido acima, a estrutura de CN, nestes casos, assemelhava-se muito mais a uma de negação com minimizadores, sendo um elemento de negação dependente do outro. Assim, a estrutura não era o que entendemos hoje por uma construção de CN, mas mais uma de “negação redobrada”, a qual seria obrigatória em línguas da România Ocidental (Martins 1997: 181).

Com isto em mente, uma outra questão se levanta: o que fez com que isso mudasse?

Antes de avançar, resumimos abaixo o que foi postulado até agora:

- Atualmente, indefinidos negativos como *Ninguém, Nenhum e Nada* não transmitem um valor negativo em construções de CN.
- Atualmente, a ordem sintática dos elementos coocorrentes numa CN é inflexível.
- Outrora, em línguas românicas, a utilização de indefinidos negativos requeria sempre outro marcador de negação. Esta “negação redobrada” era obrigatória (sendo uma característica de línguas Proto-Romance) e não exigia uma posição fixa destes elementos negativos na frase.

6. A Polaridade

De forma a responder à questão colocada acima, é necessário atentar novamente em algo – aqui já mencionado – e que se considera fulcral em toda a questão – a polaridade. Atrás, foi mostrado como a polaridade pode ser entendida como negativa ou positiva, a propósito dos pares de indefinidos negativos e positivos. No entanto, esta questão parece não se ter verificado sempre da mesma maneira. Para melhor entendermos este assunto, é essencial adotarmos, novamente, uma visão diacrónica destes marcadores negativos.

No período medieval (séc. XIV), os indefinidos negativos apontados até agora concretizavam-se não só em contextos negativos, mas também em predicções não negativas (Martins 1997: 183; Moreno 2005: 233). Em muitos casos, estes indefinidos ocorriam em construções com verbos modais, ostentando assim valores de proibição, imperatividade, dúvida e hipótese, em vez de valores puramente negativos. Tal como anteriormente, esta particularidade não era algo que apenas se manifestava no português, mas também noutras línguas românicas.

²¹ Assim como no galego, castelhano, catalão, francês e italiano.

Tendo em conta esta polivalência de concretizações, existe uma distinção entre **polaridade forte e fraca** (Martins 1997: 183). Deste modo, os indefinidos negativos revelam uma polaridade forte quando se manifestam em contextos de negação – sendo esta a mais frequente – e uma polaridade fraca quando se manifestam em contextos “modais”²².

[ocorrência com verbo modal]

- (14) Mas Africa dirá ser impossível/ Poder ninguém vencer o rei terribil.
 (15) De guisa que hu tamtas virtudes aviam morada, aadur podia nehuu cuidar (...)

[ocorrência com valor proibitivo]

- (16) E por decreto publico foi defeso que ninguem navegasse.

[ocorrência com polaridade forte – negativa]

- (17) Que nenhuu nã scapou (...)

(Exs. de Martins 1997: 185-193)

Curiosamente, fenómenos do género, isto é, situações nas quais indefinidos negativos ostentam polaridade fraca, não se cingem a contextos de manifestação de valores modais. No caso de *jamaís*, este revelava um valor aspetual (Frade 2010).

- (18) E assi temperava e castigava nom soo a si mais ainda aas companheiras, tirava de muitas vaaidades e acrescentava em virtudes. Sempre jamaís houve em avorrecimento, trajos desonestos e curiosos e amava em elles muito a honestidade, simpreza e humildade. (Flos sanctorum (Flores de direito), 1513).

(Ex. de Frade 2010: 18)

Por sua vez, Martins (2015: 403) advoga que um fenómeno semelhante é visível, mas de uma forma inversa, no indefinido positivo *algum*. Neste caso, *algum* possui uma polaridade forte (ou polaridade positiva) na maioria dos casos, todavia, noutras instâncias pode também adquirir uma polaridade fraca (polaridade negativa), como mostram os exemplos abaixo.

- (19) *Algum comboio* há de passar nesta estação.

²² O mesmo pode ter acontecido, embora noutra época, a outros marcadores negativos como *nã*, cuja modalidade pode ter sido desdobrada em forte e fraca, sendo esta última manifestada em contextos de negação expletiva (e.g. Não tarda muito começa a chover!) (Martins 1997: 199).

(20) *Comboio algum* há de passar nesta estação.

Como é patente acima, a diferença entre a manifestação de polaridade forte e fraca no caso de *algum* está relacionada com a sua posição na predicação – em posição pré-nominal adquire uma polaridade forte (positiva), ao passo que em posição pós-nominal passa a possuir uma polaridade fraca (negativa). Há, assim, uma relação entre a polaridade e a posição do indefinido na frase. Embora o mesmo não se revele da mesma forma no caso dos nossos indefinidos negativos, não é errado relacionar estes dois, tendo isto em mente. Como se mostrará de seguida, é este desdobramento de polaridade que está na origem da atual ordem sintática rígida de construções de CN.

7. A Polaridade a mudar

Até agora, concluiu-se que indefinidos negativos como *Ninguém, Nenhum e Nada* nem sempre possuíram uma polaridade exclusivamente negativa, exibindo também uma polaridade de natureza modal. Martins (1997: 186) defende que indefinidos negativos com polaridade forte (negativa) apenas podiam ser legitimados em predicações negativas, assim como indefinidos negativos com polaridade fraca apenas podiam ser legitimados em predicações de natureza modal.

No caso da primeira ocorrência, o indefinido negativo ocorreria sempre acompanhado por outro marcador de negação. Isto devia-se ao facto de não ser o próprio indefinido que legitimava o contexto negativo, mas sim a presença de um marcador puramente negativo e sem ambiguidade – o *não*. A juntar a isto, esta oscilação entre polaridade forte e fraca dava azo também a ocorrências de indefinido pré-verbal + *não*, tal como se observa em (17), visto que existe uma frequente ambiguidade no seu uso²³.

No segundo caso, isto é, em contextos modais, o indefinido podia aparecer isoladamente, adquirindo desta forma uma polaridade fraca, como se nota em (14) - (16). Para além disso, em exemplos como (21) (sendo (21a) uma reprodução do exemplo presente em (14)), o indefinido positivo em causa tem de tal maneira uma escassez de polaridade negativa que, sendo substituído pelo indefinido positivo equivalente, não levaria a uma alteração no que está a ser predicado (Moreno 2005: 233).

²³ Martins (1997: 190) refere uma possibilidade sintática para estas ocorrências, porém, considera-se esta natureza sintática fora do escopo deste trabalho.

(21.a) Mas Africa dirá ser impossível/ Poder ninguém vencer o rei terribil.

(21.b) Mas Africa dirá ser impossível/ Poder alguém vencer o rei terribil.

O “problema” surge quando a polaridade destes indefinidos negativos muda novamente. Esta polivalência no que diz respeito à sua polaridade fraca (modal) é lentamente perdida ao longo dos séculos, tendo os indefinidos negativos atualmente uma polaridade que é exclusivamente forte (negativa) (Martins 1997: 194). Contudo, antes de se chegar a este ponto, existiu uma flutuação entre as duas, levando a vários usos dúbios destes elementos, nos quais muitas instâncias de indefinido pré-verbal + *não*, assim como indefinidos negativos empregues com valor modal, foram detetadas.

Em suma, a flutuação de modalidades destes indefinidos (negativos e positivos) é a razão para o seu uso diferenciado, assim como a sua diferente ordem, nos séculos anteriores. Da mesma forma, a sua mais recente alteração de polaridade está na origem de estruturas e usos atualmente considerados gramaticais.

Curiosamente, outras línguas preservaram o uso modal dos seus indefinidos, como o castelhano, galego, italiano, francês e catalão (Martins 1997: 193). Nestas, conserva-se igualmente uma alternância entre o indefinido negativo e positivo (22), tal como uma ordem oposta em construções de CN (23)²⁴.

[Catalão – Alternância entre Indef. Neg. e Indef. Pos.]

(22.a) Que et passa *res*?

(22.b) Que et passa *alguna cosa*?

[Francês – Indef. Neg. + não.]

(23.a) *Personne n’est arrivé.*

(23.b) **Personne est arrivé.*

No português moderno, o qual só permite a ocorrência destes indefinidos em contextos de polaridade forte (negativa), exemplos como os apresentados acima seriam considerados agramaticais.

²⁴ O uso de indefinidos pré-verbais em adjacência com o marcador negativo *não* também está documentado no catalão, contudo, possui uma natureza estilística ou dialetal (Moreno 2005: 234).

Voltando à questão das construções de CN, podemos notar que a sua estrutura é mais rígida em razão desta mesma característica relacionada com a polaridade. Como vimos anteriormente, em construções de CN, o indefinido negativo não carrega valor negativo e comporta-se como um elemento concordante. A razão para a possibilidade deste comportamento tem que ver efetivamente com a sua evolução diacrónica. Ainda que detentor de uma polaridade puramente negativa, provada pela sua legitimação num contexto negativo, o indefinido negativo é capaz de, em si, não transmitir um valor negativo, requerendo um outro (*não*) para gerar o contexto negativo e, conseqüentemente, tornar a predicação gramatical.

Resumindo:

- As razões para a ordem dos elementos numa construção de CN, assim como para os seus papéis de legitimador e concordante, estão relacionadas com a polaridade forte e fraca adquirida em estádios anteriores da língua portuguesa.
- Os indefinidos negativos no português moderno possuem, ao contrário de outras línguas românicas, uma polaridade exclusivamente forte.

8. Uma questão de posição

Por último, é também importante mencionar uma outra especificidade desta questão. Consideram-se respondidas as questões aqui levantadas, relacionadas com as características das construções de Concordância Negativa; contudo, uma subsiste: porquê a ordem *Não* – Verbo – Ind. Negativo?

Recupere-se a estrutura de uma construção de CN:

(24) E. Legitimador + V + E. Concordante.

(Não vi ninguém)

Como foi mostrado anteriormente, o elemento concordante não manifesta um valor negativo, sendo este dado pelo elemento legitimador. A razão para que este fenómeno se manifeste nesta ordem está intimamente ligada à predicação em si. Em construções CN, não basta apontar os elementos pré-verbal e pós-verbal e atribuir-lhes uma concordância; é necessário cumprirem determinados requisitos de dependência estrutural frásica, caso

contrário será agramatical (Guedes 2001: 20). Esta dependência é provada pelos exemplos abaixo:

(25) *O Rui *não* viu e a Maria encontrou *ninguém*.

(26) O Rui *não* viu *nada* e a Maria *não* encontrou *ninguém*.

Em vista disto, Moreno (2005: 247), considerando esta ideia e alicerçado na Teoria Enunciativa²⁵, postula que existe uma relação predicativa entre os elementos envolvidos na frase²⁶. Para o autor, o termo legitimador, sendo um elemento pré-verbal, tem a função de dar à predicação uma polaridade negativa, a qual, por sua vez, irá ser necessária para a ocorrência do indefinido negativo como elemento concordante. Desta forma, sendo o elemento legitimador aquele que é responsável por atribuir a polaridade negativa, este tem, assim, de fazê-lo anteriormente à manifestação do elemento concordante.

Curiosamente, indefinidos negativos como *nada* e *ninguém* podem realizar-se em ambas as posições – como elementos legitimadores ou concordantes – como se nota nos exemplos abaixo, não sendo o *não* o único marcador negativo passível de ser um elemento legitimador em construções de CN.

(27.a) Nada disse a ninguém.

(27.b) Ninguém disse nada.

Como afirma Moreno:

Sintetizando, independentemente do lugar de argumento (...), independentemente da função sintática, o termo *nada* pré-verbal constitui um localizador predicativo e, em posição pós-verbal, o termo *nada* perde essa função. Como localizador predicativo, o termo *nada* **orienta** negativamente a relação predicativa, (...) o termo *nada*, como localizador intermédio, **assegura** que a relação predicativa orientada será não validada pelo sujeito de enunciação.

(Moreno 2005: 247)

²⁵ Mais uma vez, não se atribui preferência a teorias específicas, nem se tenta explorar de forma muito profunda a teoria em si; apenas se tem em conta o que se considera ser lógico e justificável fora da escola teórica em si.

²⁶ Esta relação predicativa identifica-se ao longo da leitura da predicação, a qual é sempre, em todas as línguas mencionadas aqui, da esquerda para a direita.

Por outras palavras, as posições pré-verbal e pós-verbal estabelecem relações diferentes com a predicação, sendo a primeira orientadora e a segunda garante do valor negativo da predicação. Apesar de ambas as posições e os respetivos elementos nelas concretizados terem papéis diferentes, estas estão em harmonia uma com a outra e operam com o mesmo fim – o da negação. Assim, existe uma concordância entre os dois elementos, o qual justifica na íntegra o nome das construções aqui analisadas – construções de Concordância Negativa.

9. Conclusão

As páginas anteriores tiveram como objetivo dissecar e explicar o fenómeno da Concordância Negativa em português. Foi evidenciado que este tipo de construção se compõe por um elemento negativo e um outro elemento que, apesar de ser morfológicamente negativo, não transmite valor semântico negativo. Por si própria, esta conclusão seria suficiente para justificar o carácter ilógico da CN, assim como o nosso uso da mesma. Contudo, uma visão diacrónica da construção mostrou-nos que esta já existia no latim, porém, com uma natureza distinta – primeiramente como uma construção de dupla negação, e depois como mais semelhante à atual, sem ser idêntica. Esta mesma visão diacrónica revelou-nos também que a própria ordem dos elementos na frase mudou ao longo dos tempos, estando intrinsecamente ligada à constante mudança de polaridade dos indefinidos negativos em uso.

Em síntese, e recuperando algo que foi dito no início deste trabalho, a CN insere-se nas diferentes variedades de negação e, tal como estas existem para transmitir um valor semântico específico, também a CN o faz. Todavia, esta construção de negação parece distinguir-se de todas as outras pela sua evolução nas línguas românicas, mas, acima de tudo, pela sua persistência e até existência em línguas cujas gramáticas simplesmente não as aceitam, sendo impossível prever o seu rumo futuro.

Referências

Alves, I. 2020. Concordância negativa transfrásica no português europeu: o papel das propriedades semânticas do predicado. Tese de Mestrado em Linguística, Universidade de Lisboa. Repositório Universidade de Lisboa. https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/45939/1/ulflibmalves_tm.pdf

- Frade, M. 2010. A negação em ‘jamais’. Cadernos WGT (Workshop Gramática e Texto) – A negação. Lisboa. Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa (CLUNL). 13-29.
- Guedes, C. F. F. 2001. Sujeitos negativos e concordância negativa em Português numa perspectiva de sintaxe comparada. Tese de Mestrado em Linguística Descritiva, Universidade do Porto. Repositório Universidade do Porto. <https://repositorioaberto.up.pt/handle/10216/13061>
- Martins, A. M. 1997. Aspectos da Negação na História das Línguas Românicas: Da natureza de palavras como *nenhum*, *nada*, *ninguém*. I. Actas do XII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. Lisboa: vol. 2: 179-210.
- _____. 2015. Ordem de palavras e polaridade: inversão nominal negativa com *algum/alguno* e *nenhum*. Diacrítica 29: 401-428.
- Moreno, A. 2005. Aspectos da Negação no Português: uma Abordagem Enunciativa. Tese de Doutoramento em Linguística, Universidade Nova de Lisboa. Repositório Universidade Nova de Lisboa. <https://run.unl.pt/handle/10362/124105>
- Peres, J. 2013. Negação. Gramática do Português, (Vol. I, 461-500). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Raposo, E.; Miguel, M. 2013. Pronomes. Gramática do Português (Vol. I, 711-712). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Seixas, V. C. 2013 A negação sentencial em textos dos séculos XVIII e XIX: estrutura inovadora em foco. Tese de Mestrado em Letras, Universidade Federal de Ouro Preto. Repositório Universidade Federal de Ouro Preto. <https://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/4116>

PERSUASÃO, MODALIDADE E PODER: UMA ANÁLISE DA MODALIDADE NO MANIFESTO ELEITORAL DO BLOCO DE ESQUERDA “A FORÇA QUE FAZ A DIFERENÇA” (2019)

Ana Sofia Souto²⁷

ana.sofia.souto@gmail.com

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA (PORTUGAL)

RESUMO. O presente artigo foca-se no manifesto eleitoral do partido político português Bloco de Esquerda às eleições europeias de 2019 – “A força que faz a diferença”. Mais concretamente, apresenta e caracteriza as formas modais presentes no manifesto eleitoral em estudo, baseando-se na proposta de modalidade de Maria Henriqueta Costa Campos (2001).

PALAVRAS-CHAVE. Análise Crítica do Discurso, Manifesto Eleitoral, Modalidade, Poder.

ABSTRACT. This article focuses on the election manifesto of the Portuguese political party Bloco de Esquerda for the 2019 European elections - "A força que faz a diferença". More specifically, it presents and characterises the modal forms present in the election manifesto under study, based on Maria Henriqueta Costa Campos' (2001) proposal on modality.

KEYWORDS. Critical Discourse Analysis, Electoral Manifesto, Modality, Power.

1. Introdução

O foco do presente artigo é o manifesto eleitoral do partido político português Bloco de Esquerda às eleições europeias de 2019 – “A força que faz a diferença”. Depois de uma leitura atenta e de um levantamento exaustivo das formas linguísticas presentes no manifesto eleitoral em questão, verificou-se que nele as formas modais ocupam um papel fundamental. Tendo isto em consideração, o presente trabalho apresenta e caracteriza algumas das formas modais presentes no manifesto eleitoral em estudo, baseando-se na proposta de modalidade de Maria Henriqueta Costa Campos (2001).

²⁷ Estudante do 3.º ano do Doutoramento em Linguística.

Este trabalho faz parte de uma investigação de doutoramento, ainda em curso, dedicada ao estudo do género do discurso “manifesto” em Portugal e financiada pela FCT²⁸.

As questões orientadoras do trabalho são: Quais as formas modais presentes no texto? Com que objetivo(s) se recorre à modalidade na sua escrita? Que papel ocupa a modalidade na construção da identidade do género de texto “manifesto eleitoral”?

De modo a permitir uma reflexão sobre a relação entre o género de texto “manifesto eleitoral” e a “expressão de poder”, a análise vai igualmente focar-se nas seguintes questões:

- Em que medida o uso de formas modais contribui para marcar uma determinada posição de poder? Quem são os envolvidos na luta por esse poder? Que poder é esse e como pode o mesmo ser definido e caracterizado? Qual a relação entre “modalidade” e “expressão de poder”?

Antes de iniciar a análise propriamente dita, far-se-á uma breve apresentação da proposta de Maria Henriqueta Costa Campos quanto à modalidade.

No presente trabalho privilegia-se o Quadro Teórico-Methodológico da Análise Crítica do Discurso (doravante ACD). Não sendo nosso objetivo fazer uma apresentação da ACD, vão ser referidos apenas os aspetos de maior relevância tendo em conta o enquadramento do manifesto eleitoral em estudo e os objetivos da análise.

A ACD distingue entre os conceitos de “texto”, “discurso” e “género” (de texto). Engel & Wodak (2013: 78) mencionam que um discurso implica padrões e aspetos estruturais comuns, enquanto um texto é uma ocorrência específica e única de um discurso. Por seu lado, os textos pertencem a géneros específicos. No presente trabalho, considera-se que o texto em análise pertence ao discurso político (em particular ao discurso político eleitoral), podendo ser enquadrado no género de texto “manifesto eleitoral”.

De acordo com a investigação realizada até à data e após a observação detalhada do texto em estudo, conclui-se que um manifesto eleitoral é um documento que pretende apresentar as linhas de atuação de um partido, bem como convencer o maior número de eleitores recenseados a votar no partido em questão. No manifesto eleitoral em estudo não existem referências ao(s) autor(es), o que significa que o partido Bloco de Esquerda, como entidade política – e sem querer designar a(s) pessoa(s) responsáveis pela escrita do manifesto eleitoral –, assume a responsabilidade do que nele é dito, sendo a instância de produção do manifesto.

²⁸ Bolsa da FCT com a referência [2021.04523.BD](https://doi.org/10.21747/1647-4058/eling13_1).

A noção de “poder” é uma das noções centrais da ACD, na medida em que se preocupa em analisar a linguagem daqueles que estão em posições de poder e são, muitas vezes, responsáveis por perpetuar a existência de desigualdades. Compreender de que modo é esse poder negociado, estabelecido e legitimado através da linguagem pelos que estão em posição hegemónica é uma das preocupações fundamentais da área.

Importaria aqui esclarecer o que entende a ACD por “poder”. Van Dijk (2005: 22) relaciona a noção de “poder” com a de “controlo”. Um determinado grupo, instituição ou partido teria tanto mais poder quanto mais controlasse os atos e as mentes de outros grupos. Esse poder varia na sua forma (poder físico, persuasivo, baseado no conhecimento, informação ou autoridade, entre outros) e na sua dimensão (capaz de controlar com maior ou menor sucesso). Ademais, esse poder pode ser aceite e mesmo visto como “natural” pelos grupos dominados, pode ser consentido e legitimado, ou, pelo contrário, questionado, com maior ou menor fôlego, e de modo mais ou menos explícito.

Wodak, na obra de Wodak & Meyer (2001: 11), considera que a linguagem está intimamente interligada com o poder, na medida em que esta exprime poder e pode contribuir para desafiá-lo e subvertê-lo. Para além disto, Wodak (2001: 11) defende que: “Power is signalled not only by grammatical forms within a text, but also by a person's control of a social occasion by means of the genre of a text. It is often exactly within the genres associated with given social occasions that power is exercised or challenged”. Wodak acredita, por isso, que não só algumas formas gramaticais dentro do texto assinalam o poder (apesar de não especificar nesta ocasião que formas são essas) mas também a própria escolha do género de texto é determinante para ações de controlo ou desafio ao poder. Sobre esta proposta haveria certamente muito a dizer. É pertinente considerar o género de texto “manifesto eleitoral” como um dos géneros em que a vontade de desafiar o poder hegemónico está presente.

2. Análise do Manifesto Eleitoral em Estudo

Antes de iniciar a análise propriamente dita, convém fazer uma breve apresentação da proposta de Maria Henriqueta Costa Campos quanto à modalidade. Os seus estudos enquadram-se teoricamente nas investigações de Antoine Culioli sobre a enunciação, em particular no seu modelo de funcionamento da linguagem. Neste modelo, as operações de modalização ocupam um lugar definido, ou seja, fazem parte do enunciado. Para Campos (2001: 169),

A modalidade é, portanto, uma categoria que caracteriza todo e qualquer enunciado, e a análise dos valores modais deverá incidir sobre conceitos que, naquelas definições, correspondem a ‘representação’, ‘aquilo que diz’, ‘reagir’, ‘juízo’, ‘atitude’, e, mais especificamente, ‘constatar’, ‘apreciar’, ‘desejar’.

Campos (2001) considera que existem três domínios da modalidade, a saber:

- (i) **A modalidade epistémica**, que consiste no grau de *conhecimento* do sujeito enunciador em relação ao estado de coisas construído linguisticamente. Pode ser ilustrada através das frases abaixo²⁹:

- a) A Ana *está* sentada;
- b) A Ana *não está* sentada;
- c) O João *disse* que a Ana *está* sentada;
- d) A Ana *deve* ter ido ao cinema;
- e) A Ana *pode* ter ido ao cinema;
- f) A Ana *talvez* tenha ido ao cinema.

Através da modalidade epistémica, constroem-se enunciados com valor de asserção estrita positiva, estrita negativa, nula, ou mesmo diferentes graus intermédios.

- (ii) **A modalidade apreciativa**, que tem que ver com o modo *como se reage* a um determinado facto ou acontecimento:

- a) *Infelizmente*, a Ana não vem connosco à festa;
- b) *Felizmente*, a Ana não vem connosco à festa;
- c) Como Florença é bonita!
- d) Que dia tão feio!

- (iii) **A modalidade intersujeitos**, a qual corresponde a uma relação interagentiva na qual o sujeito da enunciação *age* sobre o sujeito do enunciado com o objetivo de que este se torne agente de uma situação dinâmica. O sujeito da enunciação assume-se como origem deontica da permissão ou obrigação.

Este tipo de modalidade é normalmente expresso através do modo imperativo e da *modalidade deontica* expressa pelos verbos modais ‘dever’ e ‘poder’:

- a) O João *pode* faltar ao exame;
- b) O João *deve* faltar ao exame;
- c) João, falta ao exame!

²⁹ As frases apresentadas foram adaptadas de Campos (2001).

Os três tipos de modalidades referidos acima estão relacionados. A modalidade epistémica combina-se com os outros tipos de modalidade, dando origem a valores complexos. Uma classificação de valores modais deverá, por isso, segundo Campos, ser sempre cruzada.

Como nota metodológica convém mencionar que, por questões de espaço, ilustram-se apenas alguns dos valores encontrados.

No manifesto eleitoral em análise estão presentes as três modalidades propostas por Campos. O primeiro tipo de modalidade que vai ser considerado é a modalidade epistémica. Considerem-se os exemplos abaixo (itálico nosso):

- (1) Em matéria de política comercial da UE, os últimos anos *ficaram marcados* pelas negociações e conclusão, em vários casos, de Tratados de Livre Comércio, dos quais o TTIP, o TiSA o CETA e o JEFTA *serão talvez* as siglas mais conhecidas (p. 11).

No exemplo (1), o Bloco de Esquerda apresenta o estado da questão relativo à política comercial da União Europeia. Estão presentes dois valores distintos – um valor de asserção estrita positiva: “os últimos anos *ficaram marcados* pelas negociações (...)” - marcado pelo uso do pretérito perfeito do indicativo, e um valor de asserção não estrita negativa, marcado pelo verbo “ser” no futuro do indicativo modalizado por “talvez” - “dos quais o TTIP, o TiSA (...) *serão talvez* as siglas mais conhecidas.”

- (2) A política agrícola da UE *tem promovido* a destruição da pequena agricultura e *contribuído* em larga escala para um modelo de sobreexploração, extrativista, de exportações e produção em massa a qualquer preço. Desde o início da PAC, nos finais dos anos 50, até à atualidade, *terão desaparecido* milhões de explorações agrícolas e florestais e o emprego caiu *drasticamente* neste setor, em toda a Europa (p. 13).

De igual modo, no exemplo (2), no qual se critica a política agrícola comum (PAC), acusando-a de destruir a pequena agricultura, a modalidade epistémica tem dois valores distintos. No primeiro caso - “A política agrícola da UE *tem promovido* a destruição da pequena agricultura e *contribuído* em larga escala para um modelo de sobreexploração (...)” – o uso do pretérito perfeito do indicativo cria um valor de asserção estrita positiva. No segundo caso - “Desde o início da PAC, nos finais dos anos 50, até à atualidade, *terão desaparecido* milhões de explorações agrícolas (...)” – o uso do futuro composto cria um valor de asserção negativa.

- (3) A lição grega é simples: quem destruir um país em troca de apoio europeu, conseguirá apenas destruir o país. Quem queira defender o emprego, o Estado social, o desenvolvimento económico e a própria democracia, *não pode* aceitar a chantagem da dívida e *deve*, por isso, *defender* de forma intransigente os direitos que dão corpo à democracia (p. 16).

No exemplo (3), a modalidade epistémica surge conjugada com a modalidade intersujeitos. O Bloco de Esquerda recorre ao exemplo grego, caracterizado como “simples”, no sentido de “claro” ou “facilmente compreensível”, para demonstrar que não se pode sacrificar o próprio país em troca de apoio europeu. Pelo contrário, assume como necessário resistir à pressão europeia em relação à dívida (vista como uma “chantagem”). Para demonstrar essa necessidade, recorre à forma [não poder] / {neg poder}, para expressar o quão vital e necessário é reagir contra essa mesma pressão. Por outro lado, recorre à forma [dever defender] para indicar uma linha de ação alternativa que tenha em conta os direitos e valores democráticos.

A análise permite compreender que, no manifesto eleitoral em estudo, a modalidade epistémica é fundamentalmente empregada para dar conta do estado da situação da União Europeia em relação às suas várias políticas (económica, agrícola, entre outras) e atuações. No manifesto eleitoral em estudo, apresentam-se, de forma muito consciente e premeditada, aspetos considerados negativos, para os criticar e mostrar a oposição do Bloco de Esquerda em relação aos mesmos. O propósito do manifesto eleitoral em estudo não é, de facto, elogiar, mas sim denunciar e revelar situações menos felizes, de modo a convencer os eleitores de que uma alternativa é necessária.

Apresentam-se agora exemplos da modalidade apreciativa, que pode, no manifesto eleitoral em estudo, ser encontrada no uso de formas como:

- a) Expressões com valor apreciativo (nomeadamente, “como se isto não bastasse”);
- b) Advérbios de modo (como “infelizmente”).

Vejam-se os exemplos abaixo, juntamente com a respetiva análise:

- (4) As medidas adotadas por unanimidade dos Estados-membros e avalizadas pelas instituições comunitárias, como a criação de centros de “internamento” para os refugiados ou o famigerado acordo com a Turquia para bloqueio dos fluxos vindos da Síria e da África Oriental, mostram o que é a chamada crise dos refugiados: a quem procura a Europa tudo é negado, incluindo o próprio estatuto de refugiado. Não é permitido sequer o reagrupamento familiar e os critérios de Dublin continuam a vigorar, pondo em causa qualquer possibilidade de uma resposta solidária.

Como se isto não bastasse, normaliza-se também a criminalização das ONG que tentam salvar migrantes da morte no Mediterrâneo, onde já perderam a vida 17 mil pessoas em pouco mais de cinco anos. A prática da União Europeia face à imensa crise humanitária que ela própria alimenta é de uma desumanidade que está no avesso do seu discurso cheio de “valores humanistas” e de “direitos humanos” (p. 9).

Na passagem acima, referente à crise dos refugiados, o Bloco de Esquerda avalia muito negativamente o papel da União Europeia. Em primeiro lugar, critica o acordo feito com a Turquia, dando a entender que este é muito pobre e insuficiente através do uso do adjetivo “famigerado”. No segundo parágrafo, continua a desenvolver a sua crítica - assegurando que aquilo que foi dito no primeiro parágrafo seria mais do que suficiente para ilustrar a sua posição, recorrendo à expressão com valor apreciativo “Como se isto não bastasse” – admoestando a ação da União Europeia em relação à crise dos refugiados e acusando-a de práticas desumanas através do uso do nome “desumanidade”.

(5) *Infelizmente*, o Partido Socialista parece não acompanhar aquele que seria o cenário mais realista para resolver o problema da desigualdade na Europa e permitir o investimento em Portugal (p. 16).

No exemplo (5), acima, o Bloco de Esquerda refere-se diretamente ao Partido Socialista, um dos partidos que mais força têm no Parlamento Europeu (e, logo, que mais concorrência fazem ao Bloco de Esquerda), chamando a atenção para a insuficiência das suas políticas e o seu posicionamento crítico em relação às mesmas, utilizando o advérbio “Infelizmente”.

A análise permite constatar que, no manifesto eleitoral em estudo, a modalidade apreciativa é essencialmente utilizada para apreciar negativamente as políticas postas em prática pela União Europeia através dos partidos mais representados no Parlamento Europeu. Essa apreciação negativa contribui desde logo para convencer o leitor de que uma alternativa - de esquerda, já que os partidos de centro e de direita, na visão do Bloco de Esquerda, são causadores de problemas - é urgente e que essa alternativa só pode surgir se os decisores políticos se alterarem. Para que isso ocorra, são necessários os votos dos eleitores. Logo, a modalidade apreciativa é utilizada como estratégia de convencimento.

Finalmente, considera-se a modalidade intersujeitos. A mesma surge através da presença recorrente dos verbos “dever”, “ter de”, “precisar”, “pretender”, “defender” e as formas [não poder] / {neg poder}, [ser necessário] e [ser preciso].

Considerem-se os exemplos abaixo:

- (6) Uma UE marcada por desequilíbrios macroeconómicos sistemáticos *tem de ter* mecanismos de compensação, sejam transferências diretas, financiamento solidário de serviços públicos ou investimento para a convergência económica (p. 8).
- (7) Erradicar a violência contra as mulheres e a violência doméstica *tem de ser* uma prioridade que saia do papel e chegue à vida concreta das pessoas (p. 12).

O Bloco de Esquerda recorre a “ter de” no presente do indicativo para convencer os eleitores de que algo é extremamente necessário - o que é sugerido ainda não existe, mas é crucial que exista. Se os eleitores votarem no Bloco de Esquerda, há uma grande probabilidade de que passe a existir. Se não votarem, situações injustas e inconvenientes vão continuar. É, por isso, fulcral que os eleitores votem no Bloco de Esquerda. Nas frases dos exemplos (6) e (7), “ter de” indica que aquilo que o Bloco de Esquerda propõe não é uma escolha ou uma sugestão, mas sim uma necessidade absoluta, apelando à ação com vista à mudança do estado da situação. “Ter de” é escolhido em detrimento de “dever” porque exprime um valor deontico mais forte.

O verbo modal “dever” com valor deontico surge com especial força no manifesto eleitoral em estudo. Vejam-se, a título de exemplo, as passagens abaixo:

- (8) Todas as políticas europeias *devem* respeitar o princípio da autodeterminação dos Estados-membros, ou seja, o seu direito a definir as políticas mais adequadas ao seu desenvolvimento económico e social, em função da vontade dos seus cidadãos (p. 8).
- (9) Na realidade, o desafio ambiental *deve* ser encarado como o centro de uma estratégia para a criação de emprego de qualidade, indústrias inovadoras e melhoria da qualidade de vida.
Para isso, *deve* ser recusada qualquer austeridade verde, (...) (p. 9).
- (10) O Bloco de Esquerda defende que a Europa e os Estados Unidos *devem* partilhar os recursos financeiros e a tecnologia para apoiar a transição energética e social de países em vias de desenvolvimento. (...) As políticas públicas de combate a este flagelo *devem* ser harmonizadas e dotadas do financiamento que permita a sua efetiva concretização (p. 12).
- (11) A PAC *deve* centrar-se na conciliação da produção agrícola e florestal com a preservação ambiental, tendo em atenção a diversidade dos territórios, a soberania alimentar e uma economia com uma escala humana, o direito à saúde e à justiça social (p. 13).

O verbo modal “dever”, conforme surge no presente do indicativo nas frases acima, tem um valor de recomendação forte. Este verbo é utilizado para ilustrar que não são necessidades absolutas (como as apresentadas nas frases em que se recorre a “ter de”), mas, ainda assim, de necessidades que merecem ser tomadas em consideração.

- (12) O Bloco de Esquerda sempre defendeu que o mandato do BCE *deveria prever* o pleno emprego como objetivo prioritário. Se o BCE controla um instrumento de política económica tão determinante como a política monetária, *deveria ser* responsabilizado pelas consequências económicas das suas decisões, o que implicaria retirar-lhe o estatuto de independência (p. 8).

O verbo modal “dever” apresenta uma variação, no exemplo (12) acima: surge no condicional, tendo um valor de sugestão ou recomendação com valor menos acentuado do que nos exemplos (8) a (11).

- (13) Casos como o da ex-Comissária Georgieva, que preparou a sua candidatura para a ONU durante o exercício das suas funções na Comissão Europeia, do ex-Presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, que após 18 meses foi oficialmente contratado pelo Goldman-Sachs, ou do Comissário Cañete, vindo do lobby do petróleo para a pasta do clima e da energia, são bons exemplos do que *é preciso evitar*, do quanto há para fazer em termos de transparência e de ética (p. 15).

No exemplo (13), o Bloco de Esquerda recorre à construção [é preciso evitar] de modo a, por um lado, mostrar o seu posicionamento quanto ao estado, a seu ver muito negativo, da corrupção e compadrio político na União Europeia e, por outro, demonstrar que os mesmos têm de se evitados.

- (14) *É necessário* construir paisagens alimentares heterogêneas que *sejam* integradoras dos produtores e consumidores numa relação de proximidade e democracia (p. 19).

De modo semelhante ao que ocorre no exemplo (13), e com o objetivo de mostrar que algo é fundamental, no exemplo (14), acima, o Bloco de Esquerda recorre a [ser necessário].

Outra das formas utilizadas para exprimir necessidade é o verbo “precisar” presente nas frases do exemplo (15) abaixo.

- (15) A Europa *precisa* de um acordo de mínimos laborais (p. 10).
Este é um tema que *precisa* de uma atenção constante, para que as tentativas da Comissão Europeia não se venham a tornar realidade num futuro programa-quadro (p. 10).

Finalmente, tal como ilustrado nos exemplos (16) a (18), abaixo, o Bloco de Esquerda recorre à utilização de [não poder] / {neg poder} no presente do indicativo para expressar a imprescindibilidade de suspender uma dada situação. O Bloco de Esquerda não aprova aquilo que as políticas europeias até à data têm permitido. Aliás, o manifesto eleitoral tem um tom cabalmente crítico, ou não fosse um dos seus objetivos a demarcação e a proposta de alternativas. Recorde-se o título do manifesto – “A força que faz a diferença”. O Bloco de Esquerda considera-se uma força que, ao fazer de modo diferente, consegue fazer a diferença e alterar o atual contexto.

- (16) Os reformados e seniores constituem uma parte significativa dos pobres em Portugal. É urgente reativar os programas que se destinem a combater a pobreza, mas é igualmente importante aceitar que a qualidade de vida *não pode* desaparecer apenas porque as pessoas entram numa fase diferente da vida, já reformados e mais idosos. Uns e outros *não podem* ser encarados como um peso e, como tal, marginalizados. (...) O envelhecimento *não pode* ser um massacre e *não pode* ser vivido em sofrimento. Contra esse fatalismo, o Bloco contrapõe o enriquecimento da cidadania: uma nova geração de serviços públicos para uma população que vai continuar a crescer (pp. 12-13).
- (17) A Europa *não pode* continuar no caminho dos acordos de livre comércio e *não pode* continuar a substituir políticas públicas pela promoção de regimes privados de seguros agrícolas. O Bloco continua a batalhar para que a PAC cumpra os objetivos de bem comum e seja um instrumento coerente e muito presente na luta contra as alterações climáticas (p. 13).
- (18) A UE *não pode* continuar a servir de veículo para a regressão das políticas culturais. Por isso, o Bloco defende uma alteração estrutural da aplicação das políticas europeias, apostando na re-funcionalização pública do património, dos museus e monumentos; na reconstrução de serviços públicos que garantam pluralidade de oferta cultural no território; na aposta da mediação para as literacias e na aposta da internacionalização dentro e fora da Europa (p. 14).

A análise, ainda que breve, permite concluir que a modalidade é uma categoria linguística fundamental do manifesto eleitoral em estudo. Este apresenta as grandes linhas de atuação do partido Bloco de Esquerda no caso de este vir a ter um papel relevante no Parlamento Europeu, ao mesmo tempo que apresenta, de maneira crítica, a situação atual e as políticas instituídas por partidos centristas, a que se opõe.

O Bloco de Esquerda deseja um poder superior àquele que tem, que é detido pelos partidos centristas e de direita. Para obter esse poder, o Bloco de Esquerda tem de convencer o maior número possível de eleitores (inclusive, os eleitores que poderiam votar no Partido Socialista, que ocupa uma forte posição no Parlamento Europeu) a votarem nele nas eleições

em questão. O objetivo do manifesto eleitoral seria, então, apresentar o programa eleitoral do Bloco de Esquerda, bem como convencer o maior número possível de eleitores a manifestarem o seu apoio em relação a esse mesmo programa, através do seu voto.

No manifesto eleitoral em estudo, as formas modais são uma ferramenta linguística muito útil para marcar uma determinada posição de poder. Os principais objetivos com que as formas modais são nele utilizadas são: apresentar as ideias, opiniões e propostas do partido; opor-se às políticas adotadas pelos partidos hegemónicos no Parlamento Europeu; convencer os eleitores de que o Bloco de Esquerda é uma opção não só viável, mas necessária para, tal como o próprio título do manifesto eleitoral indica, “fazer a diferença”.

3. Conclusões e Trabalho Futuro

No presente trabalho apresentaram-se e caracterizaram-se algumas das formas modais presentes no manifesto eleitoral “A força que faz a diferença” do partido Bloco de Esquerda, a partir da proposta de Maria Henriqueta Costa Campos sobre a modalidade.

Conclui-se que o uso de formas modais é fundamental para o manifesto eleitoral analisado e contribui fortemente para o seu propósito persuasivo.

Para melhor se poder estudar o funcionamento desta categoria no género de texto em questão, é pertinente, em trabalhos futuros, alargar o corpus de estudo a mais manifestos eleitorais.

Por quanto foi dito, pensado e discutido, considera-se que o presente trabalho não é mais do que um ponto inicial de um projeto maior com grande potencial de análise.

Referências

- Campos, M. H. C. 2001. Gramática e construção da significação. In *A Linguística na Formação do Professor de Português* (163-174). Porto: Centro de Linguística da Universidade do Porto.
- Culioli, A. 1990. *Pour une linguistique de l'énonciation. Opérations et représentations*. Tome 1. Paris: Ophrys.
- _____. 1999. *Pour une linguistique de l'énonciation. Formalisation et opération de réperage*. Tome 2. Paris: Ophrys.
- Engel, J.; Wodak, R. 2013. "Calculated Ambivalence" and Holocaust Denial in Austria. In *Analysing Fascist Discourse: European Fascism in Talk and Text* (73-96). London: Routledge.

- Van Dijk, T. 2005. Discurso, Notícia e Ideologia: Estudos na Análise Crítica do Discurso. Porto: Campo das Letras.
- Wodak, R.; Meyer, M. 2001. Methods of critical discourse analysis. London: Sage.

Corpus

Partido Bloco de Esquerda. 2019. Manifesto Eleitoral do Bloco de Esquerda: “A força que faz a diferença”. <https://www.bloco.org/documentos/manifestos-eleitorais.html>, acessado em 15.07.2024.

O INFINITIVO COMPOSTO NAS ORAÇÕES COMPLETIVAS DE ADJETIVO EM PORTUGUÊS DO BRASIL

Ryan Martinez³⁰

ryan.saldanha.martinez@gmail.com

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (BRASIL)

RESUMO. Este artigo discute a semântica dos adjetivos que aceitam ou não uma oração no infinitivo composto como completiva em português do Brasil (exemplo: “A Maria está desconfiada de ter cometido um erro”). Caracterizamos o infinitivo composto como sendo constituído por um verbo auxiliar de tempo, *ter*, seguido de um particípio passado. Propomos três classes de adjetivos: (i) retrospectivos, para os quais o infinitivo simples é equivalente ao composto; (ii) bivalentes, para os quais o infinitivo simples tem valor de futuro e o composto tem valor de passado; (iii) prospectivos, que não aceitam infinitivo composto.

PALAVRAS-CHAVE. Infinitivo Composto, Adjetivos Predicativos, Tempo Gramatical, Subclasses Temporais dos Adjetivos.

ABSTRACT. This article discusses the semantics of Brazilian Portuguese adjectives which accept or do not accept perfect infinitive clauses as complements (example: *A Maria está desconfiada de ter cometido um erro* “Maria is suspicious of ‘to have’ (=having) made a mistake”). The perfect infinitive is characterized as composed of a temporal auxiliary verb *ter* ‘have’ followed by a past participle. We propose three classes of adjectives: (i) retrospective, in which the simple infinitive is equivalent to perfect infinitive; (ii) bivalent, in which the simple infinitive corresponds to the future, whereas the perfect infinitive corresponds to the past; (iii) prospective, which do not accept the perfect infinitive.

KEYWORDS. Perfect Infinitive, Predicative Adjectives, Tense, Temporal Adjective Subclasses.

1. Introdução

O presente artigo tem por objeto as orações no infinitivo composto que se apresentam como complemento dos adjetivos predicativos em português do Brasil, conforme exemplificado em (1).

³⁰ Estudante do Programa de Pós-Graduação em Linguística.

- (1) a. A Maria estava certa de ter trancado a porta.
b. A Maria é suspeita de ter cometido alguns delitos.

O que aqui chamamos “infinitivo composto”, recorrendo à nomenclatura de gramáticas como a de Cunha & Cintra (2017: 418), consiste em um verbo auxiliar de tempo *ter* combinado com um particípio passado (Baptista, Mamede & Gomes 2010: 3; Duran, Pagano, Rassi & Pardo 2021: 13). Esse mesmo auxiliar ocorre em orações finitas, mas nos restringimos aqui a observá-lo nas orações infinitivas. Discutimos a definição do infinitivo composto em maiores detalhes na seção 2.

Na visão de Wurmbrand (2014: 403), as orações infinitivas podem ter diferentes valores temporais, que não se expressam morfologicamente e estão relacionados com semântica do verbo principal. O infinitivo composto, que tem valor de pretérito, é um exemplo claro de que infinitivos apresentam um tempo próprio. Isso se opõe a uma visão tradicional, segundo a qual infinitivos não possuem tempo. Compartilhando dessa ideia, Cunha & Silvano (2015: 103-111) propuseram uma relação entre a semântica dos verbos principais e o tempo dos infinitivos nas orações subordinadas do português europeu. Para verbos como *dizer* e *afirmar*, o tempo do verbo no infinitivo é sobreposto ao do verbo da oração matriz (para estes, a informação de temporalidade é defectiva), ao passo que, para *decidir* e *prometer*, o infinitivo se refere a um tempo posterior e, para *recordar-se*, um tempo anterior ao da oração matriz, por exemplo. Assim, a interpretação do tempo do infinitivo restringir-se-ia pela semântica do verbo principal, além de características aspectuais e modificadores do verbo subordinado.

Demonstrou-se também, para o português europeu, que o tempo implícito dos infinitivos pode estar associado a preposições: *para* introduz orações infinitivas interpretadas em tempo posterior ao da oração matriz, independentemente de introduzirem complementos de verbo ou orações finais (Silvano & Cunha 2020: passim).

Tais estudos, porém, tendem a focar os verbos como predicado matriz, e poucos são os estudos a observar as subordinadas de adjetivos. Casteleiro (1981: 177-180), discutindo as subordinadas finitas do português europeu, apresenta quadros com testes de aceitabilidade para verificar quais tempos verbais do verbo copulativo se combinam com quais tempos do verbo principal da oração completiva. Para ilustração, apresentamos em forma de exemplo alguns dos testes que o autor insere em seus quadros:

- (2) a. O Júlio está / tem estado / estará / terá estado receoso de que as bagagens cheguem / tenham chegado / *chegassem / tivessem chegado.
b. O Júlio esteve / estava / tinha estado / estaria / teria estado receoso de que as bagagens cheguem / tenham chegado / chegassem / tivessem chegado.

(Exemplos adaptados das tabelas de Casteleiro 1981: 179)

Os exemplos em (2) sugerem que a completiva no pretérito imperfeito do subjuntivo só é aceitável com o verbo copulativo nas diversas variações do pretérito, além do futuro do pretérito, mas não nos demais tempos verbais. De resto, a relação entre as orações matriz e subordinadas é uniforme. Em outras palavras, para as orações completivas finitas de adjetivo, não haveria restrições impostas pela semântica do adjetivo. Porém, muitos adjetivos, tais como *suspeito* e *pronto*, não aceitam completiva finita em construções de correferência obrigatória, de modo que os testes acima não dão conta desses exemplos:

- (3) a. * O João é suspeito de que cometeu / tenha cometido um crime.
b. * O João está pronto para que faça / fará isso.

Constatamos que, nesses adjetivos, a aceitabilidade do infinitivo composto varia, configurando-se como uma propriedade do predicado principal a ser explorada em maiores detalhes neste artigo:

- (4) a. O João é suspeito de cometer / ter cometido um crime.
b. O João está pronto para fazer / *ter feito isso.

Além disso, o infinitivo composto, até onde sabemos, não foi objeto de estudos focados no português do Brasil até o momento, ainda que conte com trabalhos de referência em língua inglesa (Hoffman 1976: *passim*, Stowell 2007: *passim*).

Assim, lidando com dois tópicos até então pouco explorados, este breve artigo se pretende como um estudo preliminar sobre a relação entre a aceitabilidade de orações completivas com infinitivo composto e a semântica dos adjetivos em português do Brasil.

2. O infinitivo composto

As locuções verbais que analisamos aqui são comumente chamadas de “infinitivo composto”, como visto, por exemplo, em Cunha & Cintra (2017: 418). Nessa gramática, Volume 13 | N.º 1 | 2024 | <https://ojs.letras.up.pt/index.php/elingUP>
DOI: https://doi.org/10.21747/1647-4058/eling13_1

entende-se que o infinitivo composto pode ser impessoal, isto é, não flexionado em pessoa e número (por exemplo: *ter cantado*, *ter partido*, *ter vendido*) ou pessoal, flexionado em pessoa e número (*termos cantado*, *terem vendido*, *teres partido*); em trabalhos de linguística, adotam-se os termos “não flexionado” e “flexionado” (Raposo 1987: 86-88). Porém, o termo “infinitivo composto” pouco diz sobre a sintaxe e a semântica dessas locuções verbais.

Considerando-se o verbo auxiliar como um verbo que não seleciona seus próprios argumentos (Harris 1982: 289-290; Harris 1991: 73-74), o *ter* dessas construções é um verbo auxiliar de tempo (Baptista *et al.* 2010: 3; Duran *et al.* 2021: 13) que não se limita ao infinitivo composto.

A discussão de Hofmann (1976: 89-92) sugere que os chamados *perfect infinitives* do inglês podem equivaler a três tempos, que, no português do Brasil, correspondem ao pretérito perfeito (5a), ao pretérito perfeito composto do subjuntivo (5b) e ao pretérito mais-que-perfeito do subjuntivo (5c).

- (5) a. O João está desconfiado de que cometeu um erro.
- b. O João está desconfiado de que tenha cometido um erro.
- c. O João estava desconfiado de que tivesse cometido um erro.

Todas as frases em (5) podem ser parafraseadas pela versão com o infinitivo composto, dada em (6):

- (6) O João está / estava desconfiado de ter cometido um erro.

Vê-se que *ter* cumpre a mesma função de auxiliar de tempo tanto em (5b,c) quanto (6). Isso reforça a nossa convicção de que o infinitivo composto não é um tempo independente. Trata-se, em vez disso, da ocorrência de um auxiliar de tempo em uma oração infinitiva. Esse auxiliar é também observado em orações gerundivas (7) e, possivelmente, em outros contextos.

- (7) Tendo feito isso, João voltou para casa.

Como variante do pretérito perfeito, o infinitivo composto tem um valor temporal de pretérito e um aspecto perfectivo³¹. Por essa razão, são pouco aceitáveis com predicados

³¹ Um revisor anônimo questionou se estaríamos diante de um aspecto terminativo ou conclusivo. O fato é que, ao menos em português do Brasil, não é comum utilizar o infinitivo composto para denotar atividades interrompidas sem conclusão: “O João está orgulhoso de ter lido um livro muito difícil” parece implicar que João
Volume 13 | N.º 1 | 2024 | <https://ojs.letras.up.pt/index.php/elingUP>
DOI: https://doi.org/10.21747/1647-4058/eling13_1

matriz que denotam previsões, fato já observado nas construções com verbos plenos. Entre os adjetivos, *ansioso* (8) configura um exemplo de adjetivo com orientação para o futuro:

- (8) a. O João está ansioso para fazer isso.
- b. * O João está ansioso para ter feito isso.

Portanto, considerando o infinitivo composto como uma forma de pretérito, a aceitabilidade do infinitivo composto pode ser utilizada como um teste para uma dimensão semântica dos adjetivos com oração infinitiva, separando-os em três classes³²: **adjetivos retrospectivos, adjetivos bivalentes e adjetivos prospectivos.**

3. Adjetivos retrospectivos

Os adjetivos que aceitam o infinitivo composto são aqueles que podem apresentar uma orientação passada em relação ao tempo do verbo copulativo, relacionando um dado sujeito a um acontecimento anterior:

- (9) A Maria é responsável por / culpada de ter feito isso.

Adjetivos como *responsável* e *culpado*, nas acepções que se registram nos exemplos, estabelecem seu sujeito como perpetrador da ação que se registra na oração completiva com infinitivo composto. Alterando-se o tempo do verbo copulativo, vemos que o infinitivo composto é aceitável também para pretérito e futuro, sendo o tempo da subordinada sempre anterior ao da matriz:

- (10) a. A Maria será responsável por / culpada de ter feito isso.
- b. A Maria foi responsável por / culpada de ter feito isso.

Com o verbo copulativo no futuro, o infinitivo composto pode ser interpretado como presente, ou mesmo como uma situação hipotética:

- (11) Se a Maria deixar o Pedro fazer isso, ela será culpada de ter sido negligente.

leu o livro completo; “O João está orgulhoso de ter andado lendo um livro muito difícil” não parece, para este autor, uma frase de todo inaceitável, mas, talvez, um pouco incomum. Deixamos esse assunto para pesquisas subsequentes.

³² Há, é claro, muitas propostas de classificação de adjetivos, que utilizam diferentes critérios. Nossa classificação se limita à relação temporal entre oração matriz e subordinada.

Alguns adjetivos têm valor ambíguo quanto a orientação passada ou futura. Esse valor se desambigua pela aceitabilidade do infinitivo composto. Vejamos um exemplo: tanto *responsável* quanto *culpado* aceitam o infinitivo simples:

(12) A Maria é responsável por / culpada de fazer isso.

Entretanto, apenas *culpado* tem necessariamente uma interpretação de passado tanto para o infinitivo simples quanto composto. *Responsável* pode ter uma acepção prospectiva, de modo que orações adversativas que contradizem a factualidade da oração subordinada são aceitáveis para esse adjetivo (13a), mas não para *culpado* (13b):

(13) a. A Maria é responsável por regar as plantas, mas ela ainda não regou.
b. *A Maria é culpada de cometer um crime, mas ela ainda não cometeu.

Antes de discutir os adjetivos bivalentes, ressaltamos que os adjetivos retrospectivos parecem aceitar leitura estativa (14a). Nesse caso, a frase não equivale à com infinitivo composto (14b), que, no exemplo, se refere a um evento: “ter sido negligente” caracteriza uma situação específica em que João fez algo negligente, não um comportamento recorrente da parte de João.

(14) a. O João é culpado de ser negligente.
b. O João é culpado de ter sido negligente.

Numa análise preliminar, identifica-se sobreposição temporal entre oração matriz e subordinada em casos como (14a). O fato é que, aqui, o infinitivo simples pode ter uma leitura habitual, que não existe para o infinitivo composto, o que sugere que os adjetivos tratados nesta seção podem não ser exclusivamente retrospectivos, mas se aplicar também a um presente habitual³³. Deixamos essa questão a ser mais bem explorada em trabalhos futuros.

4. Adjetivos bivalentes

Esta seção trata de adjetivos que apresentam tanto uso retrospectivo quanto prospectivo, a depender da utilização do infinitivo simples ou composto.

³³ Agradecemos a um revisor anônimo por observar neste e em trechos subsequentes a possibilidade de uma leitura de presente para o infinitivo simples quando a oração subordinada é estativa/habitual.

A dualidade de sentidos observada em *responsável* se registra com outros adjetivos, como *capaz* (15)³⁴. Quando este recebe completiva no infinitivo simples, a interpretação mais saliente é a de modalidade dinâmica (também chamada modalidade interna ao participante) (15).

(15) A Maria é capaz de perdoar o Pedro.

Entretanto, uma outra interpretação, a de modal epistêmico, é também válida para a frase (15): “é possível que a Maria perdoe o Pedro”. Essa interpretação se torna mais saliente quando a subordinada traz algum predicado não volitivo (16):

(16) A Maria não veio hoje, ela é capaz de estar doente.

Com complemento no infinitivo composto, a interpretação de *capaz* está restrita à de modal epistêmico (17).

(17) A Maria é capaz de ter perdoado o Pedro.

Em outros casos de adjetivos que aceitam tanto completiva no infinitivo simples quanto composto, não se pode dizer propriamente que haja uma mudança de sentido, mas sim que o infinitivo simples está pareado com uma interpretação de presente / futuro, enquanto o infinitivo composto é necessário quando se pretende evocar uma situação passada. É o que se observa com os adjetivos de atitude proposicional:

(18) a. A Maria está certa / confiante / convicta / segura de conseguir um bom resultado na prova amanhã / *ontem.

b. A Maria está certa / confiante / convicta / segura de ter conseguido um bom resultado na prova *amanhã / ontem.

Dessa forma, adjetivos como os que aparecem em (18) podem assumir tanto valor retrospectivo quanto prospectivo; também podem assumir valor de presente quando a oração subordinada é estativa, como já visto em (14). Neles, há maior paridade entre a forma (isto é, ausência ou presença do auxiliar *ter*) e a semântica (a interpretação da completiva como futura/presente ou passada), uma vez que o infinitivo simples corresponde diretamente ao

³⁴ Em ambos os casos, consideramos aqui que se trata de itens lexicais distintos, homônimos, cada um com seu comportamento: um retrospectivo e outro bivalente.

futuro ou presente e o infinitivo composto, ao passado. Não se trata de uma característica exclusiva dos adjetivos de atitude proposicional, como vemos em (19):

- (19) a. Esse osso é suscetível / passível de quebrar. (futuro)
 b. Esse osso é suscetível / passível de ter quebrado. (passado)

5. Adjetivos prospectivos

Comumente, os adjetivos que não aceitam infinitivo composto são aqueles que regem as preposições *para* e/ou *a*, como demonstrado em (20).

- (20) a. *A Maria está aberta / ansiosa / apta / disponível / pronta para ter feito isso.
 b. *A Maria está aberta / apta / inclinada / prestes / propensa / sujeita / suscetível³⁵ a ter feito isso.

Tais adjetivos se referem a expectativas, tendências, desejos e outras formas de se caracterizar situações vindouras, o que bloqueia a interpretação da completiva como tendo ocorrido antes da oração matriz. Essas observações vão ao encontro da proposta de Silvano & Cunha (2020: passim) para o português europeu, que associa *para* a infinitivos de orientação futura.

Apresentam comportamento similar os adjetivos que caracterizam a importância de algo ou alguém em um processo (21). Esses adjetivos carregam um componente semântico de planejamento.

- (21) a. A Maria é essencial / fundamental / importante / necessária / suficiente / útil para fazer isso.
 b. *A Maria é essencial / fundamental / importante / necessária / suficiente / útil para ter feito isso.

Construções com adjetivos que avaliam a capacidade de uma pessoa ou entidade em determinada tarefa parecem não aceitar o infinitivo composto. Nessas construções, a oração completiva, obrigatoriamente no infinitivo simples, é geralmente introduzida por *em*:

³⁵ Contrastando esse uso de *suscetível* com o observado em (19), isto é, com as regências *de* e *a*, verifica-se a importância da preposição para estabelecer a temporalidade da completiva. Agradecemos a um revisor anônimo por essa observação, a ser mais bem explorada em trabalhos subsequentes.

(22) a. A Maria é boa / ótima / medíocre / razoável / péssima / especialista em dar conselhos.

b. * A Maria é boa / ótima / medíocre / razoável / péssima / especialista em ter dado conselhos.

Essas frases (22a) têm uma leitura de sobreposição entre as orações no sentido de que se faz uma avaliação sobre a atual capacidade de Maria em dar conselhos. Porém, se pensarmos estritamente na relação entre oração matriz e subordinada, a segunda caracteriza um futuro hipotético: (22a) não afirma que a Maria está dando conselhos no momento de enunciação, mas sim que, caso ela o faça, os conselhos serão bons, ótimos, ruins, etc.

Podemos obter construções análogas aceitáveis com o verbo copulativo no pretérito perfeito:

(23) A Maria foi boa / ótima / medíocre / razoável / péssima / *especialista em ter dado conselhos.

Porém, a semântica dessas frases não equivale à das primeiras. Não se avalia aqui a capacidade de o sujeito de dar conselhos, mas sim se sua atitude ao ter dado conselhos foi correta ou não. Consequentemente, *especialista* não é aceitável aqui, pois não pode ser utilizado para avaliar atitudes.

6. Considerações finais

Este breve artigo teve o propósito de discutir a relação entre as orações completivas com infinitivo composto e a semântica do adjetivo, enfocando primordialmente seu valor temporal. Definimos o infinitivo composto como uma locução verbal composta por um auxiliar de tempo *ter* seguido de um particípio passado, forma essa que ocorre também em orações finitas e gerundivas, sendo parafrástica ao pretérito perfeito. Isso nos ajudou a prever que as formas com o infinitivo composto estariam restritas aos adjetivos que não têm um traço semântico de futuro. Evidenciamos três tipos de adjetivo em português brasileiro: (i) aqueles que aceitam o infinitivo composto como forma equivalente ao infinitivo simples, sendo ambas as formas interpretadas como pretérito, denominados adjetivos retrospectivos; (ii) aqueles em que a completiva com infinitivo simples não é parafrástica à com infinitivo composto, em que o primeiro é utilizado com valor de futuro/presente e o segundo, com valor

de pretérito, chamados de adjetivos bivalentes; (iii) adjetivos que não aceitam o infinitivo composto por estarem semanticamente restritos a leituras de futuridade, denominados adjetivos prospectivos. Percebemos ainda que essas três classes parecem incluir outras subclasses semânticas: os adjetivos bivalentes incluem epistêmicos e de atitude proposicional, enquanto os prospectivos se subdividem entre adjetivos de volição, planejamento, capacidade, entre outros.

Ressalta-se que apresentamos aqui apenas uma análise preliminar desse fenômeno, majoritariamente baseada na literatura pregressa e em nossa intuição. A proposta aqui levantada deverá ser confirmada por um estudo subsequente que utilize exemplos de *corpora* para conduzir uma análise exaustiva da aceitabilidade do infinitivo composto e relacioná-la com outras propriedades sintático-semânticas dos adjetivos, de maneira a se obter uma classificação mais abrangente e fina.

Agradecimento

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Referências

- Baptista, J.; Mamede, N.; Gomes, F. 2010. Auxiliary verbs and verbal chains in European Portuguese. In Proceedings of the 9th international conference on Computational Processing of the Portuguese Language (110-119). Porto Alegre, Brazil.
- Casteleiro, J. 1981. *Sintaxe transformacional do adjetivo: regência das construções completivas*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Cunha, C.; Cintra, L. 2017. *Nova gramática do português contemporâneo*. 7ª edição. Rio de Janeiro: Lexicon.
- Cunha, L. F.; Silvano, M. P. 2015. A interpretação temporal dos infinitivos em orações completivas de verbo. In *Estudos de semântica* (101-112). Porto: Universidade do Porto, Centro de Linguística.
- Duran, M. S.; Pagano, A.; Rassi, A.; Pardo, T. 2021. On auxiliary verb in Universal Dependencies: untangling the issue and proposing a systematized annotation strategy. Proceedings of the Sixth International Conference on Dependency Linguistics (Depling, SyntaxFest 2021) (10-21). Sofia, Bulgaria: Association for Computational Linguistics.

- Harris, Z. 1982. A grammar of English on mathematical principles. New York: John Wiley & Sons.
- _____. 1991. A theory of language and information: a mathematical approach. Oxford: Clarendon Press.
- Hofmann, T. R. 1976. Past tense replacement and the modal system. In *Syntax and Semantics* (v. 7, 85-100). New York: Academic Press.
- Raposo, E. 1987. Case theory and Infl-to-Comp: The inflected infinitive in European Portuguese. *Linguistic Inquiry* 18(1): 85-109.
- Silvano, P.; Cunha, L. F. 2020. As propriedades temporais das orações infinitivas completivas e finais com *para* em Português Europeu. *Revista da Associação Portuguesa de Linguística* 7: 318-327.
- Stowell, T. 2007. Sequence of perfect. *Trends in Linguistics: Studies and Monographs* (v. 185, 123-146). Berlin: Mouton de Gruyter.
- Wurmbrand, S. 2014. Tense and aspect in English infinitives. *Linguistic Inquiry* 45(3): 403-447.

Gyarmathy, Z., & Altshuler, D. (2020). (Non) culmination by abduction. *Linguistics*, 58(5), 1373-1411.

Zichen Zhang³⁶

zichenzg@gmail.com

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO (PORTUGAL)

In Gyarmathy & Altshuler (2020), the authors propose a new approach to the problem of culmination inference, which is called abduction, or abductive reasoning. Abductive reasoning involves inference to the antecedent of a conditional sentence on observing the consequent, which means that: if we observe O , and our theory T tells us that $E \rightarrow O$, then we abduce E , because together with the theory, this entails what we observe (Gyarmathy & Altshuler 2020: 9). Abductive reasoning is an inference that goes backwards, from the consequence to the possible factor: there can be various factors that can all cause the consequence to occur, and the possibility of each factor to be considered the cause of the situation depends on contextual and world knowledge. For example, there are two people in the room, John and Mary, and there is a stolen necklace in this room, then, through abductive reasoning, the inference process will be as shown below:

E_1 : Mary stole the necklace.

E_2 : John stole the necklace.

T : Someone stole the necklace, whether E_1 or $E_2 \rightarrow O$.

O : There is a stolen necklace in the room.

In this case, if no other contextual knowledge is considered, the possibility of inferring E_1 and E_2 is the same, but, if there is contextual knowledge given as

C : John has a criminal record.

then, the possibility of E_2 goes up, E_2 becoming the most presumptive explanation. Through abductive reasoning, E_2 , which is “John stole the necklace”, can be implied from the observation O , which is “there is a stolen necklace in the room”.

³⁶ Second year student of the 3rd cycle of studies in Language Sciences.

For the abductive reasoning to be applicable for explaining culmination implicature, the authors use two specific types of predicates, namely, the simple perfective in Hindi (PFV_H) and the imperfective in Russian (IPF_R). In PFV_H, there is a phenomenon that allows the description of perfective accomplishments to be compatible with the event not having culminated. The Hindi example in (1) from Singh (1991) illustrates this phenomenon: the perfective *khaayaa* ('eat') is used to describe an eating event that has culminated. However, the perfective description is compatible with the eating event not having culminated, as the follow-up in parenthesis shows.

- (1) *maĩne aaj apnaa kek khaayaa (aur baakii Kal khaũũgaa)*
 I.ERG today mine cake eat.PFV and remaining tomorrow eat.FUT
 'I ate my cake today (and I will eat the remaining part tomorrow).'

(Gyarmathy & Altshuler 2020: 2)

The perfective predicate could fail to entail culmination in PFV_H, even by itself, without the following parenthetical sequence, but, at the same time, it remains an accomplishment³⁷. In addition, the authors argue that IPF_R carries a defeasible inference of culmination. The Russian example in (2) from Grønn (2008) shows that IPF_R can describe both culminated event and non-culminated events:

- (2) *Kto čital "Vojnu i Mir"?*
 who read.PST.IPF "War and Peace"
 'Who has read "War and Peace"?'

(Gyarmathy & Altshuler 2020: 2)

The event in (2) is compatible with a non-culminated reading event, which means that the question at hand turns out to be a question about a proper part of the accomplishment, "Who was engaged in reading *War and Peace*?"

To explain the culmination implicature of PFV_H and IPF_R, the authors embrace the theory, following Koenig & Muansuwan (2000), that divides perfective predicates into two categories: culminated events and maximal events. Culminated events are those under the

³⁷ In this case, the perfective *khaayaa* (eat) is used to describe a culminated eating event. The authors state that, in a normal context, it "tends" to express a culminated event, but also can have a non-culminating reading, which means that the possibility of a culminated reading is higher.

category that an event e has culminated with respect to event predicate P iff $P(e)$ holds, which means that event e indeed happens in the actual world. A maximal event is $\text{Max}(P)(e)$, an event e is maximal (in the inertia world in the sense of Dowty (1979), or in a possible world in Landman (1992)) with respect to event predicate P iff:

- for some possible e' of which e is a part, $P(e')$ holds.
- there is no event e'' in the world of evaluation such that:
- e is a proper part of e''
- there is some possible e' of which e'' is a part, such that $P(e')$ holds.

Illustrated as $\text{Max}(P)(e)$ iff:

$$\exists \diamond e' [e \sqsubseteq e' \wedge P(e')] \wedge \neg \exists @ e'' [e \sqsubset e'' \wedge \exists \diamond e' (e'' \sqsubseteq e' \wedge P(e'))]$$

(Gyarmathy & Altshuler 2020: 13)

Where \diamond means in the inertia world, and $@$ means it actually exists in the real world. So, in example (1), the event e “I ate my cake today” would be a part of the event e' in the inertia world, so that e' is a complete event of “ate my cake”, and there is not an event e'' existing in the actual world, so that e'' is in the denotation of “ate my cake” and is a part of the inertia world e' ; also at the same time e (I ate my cake today) is a proper part of e'' . This means that event e is the largest or maximal event that satisfies the event description, i.e., in the denotation of “ate my cake”, there is no e'' larger than e that satisfies the event description.

This proposal contrasts with culminated events (or telic events), as conceived by Krifka (1998), which are associated with “telicity as the property of an event predicate X that applies to events e such that all parts of e that fall under X are initial and final parts of e .” (Krifka 1998: 9). If e is telic, then the only e' in the denotation of the event description and is a part of e is e itself. But if e is a maximal event, there is no exclusion of an event e'' in the denotation of the event description and is a proper part of e .

For Gyarmathy & Altshuler (2020), the idea of the maximal event states that perfective predicates which allow for non-culminating construals like PFV_H describe maximal events, whereas perfective predicates that do not allow such construals describe culminated events.

With the Hindi simple perfective out of the way, the authors continue to discuss the

imperfective in Russian. Following Filip (1999), the authors use a theory that divides the imperfective also into two categories: one is the imperfective form that describes a part of an event, the other is the imperfective form that describes a proper part of an event. The relation of proper part is a strict partial ordering, meaning that if e is a proper part of an event predicate P , then e cannot be in the denotation of P , as illustrated below:

$$\text{PRPART}(P)(e) \text{ iff } \exists_{\diamond} e'(e \sqsubset e' \wedge P(e'))$$

e is an event in the actual world, and e' is the event in the inertia world, which is the denotation of P . Then, e is a proper part of P if and only if there is an event e' of which e is a proper part. For example, predicates like the English progressive describe a proper part, as shown in (3):

(3) Max is crossing a street.

The progressive e “is crossing a street” is a proper part of the event predicate P “crossed the street” because there is a possible e' in the inertia world in which the event “cross the street” is complete, hence e' is the denotation of P “crossed the street”.

The relation of part is a non-strict relation of part-or-equal, which means that events in the part relation can overlap, as illustrated below:

$$\text{PART}(P)(e) \text{ iff } \exists_{\diamond} e'(e \sqsubseteq e' \wedge P(e'))$$

e is a part of P if e is overlapping with e' or e can be a proper part of e' , which means that the imperfective which describes a part relation can be describing the completion of the possible event e' . The authors argue that predicates like IPF_R describe a part relation in (2), therefore they can have both a culminated reading and a non-culminated reading. The event “read war and peace” in (2) is a part of the event description P “(completely) read *War and Peace*” and e' corresponds to the “(completely) read *War and Peace*” event; therefore, when e is overlapping with e' , the event in (2) gets a culmination reading in which the event is complete, and when e is a proper part of e' , the event gets a non-culmination reading.

For the authors, perfective predicates have two possible consequences: one is to describe culminated events which have culmination readings, the other is to describe maximal events which have non-culmination readings. When it comes to imperfective predicates,

imperfectives describing part of an event have culmination readings and non-culmination readings, imperfectives describing a proper part of an event can only have non-culmination readings. Based on this, to use abductive reasoning, the authors proposed four theories T, which are as follows:

$$(T1) \quad \exists_{@e} (P (e)) \rightarrow \exists_{@e} (PART (P) (e))$$

If there is a culminated event e in the actual world, then e could describe a part relation with the event predicate P , according to the IPF_R example (2).

$$(T2) \quad \exists_{@e} (P (e)) \rightarrow \exists_{@e} (MAX (P) (e))$$

If there is a culminated event e in the actual world, then e could be a maximal event in the denotation of P , according to the PFV_H example (1).

$$(T3) \quad \exists_{@e} (PRPART (P) (e)) \rightarrow \exists_{@e} (PART (P) (e))$$

If there is an event e in the actual world which describes a proper part relation with the event predicate P , then event e can describe a part relation with the event predicate P , according to the logic in $PART (P) (e)$ and $PRPART (P) (e)$.

$$(T4) \quad \exists_{@e} (PRPART (P) (e)) \rightarrow \exists_{@e} (MAX (P) (e))$$

If there is an event e in the actual world which describes a proper part relation with the event predicate P , then e could be a maximal event in the denotation of P , according to the logic in $PART (P) (e)$, $PRPART (P) (e)$ and $Max(P)(e)$.

Applying the abductive reasoning to the PFV_H , the authors observe that the PFV_H is related to maximal events, so O is fixed. However, there are two theories, T2 and T4, and two explanations, E2 and E4, as illustrated below (H stands for Hindi):

$$O_H: \exists_{@e} (MAX(P)(e))$$

$$T2: \exists_{@e} (P (e)) \rightarrow \exists_{@e} (MAX (P) (e))$$

$$T4: \exists_{@e} (PRPART (P) (e)) \rightarrow \exists_{@e} (MAX (P) (e))$$

$$E2: \exists_{@e} (P (e))$$

$$E4: \exists_{@e} (PRPART (P) (e))$$

(Gyarmathy & Altshuler 2020: 16)

The criteria for selecting the right explanation (which is E2, according to the authors) is that E2 has the best coverage and is more specific, because, when the event predicate is an accomplishment, unlike achievements, it does not have proper parts, so theory T4 cannot be applied to both accomplishments and achievements, making the selected theory have more coverage. They also consider that when the event does have proper parts, E2 entails E4 (according to T1 and T3), while the reverse does not hold, making E2 more specific. Thus, E2 is the best explanation, so accomplishments (in terms of PFV_H) imply culmination events by themselves but are cancelable, and achievements entail culmination events and are not cancelable because they do not have proper parts. However, the process of selection of the best explanation in abductive reasoning, admitted by the authors, can be influenced by contextual knowledge, world knowledge and meta-level information, so the criteria for the selection of the best explanation needs to be studied in the future.

When it comes to the application of abductive reasoning to the IPF_R, the authors argue that, since the observation of the event is not the same as in PFV_H, another set of theories is used. The observation for the imperfective is a part relation, and there are two theories, T1 and T3, and two explanations, E1 and E3, as illustrated below (R stands for Russian):

$O_R: \exists_{@e} (\text{PART} (P) (e))$

$T1: \exists_{@e} (P (e)) \rightarrow \exists_{@e} (\text{PART} (P) (e))$

$T3: \exists_{@e} (\text{PRPART} (P) (e)) \rightarrow \exists_{@e} (\text{MAX} (P) (e))$

$E1: \exists_{@e} (P (e))$

$E3: \exists_{@e} (\text{PRPART} (P) (e))$

(Gyarmathy & Altshuler 2020: 19)

The authors argue that, similarly to the case of PFV_H, E1 is the best option for O_R , due to its broader coverage and greater specificity. For the process of selecting the best explanation, the authors use the term “minimal contexts”, which means that the observed events are only events themselves without any additional context. The reason for this is that additional context can change the selection process, as shown in (4):

(4) *Včera* *ja čital* “*Vojnu i Mir*”.
 yesterday I read.PST.IPF “War and Peace”

‘Yesterday I was reading “War and Peace”.’

This time, the IPF_R event is the same as in (2) but with a temporal modifier “yesterday”. Now, the additional context is given, and the selection process will change to favor the explanation E3, because the assertion time of the event is smaller than what one considers the normal length of the event. So, the temporal modifier changes the observation O_R to a different kind, as shown below,

$$O_4: \exists_{@} e (PART(P)(e) \wedge \tau(e) \leq 1 \text{ day})$$

where $\tau(e) \leq 1 \text{ day}$ means that the time trace for the event e takes less than one day, as the temporal modifier is “yesterday”. From this observation, the potential theory and explanation differ from the one for (2). From this point of view, the external factor for the abduction reasoning is important for selecting the best explanation. When considering IPF_R , the authors argue that there is an external factor which is the possibility of a Russian perfect assertion.

“Taking into account facts of conversation, the best explanation for hearing/uttering a Russian sentence with $IPFR$ will include the fact that the corresponding $PFVR$ would have been more misleading in conveying the relevant facts of the world.”

(Gyarmathy & Altshuler 2020: 24)

Consider, for example, (5):

(5)

- a. *Ja otkry-l okno.*
 I PFV.open-PST window
 ‘I (have) opened the window.’
- b. *Ja otkr-yva-l okno.*
 I open-IPF-PST window
 ‘I (have) opened the window.’

Note that (5a) is a Russian perfect predicate (PFV_R) and (5b) is an IPF_R one. The authors argue that the perfect predicate in (5a) has a resultative perfect interpretation, by so

having the additional inference that the window is open at the speech time. When the speaker wants to express that the window has been opened (P), while it is currently closed, the predicate in (5a) cannot be used because of the result perfect interpretation, hence contradicting the observation. Then, the speaker is given no choice but to select the IPF_R in (5b), even though IPF_R is neutral between a culmination reading and a non-culmination reading. Furthermore, the authors argue that because the PFV_R is rejected in this context, the IPF_R will not get the non-culmination reading which PFV_R does not have, so the event will have a culmination implicature. Also, when the PFV_R is not rejected (contrarily to the window case), because interpretation is restricted by the PFV_R to not having the same interpretation, the IPF_R will have a non-culmination implicature.

The authors state that the English progressive, although similar to the imperfect in Russian, does not have the same semantics, for the English progressive describes a proper part of the event predicate. Since the observation is not O_R, which is a part relation, the proper part relation cannot be a consequence of the culminated event P, as shown below:

$$\#T_E: \exists_{@}e(P(e)) \rightarrow \exists_{@}e(\text{PRPART}(P)(e))$$

This theory is false: the rule here does not work with achievements, because achievements are culminated events, but they do not have a proper part, making this theory T_E unacceptable. Hence, the observation of a proper part relation cannot go backwards to infer a culminated event, and so, no culmination inference can be expected in English progressives.

From a pragmatic perspective, the culmination inference in Gyarmathy and Altshuler (2020), as the authors argue, has mixed behaviors. Specifically, there is a distinction between implicature and presupposition. According to Gyarmathy (2015), presupposition is cancelable in unembedded contexts, so the process event which right-boundary achievements infer is a presupposition, since it can be canceled when the achievement predicate is not embedded under any operators, as in, for example, the “moving toward the station” event inferred by the achievement “arrive at the station”. Nonetheless, the authors argue that culmination inferences do not behave like presuppositions, as shown in example (6):

- (6) Možet byt’ Ivan čital poslednie stročki pis’ma.
 May be Ivan read.IPF.PST last lines letter
 ‘Ivan may have read the last lines of the letter.’

The culmination inference (IPF_R) in (6) does not project in the same way as presuppositions: no actual culminating reading is implied. Also, it appears that the culmination inference survives in embedded contexts like implicatures, so in this case, (6) behaves more like a conversational implicature than a presupposition.

However, when running a test for conversational implicature, culmination inferences present mixed results, as shown in (7):

(7)

- a. Ja čital poslednie stročki pis'ma. Čital ix do konca.
 I read.IPF.PST last lines letter read.IPF.PST them until end.
 'I read the last lines of the letter. I read them fully.'
- b. Ty čital 'Vojnu i mir'? #Čital do konca?
 you read.IPF.PST 'War and peace' read.IPF.PST until end
 'Have you read 'War and peace'? #Have you read it completely?'

The reinforcement test can check if the inference is a conversational implicature; unlike entailments or presuppositions, conversational implicatures can be reinforced by adding a reinforced discourse. In (7a), the IPF_R shows no difficulty in adding the reinforced discourse, but in (7b), this is not possible. So, the authors argue that culmination inferences are neither presuppositions nor conversational implicatures but of some different kind of implied content.

From the explanation of culmination inference, the authors also show that abductive reasoning can be applied to distinguish defeasible causatives from non-defeasible ones. According to Martin & Schäfer (2012), defeasible causatives are conceived as follows:

“With agentive subjects, these verbs are used to denote an act performed with the intention of triggering a certain result, but this result does not have to occur for the sentence to be true. With causer subjects, the same verbs entail the occurrence of the result.”

(Martin & Schäfer 2012: 248)

The difference between an agentive subject and a causer subject can be shown in a French example such as (8):

(8)

- a. *Pierre lui enseignera le russe. Mais évidemment, il ne l'apprendra pas.*
‘Pierre will teach him Russian. But obviously, he will not learn it...’
- b. *Ce voyage lui enseignera le russe, # mais, évidemment, il ne l'apprendra pas.*’
‘This trip will teach him Russian. #But obviously, he will not learn it...’

(Martin & Schäfer 2012: 248)

The authors argue that defeasible causatives with a causer subject are not impossible but much harder to achieve than with an agent subject. As shown in (9), the unacceptability of (8b) is due to lexical, syntactic, and contextual factors, just like the theory of abductive reasoning.

- (9) Living in a large city offered you a number of advantages, you just didn’t take them.
[Causer]

(Gyarmathy & Altshuler 2020: 32)

The reason defeasible causativity with agentive subjects is easier to achieve is that agentive subjects are highly indicative of the associated change as its result (Martin 2015). This leads to a single explanation E for the observation O_a , and E_a will be inferred by abductive reasoning and is cancelable. However, with causer subjects, which are not indicative of the associated change as its result, there could be many explanations E_c to a single O_c . For example, in (8b) there can be various sources of Russian in the trip to learn from, and in all of those sources, none of them appears to be better as an explanation for the observed process than the others. Consequently, the explanation cannot be easily inferred, thus it is not cancelable.

For the abduction theory to work, it is a prerequisite that the endpoint (culmination) inclusion of accomplishments (at least in Hindi and Russian) be an inference rather than an entailment. This view differs from the traditional aspectual classification, in which culmination entailments are typically taken to be a diagnostic criterion for defining accomplishments, but in the end they raise questions about the nature of (non-)culminating

accomplishment inferences, which are likely not a conversational implicature. They explain the occurrence of the phenomenon based on a semantic distinction between telicity and maximality.

The application of abductive reasoning to culmination inferences has some benefits, namely, abductive reasoning is a general and convenient tool for analyzing defeasible rules and competing forms. Moreover, it is computationally viable, providing some parameters and regulations for machine learning.

However, regarding the theory of culmination inference, it may be considered too specific, as the authors only use two specific predicate types in two languages. Additionally, when the authors compare PFV_R and IPF_R, they argue that IPF_R cannot get a non-culmination inference because the rejected PFV_R does not have this reading, but according to recent research, this argument can be called into question. Specifically, in Kasher & Hacoen (2023), it is shown that the majority of Russian native speakers accept the non-culmination reading of PFV_R, in particular, Russian native speakers accept both non-culmination readings from IPF_R and PFV_R, as shown in (10):

(10)

- a. *Malčik narišoval zvezdu, no odnovo lučika ne xvataet.*
 boy draw.PFV.PST star-acc but one ray not sufficient.
 ‘The boy drew a/the star, but one point is missing.’
- b. *Malčik rišoval zvezdu.*
 boy draw.IPF.PST star.
 ‘The boy was drawing a/the star.’

The two readings in example (10) are both highly acceptable to almost the same degree for Russian native speakers, and this shows that PFV_R could also have a non-culmination inference. Such observations could lead to more nuanced research into the external factors of IPF_R for selecting the best explanation in the abductive reasoning theory.

References

Dowty, D. R. 1979. Word meaning and Montague grammar: the semantics of verbs and times

- in generative semantics and in Montague's PTQ. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.
- Filip, H. 1999. Aspect, eventuality types, and nominal reference. New York: Routledge.
- Grønn, A. 2008. Russian aspect as bidirectional optimization. In *Studies in formal Slavic linguistics* (121–137). Bern: Peter Lang.
- Gyarmathy, Z. 2015. Culminations and presuppositions. *Proceedings of the 20th Amsterdam colloquium*.
- Gyarmathy, Z.; Altshuler, D. 2020. (Non) culmination by abduction. *Linguistics* 58(5): 1373-1411.
- Kasher, N.; Hacoen, A. 2023. A star is drawn: Testing the culmination inferences of Russian perfective accomplishments. *Glossa: a journal of general linguistics* 8(1). <https://doi.org/10.16995/glossa.9680>
- Koenig, J.-P.; Muansuwan, N. 2000. How to end without ever finishing: Thai semi-perfectivity. *Journal of Semantics* 17(2): 147-182.
- Krifka, M. 1998. The Origins of Telicity. In *Events and Grammar* (197-235). Springer Netherlands. https://doi.org/10.1007/978-94-011-3969-4_9
- Landman, F. 1992. The progressive. *Natural language semantics* 1-32.
- Martin, F. 2015. Explaining the link between agentivity and non-culminating causation. *Semantics and Linguistic Theory* 25: 246. <https://doi.org/10.3765/salt.v25i0.3060>
- Martin, F.; Schäfer, F. 2012. The modality of *offer* and other defeasible causative verbs. *West Coast Conference on Formal Linguistics (WCCFL)*.
- Singh, M. 1991. The perfective paradox: Or how to eat your cake and have it too. In *Proceedings of the seventeenth annual meeting of the Berkeley Linguistics Society* (469–479). Berkeley, CA: Berkeley Linguistics Society.